

Relatório de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República

Controladoria-Geral da União

Secretaria Federal de Controle Interno

Unidade Auditada: INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SAO PAULO

Exercício: 2013

Processo: 23305.001356/2014-45

Município: São Paulo - SP

Relatório nº: 201407334

UCI Executora: CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Análise Gerencial

Senhor Chefe da CGU-Regional/SP,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201407334, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre a prestação de contas anual apresentada pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO - IFSP.

1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 07 a 25/04/2014, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal.

Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

O Relatório de Auditoria encontra-se dividido em duas partes: Resultados dos Trabalhos, que contempla a síntese dos exames e as conclusões obtidas; e Achados de Auditoria, que contém o detalhamento das análises realizadas. Consistindo, assim, em



subsídio ao julgamento das contas apresentadas pela Unidade ao Tribunal de Contas da União – TCU.

Registra-se que os Achados de Auditoria apresentados neste relatório foram estruturados, preliminarmente, em Programas e Ações Orçamentárias organizados em títulos e subtítulos, respectivamente, segundo os assuntos com os quais se relacionam diretamente. Posteriormente, apresentam-se as informações e as constatações que não estão diretamente relacionadas a Programas/Ações Orçamentários específicos.

2. Resultados dos trabalhos

De acordo com o escopo de auditoria firmado, por meio da Ata de Reunião realizada em 03/12/2013, entre a Diretoria de Auditoria da Área Social da Controladoria Geral da União e a Secex Educação do Tribunal de Contas da União, foram efetuadas as seguintes análises:

2.1 Avaliação da Gestão do Patrimônio Imobiliário

Durante os trabalhos de auditoria anual de contas do exercício de 2013, foi realizada avaliação quanto à qualidade da gestão da Entidade no que se refere ao patrimônio imobiliário de responsabilidade do IFSP, classificado como “bens de uso especial”, de propriedade da União ou locados de terceiros, sobretudo quanto à estrutura tecnológica e de pessoal para administrar o patrimônio e quanto à qualidade dos controles instituídos pela Entidade para a referida gestão, bem como quanto ao valor do imóvel, despesas efetuadas com a manutenção, estado de conservação, inserção e atualização das informações no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, quando de uso obrigatório pela Entidade.

É importante ressaltar que a estratégia metodológica utilizada pela equipe de auditoria consistiu na avaliação por amostragem não aleatória, depois de realizado o levantamento de todos os bens especiais existentes, bem como dos gastos com manutenção, locação e benfeitorias. Utilizou-se no levantamento informações do inventário de bens imóveis, do SIAFI gerencial e do SPIUNet.

- Em relação aos Registros Contábeis Patrimoniais:

Consistência dos Registros Contábeis Patrimoniais

Qtde Real	Qtde Avaliada	Qtde registrada no SIAFI, mas não no	Qtde sem registro no SPIUnet (b)	Qtde registrada no SPIUNet/SIAFI mas não existente
-----------	---------------	--------------------------------------	----------------------------------	----------------------------------------------------



		SPIUnet (a)		(c)
38	38	0	0	0

Legenda: (a) Caracteriza erro de registro; (b) caracteriza a situação do Ativo Oculto; (c) enseja caracteriza a situação do Ativo Fictício.

Quanto ao registro contábil dos imóveis, é feito de forma individualizada. Cada processo é autuado pela CPA – Coordenadoria de Patrimônio da Reitoria e lançado individualmente, por imóvel, no SPIUnet – Sistema de Patrimônio da União, ou seja, cada imóvel é cadastrado por um RIP – Registro Imobiliário Patrimonial, individual. Depois disso os processos são enviados à CCF – Coordenadoria de Contabilidade e Finanças, para serem ratificados no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, gerando então os registros contábeis.

Avaliação do Patrimônio Imobiliário

Qtde Real	Qtde Avaliada	Qtde com data de última avaliação superior a 4 anos (*)
38	38	0

Legenda: (*) caracteriza a situação de Subavaliação do Ativo.

A IFSP reavalia e atualiza no SPIUnet os elementos patrimoniais imobiliários a cada 24 (vinte e quatro) meses, sendo que a última avaliação foi feita no final de 2013, levando em consideração o valor venal fornecido pelas prefeituras para avaliação dos terrenos e a avaliação feita pelo Departamento de Infraestrutura – DIE – com base no CUB, para a área construída.

Depreciação do Patrimônio Imobiliário

Deixamos de tratar sobre o registro das depreciações, haja vista que tal fenômeno será item obrigatório apenas no exercício de 2014, conforme previsto na Portaria STN nº 439, de 12/07/2012.

Prédios Construídos nos Últimos Cinco Anos

Nos últimos cinco anos foram construídos 18 prédios, sendo que alguns já foram ampliados, 4 prédios que foram só ampliados e 7 outros estão em construção, conforme quadro 1, do item 3.1.1.1 dos Achados de Auditoria.

Prédios Reformados nos Últimos Cinco Anos

Nos últimos cinco anos foram reformados 24 prédios, sendo que em alguns a reforma ocorreu mais de uma vez, conforme quadro 2, do item 3.1.1.1 dos Achados de Auditoria.

Quanto à manutenção dos imóveis, informou-nos o IFSP que, em função de sua rápida e contínua expansão, conta atualmente com mais de 30 *Campi* e, devido a esse aumento em seu tamanho, está sendo implantado e utilizado o modelo de gestão descentralizada, na qual os *Campi* possuem estruturas próprias e autônomas, e seus Diretores Gerais



atuam como Ordenadores de Despesas. Dessa forma, parte da gestão administrativa do IFSP, incluído aí o planejamento e execução da manutenção dos prédios/blocos, está sob a responsabilidade dos *Campi*, que possuem estruturas próprias diretamente responsáveis pelas ações específicas.

- Em relação à qualidade dos controles internos administrativos instituídos pela UJ para a gestão do patrimônio imobiliário:

Quanto ao ambiente de controle, de acordo com o gestor, o único documento existente relacionado às atividades e procedimentos relativos à gestão dos bens imóveis do IFSP é o Manual de Inventário de Bens Móveis e Imóveis, disponível no site do IFSP (www.ifsp.edu.br), em Documentos=> Finanças=> Patrimônio=> Manual de Inventário Anual. Encontra-se em fase de elaboração, com conclusão prevista para junho/2014, o manual de procedimentos patrimoniais relacionados a bens móveis e imóveis.

Quanto à avaliação de risco, de acordo com o gestor, não existe no IFSP avaliação de risco em relação à gestão dos bens imóveis próprios sob a sua responsabilidade, porém, está sendo providenciada para o 2º semestre de 2014 a criação de comissão composta por profissionais da área de administração, engenharia e segurança para a elaboração do Manual de Gestão do Patrimônio do IFSP, onde serão contempladas as ações de gerenciamento de risco.

Quanto ao procedimento de controle, o gestor informou-nos que não há formalização em manual de procedimento de medidas corretivas a serem adotadas em caso de incidentes, mas o IFSP, por meio de seus contratos de manutenção, demanda ações de forma preventiva e corretiva.

Quanto ao processo de trabalho relativo à gestão dos imóveis, não está formalizado e divulgado entre o pessoal responsável (com a utilização, por exemplo, de fluxogramas que apresentem as atividades realizadas no processo). Entretanto, essa formalização será providenciada com a elaboração do Manual de Gestão do Patrimônio do IFSP, onde estarão contempladas as orientações relativas à conservação, segurança e outros requisitos para o controle, de forma a garantir gestão eficiente dos imóveis sob a responsabilidade do IFSP, inclusive as representações esquemáticas das atividades.

Não existem rotinas com o objetivo de diagnosticar periodicamente a situação em que se encontram os imóveis sob a responsabilidade da UJ, de forma a identificar possíveis problemas e propor soluções documentadas em manual. A rotina existente corresponde às demandas direcionadas às empresas contratadas para serviços de manutenção e segurança. Esta rotina estará contemplada no Manual de Gestão de Patrimônio do IFSP.

Também não existe rotina de vistoria dos imóveis, de modo a garantir que só sejam ocupados por pessoas autorizadas, de acordo com as finalidades e condições estabelecidas. A rotina existente corresponde às demandas direcionadas às empresas de segurança contratadas pelo IFSP. Esta rotina estará contemplada no Manual de Gestão do Patrimônio do IFSP.



Quanto à informação e comunicação, o IFSP informou que não possui indicadores para identificar fragilidades e acompanhamento na gestão de bens imóveis.

Quanto ao monitoramento, não há documento definindo rotina de acompanhamento e atendimento das recomendações emanadas pela CGU e determinações do TCU.

- Em relação à avaliação da infraestrutura e dos serviços das instituições de ensino superior:

Quanto à infraestrutura, verificamos deficiências nas instalações prediais quanto a combate/prevenção de incêndios, estanqueidade à água e acessibilidade.

Em visita ao *Campus* São Paulo, verificamos oito salas, em quatro blocos diferentes, duas salas em cada bloco. Desses quatro blocos, todos foram construídos há mais de cinco anos, sendo que dois deles passaram por reformas nos últimos cinco anos. Não há no *Campus* São Paulo nenhuma edificação construída há menos de cinco anos.

Verificamos que há diversas obras de reforma em andamento, em diversas áreas do *Campus*.

Nas salas de aula vistoriadas não foram identificados problemas de maior relevância nas instalações elétricas, desempenho térmico e acústico ou equipamentos escolares.

Quanto ao quesito combate/prevenção de incêndios, de acordo com o gestor não há projeto de incêndio aprovado pelo corpo de bombeiros nem contrato de manutenção dos dispositivos contra incêndio, mas estão sendo tomadas providências para regularizar a situação.

Quanto à estanqueidade à água, em duas das salas visitadas observamos infiltrações, devido a problemas na cobertura. Segundo o gestor, está prevista para breve uma ampla reforma na cobertura das edificações do *Campus*.

Quanto à acessibilidade, duas das salas visitadas não possuem meios de acesso a deficientes físicos. Além disso, segundo o gestor, diversas áreas no *Campus* apresentam tais restrições.

As atividades desenvolvidas nas salas de aula visitadas são cursos de graduação.

2.2 Avaliação da Conformidade das Peças

Considerando a natureza jurídica e o negócio da unidade jurisdicionada, o presente item teve como objetivo avaliar a conformidade de duas peças de que tratam os incisos I e II do art. 13 da IN TCU nº 63/2010, quais sejam: o rol de responsáveis e o relatório de gestão, constantes no Processo nº 23305.001356/2014-45.

A partir dos exames, concluiu-se que, no Processo de Contas do exercício de 2013, o IFSP deixou de apresentar as informações abaixo relacionadas. As falhas identificadas não significam prestação de contas incorreta ou que ensejam conclusões equivocadas na avaliação dos atos de gestão, sendo por isso tratadas como informações. Não foram emitidas notas de auditoria a respeito do assunto porque o Relatório de Gestão foi entregue ao Tribunal de Contas da União antes do início dos trabalhos de campo na Entidade.

Informações ausentes do Relatório de Gestão 2013:



- Informações sobre a gestão de precatórios (subitem 4.7. da parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013);
- Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário da União que esteja sob a responsabilidade da unidade (subitem 6.2. da parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013), contemplando:
 - a estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade;
 - a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não. Neste caso, identificar o locador, a forma de contratação, os valores, e benefícios recebidos pela unidade em razão da locação e a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação.

2.3 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

A fim de avaliar os mecanismos de controles internos que assegurem o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das atividades de ensino, pesquisa, extensão dos docentes do ensino básico, técnico e tecnológico, com vistas à consecução dos objetivos básicos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), a CGU aplicou os seguintes parâmetros de análise:

- (a) a Lei 11.892/2008, que criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e que definiu os objetivos básicos da Rede;
- (b) três metas estabelecidas no Termo “Acordo de Metas e Compromissos” (TAM), firmado entre MEC e cada instituição de ensino; e
- (c) os normativos que definem as diretrizes de atuação dos docentes.

O TAM contém 19 metas de curto (2013) e médio (2016) prazos, com validade estendida até 2022, entre as quais 3 estão diretamente relacionadas ao tema tratado pela CGU, quais sejam:

- (a) Meta 3 (Alunos Matriculados em Relação à Força de Trabalho - Indicador AFT) - Alcance da relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor;
- (b) Meta 14 (Pesquisa e Inovação) - Apresentação e desenvolvimento de, em média, pelo menos um projeto de pesquisa, inovação e/ou desenvolvimento tecnológico por *Campus*, que reúna preferencialmente professores e alunos de diferentes níveis de formação, em todos os *Campi*, até o início de 2011, e ampliação em pelo menos 10% ao ano dessas atividades, em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham interface de aplicação com interesse social; e
- (c) Meta 15 (Projetos de Ação Social - Projetos de Extensão) - Apresentação e desenvolvimento de projetos de ação social, em média, de um em cada *Campus*, até o início de 2011; e ampliação dessas atividades em pelo menos 10% ao ano, pela implementação de projetos de ações inclusivas e de tecnologias sociais, preferencialmente, para populações e comunidades em situação de risco, atendendo às áreas temáticas da extensão.

Apesar de a meta 3 prevista no TAM consistir no alcance da relação geral “20 alunos por professor”, considerando toda a Instituição de Ensino, partiu-se do resultado desse indicador, por *Campus*, para definir o escopo da auditoria: unidades de ensino cujo resultado do AFT fosse menor que a meta prevista no TAM em 2013 e *Campi* em funcionamento até 2011.

As Tabelas 1, 2 e 3 apresentam os resultados alcançados pelo Instituto, por *Campus*:

Tabela 1 – Resultados do indicador “Alunos matriculados em relação à força de trabalho docente” (AFT)



Campus	Total de Alunos	Total de Prof.	Detalhamento do Total de Professores					Total para Cálculo do Indicador AFT	Alunos Matriculados em relação à Força de Trabalho (AFT)	AFT alternativo com CD=0 e FG=0,5
			40h ou RDE	20h	FG	FCC	CD			
Araraquara (ARQ)	481	31	30	1	5	3	2	30,5	15,77	19,63
Avaré (AVR)	496	31	30	1	4	2	2	30,5	16,26	19,45
Barretos (BRT)	438	42	39	1	4	5	3	39,5	11,09	13,69
Birigui (BRI)	705	44	43	1	5	5	2	43,5	16,21	19,32
Boituva (BTV)	503	15	14	1	4	3	2	14,5	34,69	55,89
Bragança Paulista (BRA)	829	52	52	0	3	3	2	52	15,94	17,64
Campinas (CMP) ¹	56	14	9	5	1	1	2	11,5	4,87	6,59
Campos do Jordão (CJO)	517	24	23	1	3	3	2	23,5	22,00	27,95
Capivari (CPV) ¹	216	28	26	2	6	2	2	27	8,00	10,29
Caraguatatuba (CAR)	745	51	49	2	2	4	2	50	14,90	16,56
Catanduva (CTD)	560	35	32	3	5	4	2	33,5	16,72	20,74
Cubatão (CBT)	1151	68	59	9	2	4	3	63,5	18,13	20,02
Guarulhos (GRU)	1271	53	47	6	1	3	2	50	25,42	27,63
Hortolândia (HTO)	290	26	25	1	4	3	2	25,5	11,37	14,50
Itapetininga (ITP)	811	46	45	1	3	5	2	45,5	17,82	20,53
Matão (MTO)	237	22	20	2	3	3	2	21	11,29	14,81
Piracicaba (PRC)	482	35	33	2	5	3	3	34	14,18	17,85
Presidente Epitácio (PEP)	905	34	32	2	1	5	2	33	27,42	32,32
Registro (RGT) ²	539	19	17	2	0	3	1	18	29,94	34,77
Salto (SLT)	716	44	35	9	8	6	6	39,5	18,13	27,02
São Carlos (SCL)	662	35	33	2	2	4	2	34	19,47	22,83
São J. da Boa Vista (SBV)	765	53	52	1	8	5	2	52,5	14,57	17,39
São J. dos Campos (SJC) ²	382	17	17	0	2	2	2	17	22,47	29,38
São Paulo (SPO)	6022	272	267	5	14	30	9	269,5	22,35	25,25
São Roque (SRQ)	520	36	35	1	5	4	2	35,5	14,65	17,93
Sertãozinho (SRT)	847	53	46	5	6	7	2	48,5	17,46	21,18
Suzano (SZN)	505	29	27	2	2	4	1	28	18,04	21,04
Votuporanga (VTP)	687	40	34	6	6	5	2	37	18,57	23,29
TOTAL	22338	1249	1171	74	114	131	68	1208	18,49	21,95

Fonte: Registros acadêmicos.

1 – Os *Campi* Campinas e Capivari iniciaram suas atividades em 2013.

2 – Os *Campi* Registro e São José dos Campos iniciaram suas atividades em 2012.

Parâmetros para cálculo do Indicador:

- Cada professor em regime de dedicação exclusiva (RDE) ou de 40 horas é contado como 1 professor e cada professor 20 horas será contado como meio;

- Considera-se no cálculo o professor ativo - aquele que não está aposentado e está com lotação no *Campus* citado. Os cedidos, em contrato temporário, com Cargo de Direção (CD) ou Função de Confiança (FG) e os liberados parcialmente para capacitação também entram no cálculo por semestre;

- O Indicador Alternativo demonstra a quantidade de professores ativos comprometidos com o exercício de Cargo de Direção (CD), Função Gratificada (FG) ou Função de Coordenação de Curso (FCC).

Tabela 2 – Quantidade de projetos de pesquisa desenvolvidos pelo IFSP – Exercícios 2012/2013

Campus	Qtde. de Projetos de Pesquisa		Percentual de aumento de projetos de 2012 para 2013
	2012	2013	
Araraquara (ARQ)	23	22	-4%
Avaré (AVR)	4	7	75%
Barretos (BRT)	10	8	-20%
Birigui (BRI)	2	19	850%
Boituva (BTV)	2	-	-100%



Bragança Paulista (BRA)	18	23	28%
Campinas (CMP)*	-	-	-
Campos do Jordão (CJO)	8	11	38%
Capivari (CPV)*	3	4	33%
Caraguatatuba (CAR)	29	17	-41%
Catanduva (CTD)	6	16	167%
Cubatão (CBT)	1	-	-100%
Guarulhos (GRU)	18	13	-28%
Hortolândia (HTO)	1	5	400%
Itapetininga (ITP)	16	11	-31%
Matão (MTO)	21	29	38%
Piracicaba (PRC)	4	4	0%
Presidente Epitácio (PEP)	8	6	-25%
Registro (RGT)*	-	1	-
Salto (SLT)	2	23	1050%
São Carlos (SCL)	25	15	-40%
São João da Boa Vista (SBV)	21	42	100%
São José dos Campos (SJC)*	-	3	-
São Paulo (SPO)	89	76	-15%
São Roque (SRQ)	12	15	25%
Sertãozinho (SRT)	10	17	70%
Suzano (SZN)	4	10	150%
Votuporanga (VTP)	5	4	-20%
TOTAL	342	401	17%

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão

*Campi que iniciaram as atividades após 2011

Tabela 3 – Quantidade de projetos de extensão desenvolvidos pelo IFSP – Exercícios 2012/2013

Campus	Qtde. de Projetos de Extensão		Percentual de aumento de projetos de 2012 para 2013
	2012	2013	
Araraquara (ARQ)	2	4	100%
Avaré (AVR)	5	-	-
Bragança Paulista (BRA)	1	1	0%
Birigui (BRI)	-	6	-
Barretos (BRT)	1	4	300%
Boituva (BTV)	1	11	1000%
Caraguatatuba (CAR)	-	3	-
Cubatão (CBT)	3	2	-33%
Campos do Jordão	-	1	-
Campinas (CMP)	-	8	-
Capivari (CPV)	1	5	400%
Catanduva (CTD)	1	1	0%
Guarulhos (GRU)	-	1	-
Hortolândia (HTO)	1	1	0%
Itapetininga (ITP)	3	6	100%
Matão (MTO)	6	1	-83%
Presidente Epitácio (PEP)	-	3	-
Piracicaba (PRC)	1	-	-
Reitoria	-	1	-
São João da Boa Vista (SBV)	-	3	-
Salto (SLT)	-	2	-
São Carlos (SCL)	4	2	-50%
São José dos Campos (SJC)	-	3	-
Salto (SLT)	3	6	100%
São Paulo (SPO)	6	1	-83%
São Roque (SRQ)	4	1	-75%



Sertãozinho (SRT)	-	3	-
Suzano (SZN)	-	4	-
Votuporanga (VTP)	1	2	100%
TOTAL	44	86	95%

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão

*Campi que iniciaram as atividades após 2011

Como metodologia de análise, foram realizadas reuniões exploratórias com os pró-reitores de ensino, pesquisa e extensão; análises de documentos/informações solicitados em campo; seleção dos *Campi* Barretos e Hortolândia, onde foram analisados a distribuição da carga horária docente, os projetos de pesquisa e os projetos de extensão.

As Tabelas 1, 2 e 3 evidenciam que 19 *Campi* do Instituto não alcançaram a meta de 20 alunos por professor, estabelecida no TAM. Além disso, 4 *Campi* não desenvolveram projetos de pesquisa ou de extensão nos moldes estabelecidos no Acordo, limitando a consecução dos objetivos básicos da Instituição Federal.

Ressalte-se que a apresentação do Indicador Alternativo se justifica, porque docentes ocupantes de CD e FG são dispensados das aulas ou detêm jornada reduzida de trabalho (equivalente a docentes com carga horária de 20 horas semanais), respectivamente. Mesmo com o indicador alternativo, 19 *Campi* permaneceram abaixo da relação “20 alunos por professor”, demonstrando que há carência de alunos para desempenho das atividades docentes, pois, conforme salientou o próprio IFSP, os *Campi* ainda estão em fase de implantação e, portanto, não possuem toda a sua capacidade de oferta de cursos efetivadas e da infraestrutura necessária para sua implementação.

Tal situação fica demonstrada quando comparados os dados do Indicador AFT no 1º. Semestre de 2013 (levantados em auditoria de acompanhamento da gestão) e no 2º. semestre de 2013, conforme tabela 4, a seguir:

Tabela 4 – Quantidade de projetos de extensão desenvolvidos pelo IFSP – Exercícios 2012/2013

Semestre	Qtde. de Alunos	Indicador AFT	Indicador AFT Alternativo
1º semestre de 2013	20.101	17,31	21,51
2º semestre de 2013	22.338	18,49	21,95
Variação %	11,1%	6,8%	2,0%

Percebe-se uma ligeira elevação nos indicadores do segundo semestre em relação ao primeiro, devido principalmente ao fato observado pelo IFSP, de que a maioria dos *Campi* encontram-se em processo de expansão, destacando-se o aumento do quantitativo de alunos matriculados no segundo semestre de 22.338, representando um aumento de cerca de 11% em relação aos 20.101 alunos matriculados no primeiro semestre.

2.4 Avaliação da Gestão de Pessoas

Foi analisada a situação da governança e da gestão de pessoas da Entidade, com o intuito de identificar os pontos mais vulneráveis e induzir melhorias nessa área, proporcionando uma melhoria das funções da área, dos meios decisórios quanto à adição ou supressão de atividades e melhorar a qualidade dos programas e serviços oferecidos pela área, envolvendo os componentes de liderança da alta administração; alinhamento estratégico: planejamento da gestão de pessoas e unidade de gestão de pessoas como parceira estratégica; gestão da liderança e do conhecimento: gestão da liderança e processo decisório, integridade e comprometimento e aprendizagem contínua; cultura orientada a resultados: comunicação e avaliação de desempenho; gestão de talentos: recrutamento, seleção e integração; e resultados e prestação de contas (*Accountability*).



A tabela 1 a seguir resume as informações sobre a governança e gestão de pessoas, de acordo com a percepção da equipe de auditoria:

Tabela 1 - Informações sobre governança e gestão de pessoas

Liderança da alta administração		
A alta administração da unidade:	Sim	Não
1-Monitora regularmente o cumprimento das diretrizes relativas à gestão de pessoas?	X	
2-Designou formalmente corpo colegiado (ex.comitê, conselho) responsável por auxiliá-las nas decisões relativas à gestão de pessoas?		X
3-Monitora regularmente o funcionamento desse corpo colegiado?		X

A unidade, sistematicamente:	Prática ainda não adotada			Nível de adoção de prática	
Alinhamento estratégico	Não prevê adotar a prática	Pretende adotar a prática	Iniciou ou concluiu o planejamento para adotar a prática	Adota parcialmente a prática	Adota integralmente a prática
Planejamento da gestão de pessoas					
4-Executa processo de planejamento de gestão de pessoas, aprovando e publicando objetivos, metas e indicadores de desempenho?				X	
Unidade de Gestão de Pessoas como parceira estratégica					
5-Identifica lacunas de competência da equipe de RH, com o objetivo de avaliar suas necessidades de capacitação (ex. necessidades de competências na área de gestão estratégica de pessoas, na área de concessão de direitos, etc.)?				X	



Gestão da liderança e do conhecimento					
Gestão da liderança e processo decisório					
6-Oferece programas de treinamento e desenvolvimento de competências de liderança que atendem às necessidades de cada nível de gestão (do operacional ao estratégico), incluindo potenciais líderes?			X		
Integridade e comprometimento					
7-Verifica a opinião dos colaboradores quanto ao ambiente de trabalho e utiliza os resultados para orientar eventuais mudanças?				X	
Aprendizagem contínua					
8-Identifica as necessidades individuais de capacitação quando da avaliação de desempenho dos colaboradores, levando-as em consideração nas avaliações subsequentes?					X
Cultura orientada a resultados					
Comunicação					
9-Identifica e divulga para os profissionais de RH a legislação, jurisprudência e as orientações normativas relativas à gestão de pessoas, orientando acerca de como elas devem ser aplicadas internamente?					X
Avaliação de desempenho					
10-Realiza avaliação de desempenho dos membros da alta administração e demais gestores, vinculada ao alcance dos resultados da unidade/organização?			X		



Gestão de talentos					
Recrutamento, seleção e integração					
11-Executa processo formal, baseado em competências, para seleção de gestores?		X			
Resultados e prestação de contas (<i>Accountability</i>)					
12-Monitora, por meio de sistema informatizado de gestão de pessoas, algum conjunto de informações relevantes sobre a força de trabalho (ex. índices de absenteísmo, índices de rotatividade, projeções de aposentadoria, etc)?		X			

Dessa forma, percebe-se que ainda não é adequada a situação no IFSP, verificando-se, de forma geral, que a Entidade ainda adota de forma iniciante as boas práticas relacionadas à governança da gestão de pessoas, destacando-se como práticas adotadas pela Entidade, a aprendizagem contínua e a comunicação para os profissionais de Recursos Humanos, e como práticas não adotadas, a gestão de talentos, a gestão de resultados e prestação de contas e a designação de corpo colegiado de auxílio à gestão de pessoas.

2.5 Estrutura e Atuação da Auditoria Interna

Neste item, o objetivo da auditoria consistiu em avaliar a estrutura e atuação da Unidade de Auditoria Interna da Instituição Federal de Ensino (Audin). Em relação à estrutura da Audin, foram considerados os seguintes aspectos: (a) independência e sua posição no organograma da Entidade; (b) existência de regulamento/estatuto/regimento da Entidade com definição de responsabilidades, delimitação da atuação dos trabalhos, bem como do estabelecimento das normas que devem ser seguidas pelos auditores internos; (c) existência de uma política de desenvolvimento de competências para os auditores internos; e (d) estrutura disponível na Auditoria Interna e sua adequação às necessidades. Quanto à atuação da equipe da Audin, avaliaram-se as seguintes ações: (a) aderência das atividades realizadas pela Auditoria Interna no exercício sob análise, constantes no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), com relação às planejadas; (b) o processo de gerenciamento de riscos, quando realizado pela Audin; (c) adequação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) às fragilidades apontadas na avaliação de riscos, quando realizada; (d) atuação da Auditoria Interna em submeter o PAINT e possíveis modificações ao Conselho Diretor/Deliberativo da Entidade ou órgão equivalente para aprovação; (e) atuação da Audin no assessoramento à alta administração; (f) aplicação do princípio da segregação de funções, principalmente no que tange à realização de atividades típicas de gestão; e (g) atuação da Auditoria Interna em trabalhos de avaliação dos controles internos administrativos da Unidade Jurisdicionada.

Para fundamentar as análises realizadas, foram utilizados os principais normativos que regem as atividades da auditoria interna no âmbito da administração pública federal, entendimentos recentes do Tribunal de Contas sobre a matéria e normas internacionais sobre a prática da auditoria interna no setor público, elaboradas *pelo Institute of Internal Auditors (IIA)*.

As técnicas e procedimentos adotados para a obtenção de informações abrangeram a análise dos seguintes documentos: PAINT do exercício avaliado e do exercício seguinte à avaliação; RAINTE do exercício avaliado; Regulamento/Estatuto/Regimento Interno em que conste a formalização da política a ser adotada pela Auditoria Interna, a posição da Audin no organograma da Entidade, a estrutura e a definição



de responsabilidades. Além disso, foram realizadas entrevistas com os auditores internos e aplicação de questionários fechados.

Em relação à estrutura da Unidade de Auditoria Interna (Audin), a Unidade está vinculada ao Conselho Superior do IFSP, de acordo com o organograma e art. 8º do Regimento Geral, e os auditores internos gozam de independência para a realização de suas atribuições, diante da postura pró-ativa do Conselho Superior para assegurar o cumprimento das atividades da equipe da Auditoria Interna.

Conforme disposto no art. 25 do Estatuto, arts. 6º, 7º e 9º do Regimento Interno da Unidade de Auditoria Interna e art. 8º do Regimento Geral da IFE, a Audin conta com uma política formalizada que (a) define a finalidade, responsabilidade e autoridade da Audin e (b) delimita a atuação dos trabalhos da Auditoria Interna, evitando que desempenhe tarefas de gestão administrativa, próprias de gestores. No entanto, os normativos do IFSP não estabelecem:

- as seguintes responsabilidades do Auditor-Chefe perante o Conselho Superior e a Administração: oferecer opinião sobre a adequação e efetividade dos controles internos administrativos e gestão de riscos; periodicamente, prover informação sobre o andamento e os resultados do PAINT e a suficiência dos recursos destinados à Audin; alinhar a atuação da Audin com os riscos estratégicos, operacionais, de conformidade e financeiros da organização;
- as seguintes autorizações ao Auditor-Chefe: ter livre acesso ao Conselho Superior; prover serviços de consultoria à administração quando a Audin considerar apropriado;
- as normas que devem ser seguidas pelos auditores internos a fim de evitar conflitos de interesses e favorecer a imparcialidade e a objetividade nos resultados dos trabalhos;
- política de desenvolvimento de competências para os auditores internos.

A Audin compunha-se de dois auditores internos no início do exercício - número que aumentou para quatro, no segundo semestre, mas que ainda se mostrou insuficiente para o cumprimento das ações previstas no PAINT. Suas instalações são boas e, segundo percepção dos auditores, a Audin possui equipamentos de informática em quantidade/qualidade suficiente para o número atual de servidores.

Quanto à atuação da equipe da Auditoria Interna, verifica-se que as ações realizadas pela Audin representaram de 54% a 82% da quantidade de ações previstas no PAINT, devido à existência de ações em andamento, quando o PAINT foi elaborado. Destaque-se que o PAINT não foi elaborado com base em metodologia adequada de avaliação de riscos, dado que a IFE não possui um sistema eficaz de gestão de riscos e não elabora documento de gestão de risco da Instituição. De acordo com o disposto no PAINT, os critérios utilizados para planejamento de suas atividades foram: materialidade, relevância e criticidade.

Considerando o conteúdo dos relatórios produzidos pela Auditoria Interna no exercício sob exame, a Audin exerceu adequadamente sua função de assessoramento aos gestores da Instituição, não tendo sido verificado qualquer trabalho em que ela tenha atuado em tarefas de gestão administrativa.

Diante do exposto, entende-se necessária a realização de estudo sobre o dimensionamento da força de trabalho, dos recursos materiais e de serviços da Audin, bem como a realização de cursos voltados ao conhecimento e à aquisição de competências na área de gestão de riscos, para dotá-la de capacidade para cumprir sua missão.

2.6 Avaliação do CGU/PAD

O órgão de controle interno teve como objetivo verificar:

- (a) se a Entidade examinada designou um coordenador responsável pelo registro de informações sobre procedimentos disciplinares instaurados na Entidade no Sistema de Gestão de Processo Disciplinar da CGU (CGU-PAD);



(b) se existe estrutura de pessoal e tecnológica capaz de gerenciar a devida utilização do sistema CGU-PAD na Entidade examinada; e

(c) se a Entidade está, de fato, registrando as informações referentes aos procedimentos disciplinares instaurados no sistema CGU-PAD.

A partir dos exames realizados, verificou-se que o IFSP não possui normativos internos que regulamentem a estruturação, o funcionamento e a designação de servidores responsáveis pelo registro dos atos atinentes à correição, em desconformidade com os termos da Portaria nº 1.043/2007 do Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União. Verificamos que quatro dos onze processos disciplinares do exercício avaliado não foram registrados no Sistema CGU-PAD. A IFE está se reestruturando para melhor desempenhar as atividades do sistema de correição.

2.7 Avaliação do Cumprimento das Determinações/Recomendações do TCU

A CGU examinou o grau de atendimento do IFSP às determinações efetuadas pelo TCU no exercício avaliado. O escopo dos trabalhos se limitou aos acórdãos com determinação expressa do Tribunal à CGU para monitoramento. A metodologia consistiu no levantamento e análise dos acórdãos, de entrevistas com os gestores (Diretor de Infraestrutura e Expansão) para verificar os processos implementados pelo IFSP para cumprimento das determinações do TCU.

Quatro acórdãos, publicados no exercício 2013, apresentaram determinação expressa à CGU para monitoramento. Três dos quais foram atendidos integralmente pela Entidade e um foi atendido parcialmente.

2.8 Avaliação do Parecer da Auditoria Interna

O Parecer da Unidade de Auditoria Interna da UJ constante do processo de contas contempla os itens exigidos no item 1 do Anexo III da DN TCU nº 132/2013.

2.9 Avaliação do Cumprimento das Recomendações da CGU

Neste item a auditoria objetivou verificar a adequada e oportuna implementação das recomendações expedidas pelas Unidades da Controladoria-Geral da União em ações de controle realizadas junto à UJ, relacionadas ao período de exame, para compor o Relatório de Auditoria de Gestão, analisando as eventuais justificativas do gestor para o descumprimento, bem como as providências adotadas em cada caso.



O escopo da auditoria se limitou a todas as recomendações acordadas com o gestor para serem atendidas no ano da gestão avaliada.

A partir do resultado das análises, conclui-se que das 18 recomendações com prazo de atendimento no exercício das contas, 12 foram atendidas integralmente 6 foram atendidas parcialmente. Das 6 recomendações pendentes de atendimento, destacam-se as seguintes oportunidades de melhoria, no caso de a IFE implementá-las: fortalecimento dos controles internos dos almoxarifados da Reitoria e do Campus São Paulo e instituição da política de segurança da informação na Unidade. Cabe ressaltar que nenhuma das recomendações pendentes de atendimento impactam de forma negativa a gestão da IFE. Em relação às recomendações atendidas, merecem destaque os seguintes aprimoramentos nas atividades da Entidade: elaboração do Manual de Contratação Direta e Inexigibilidade de Licitação com orientação para que, nos processos de contratação de empresas de notória especialização, seja juntada a documentação de comprovação da aptidão das empresas contratadas; em Manual para Contratação Direta - Adesão/Carona - Sistema de Registros de Preços, inclusão da recomendação de que a escolha da ata, a qual pretende-se aderir, deverá ser realizada perante ampla pesquisa das atas vigentes nos órgãos oficiais, como o COMPRASNet; implantação do módulo almoxarifado do Sistema SIGA-ADM, integrando esse setor aos de compras e contabilidade; elaboração de Manual de Procedimentos dos Restos a Pagar com o objetivo de definir as normas e procedimentos para inscrição e controle dos Restos a Pagar do IFSP; no Regimento Geral do IFSP, a inclusão da vinculação da unidade de Auditoria Interna ao Conselho Superior do IFSP e da vedação aos auditores internos de participação em atividades que possam caracterizar a co-gestão.

Nesse contexto, considera-se satisfatório o tratamento dado pela IFE para cumprimento das recomendações da CGU, dado que 67 % delas foram atendidas integralmente causando efeitos positivos na melhoria da gestão, especialmente, de suprimentos de bens e serviços da Instituição.

2. 10 Ocorrências com dano ou prejuízo

Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

3. Conclusão

Eventuais questões formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo



sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

São Paulo/SP, 24 de julho de 2014.

Achados da Auditoria - nº 201407334

1 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

1.1 Pagamento de Pessoal Ativo da União

1.1.1 EFETIVIDADE DOS RESULTADOS OPERACIONAIS

1.1.1.1 INFORMAÇÃO

Avaliação dos resultados de três metas acordadas entre Ministério da Educação e Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Fato

O Termo “Acordo de Metas e Compromissos” (TAM) foi celebrado entre o Ministério da Educação e cada instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para fins de estruturação, organização e atuação dos Institutos Federais, criados pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

O TAM é o único documento que se articula organicamente com a Lei de Reorganização da Rede Federal (Lei nº 11.892/2008) e contém 19 metas de curto (2013) e médio (2016) prazos, com validade estendida até 2022.

Considerando que Instituições devem fornecer informações sobre o resultado das metas alcançadas, já em 2013, foram selecionadas três para compor o escopo da auditoria anual de contas.

A seguir a descrição das metas, cujos resultados foram avaliados pela equipe de auditoria:

i. Meta 3. Alunos matriculados em relação à força de trabalho

Alcance da relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor considerando-se, para efeito deste Termo de Acordo de Metas e Compromissos, os alunos dos cursos técnicos de nível médio (integrado, concomitante e subsequente), PROEJA, cursos de graduação (CST, licenciatura, bacharelado), de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) e de Formação Inicial e Continuada, em relação a todo quadro de professores ativos na Instituição.

Para o cálculo desta relação, cada professor DE ou de 40 horas será contado como 01 (um) professor e cada professor de 20 horas será contado como meio; O número de alunos dos cursos de Formação Inicial



e Continuada será corrigido pela multiplicação da carga horária semestral do curso, dividido por 400 horas.

ii. Meta 14. Pesquisa e Inovação

Apresentação e desenvolvimento de, em média, pelo menos um projeto de pesquisa, inovação e/ou desenvolvimento tecnológico por *Campus*, que reúna preferencialmente professores e alunos de diferentes níveis de formação, em todos os Campi, até o início de 2011, e ampliação em pelo menos 10% ao ano dessas atividades, em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham interface de aplicação com interesse social.

iii. Meta 15. Projetos de Ação Social

Apresentação e desenvolvimento de projetos de ação social, em média, de um em cada *Campus*, até o início de 2011; e ampliação dessas atividades em pelo menos 10% ao ano, pela implementação de projetos de ações inclusivas e de tecnologias sociais, preferencialmente, para populações e comunidades em situação de risco, atendendo às áreas temáticas da extensão.

1.1.1.2 INFORMAÇÃO

Resultados do Indicador "Alunos matriculados em relação à força de trabalho (AFT)" no exercício avaliado, conforme proposto no Termo "Acordo de Metas e Compromissos", celebrado com o MEC.

Fato

A Tabela 1 apresenta os resultados do Indicador “Alunos matriculados em relação à força de trabalho” no exercício avaliado, por *Campus*, bem como o resultado geral do Instituto.

Tabela 1 - Alunos Matriculados em relação à Força de Trabalho (AFT) - IFSP - 2º. Semestre

Campus	Total de Alunos	Total de Prof.	Detalhamento do Total de Professores					Total para Cálculo do Indicador AFT	Alunos Matriculados em relação à Força de Trabalho (AFT)	AFT alternativo com CD=0 e FG=0,5
			40h ou RDE	20h	FG	FCC*	CD			
Araraquara (ARQ)	481	31	30	1	5	3	2	30,5	15,77	19,63
Avaré (AVR)	496	31	30	1	4	2	2	30,5	16,26	19,45
Barretos (BRT)	438	42	39	1	4	5	3	39,5	11,09	13,69
Birigui (BRI)	705	44	43	1	5	5	2	43,5	16,21	19,32
Boituva (BTV)	503	15	14	1	4	3	2	14,5	34,69	55,89
Bragança Paulista (BRA)	829	52	52	0	3	3	2	52	15,94	17,64
Campinas (CMP) ¹	56	14	9	5	1	1	2	11,5	4,87	6,59
Campos do Jordão (CJO)	517	24	23	1	3	3	2	23,5	22,00	27,95
Capivari (CPV) ¹	216	28	26	2	6	2	2	27	8,00	10,29
Caraguatatuba (CAR)	745	51	49	2	2	4	2	50	14,90	16,56
Catanduva (CTD)	560	35	32	3	5	4	2	33,5	16,72	20,74
Cubatão (CBT)	1151	68	59	9	2	4	3	63,5	18,13	20,02
Guarulhos (GRU)	1271	53	47	6	1	3	2	50	25,42	27,63
Hortolândia (HTO)	290	26	25	1	4	3	2	25,5	11,37	14,50
Itapetininga (ITP)	811	46	45	1	3	5	2	45,5	17,82	20,53
Matão (MTO)	237	22	20	2	3	3	2	21	11,29	14,81
Piracicaba (PRC)	482	35	33	2	5	3	3	34	14,18	17,85
Presidente Epitácio (PEP)	905	34	32	2	1	5	2	33	27,42	32,32



Registro (RGT) ²	539	19	17	2	0	3	1	18	29,94	34,77
Salto (SLT)	716	44	35	9	8	6	6	39,5	18,13	27,02
São Carlos (SCL)	662	35	33	2	2	4	2	34	19,47	22,83
São J. da Boa Vista (SBV)	765	53	52	1	8	5	2	52,5	14,57	17,39
São J. dos Campos (SJC) ²	382	17	17	0	2	2	2	17	22,47	29,38
São Paulo (SPO)	6022	272	267	5	14	30	9	269,5	22,35	25,25
São Roque (SRQ)	520	36	35	1	5	4	2	35,5	14,65	17,93
Sertãozinho (SRT)	847	53	46	5	6	7	2	48,5	17,46	21,18
Suzano (SZN)	505	29	27	2	2	4	1	28	18,04	21,04
Votuporanga (VTP)	687	40	34	6	6	5	2	37	18,57	23,29
TOTAL	22338	1249	1171	74	114	131	68	1208	18,49	21,95

Fonte: Registro Acadêmico ou SISTEC.

* Foi criado, no 2º. semestre, a Função de Coordenação de Curso – FCC, equivalente à FG.

1 – Os *Campi* Campinas e Capivari iniciaram suas atividades em 2013.

2 – Os *Campi* Registro e São José dos Campos iniciaram suas atividades em 2012.

O IFSP apresentou, juntamente com os dados para o cálculo do indicador AFT, as seguintes observações relevantes:

“1) Lembramos que a maioria dos 29 Campi do IFSP ainda estão em processo de expansão, não tendo atingido sua capacidade máxima em termos de alunos. Os cursos estão sendo implementados paulatinamente devido a questões de instalação de infra-estrutura (como laboratórios para os cursos, blocos com sala de aula) o que requer algum tempo já que, normalmente estão atrelados em licitações, etc.

2) Os professores com carga horária de 20h e os que tem FG e FCC, equivalem a 0,5 professor, pois tem número de aulas reduzido pela metade para poder exercer a função. Os professores com CD, devido ao cargo, não ministram aulas.”

Registre-se que foi acrescentado na Tabela 1, Indicador Alternativo, não previsto no TAM, para ajustar a quantidade de docentes ocupantes de Cargos de Direção (CD) e Função Gratificada (FG), que representam cerca de 25% do total de professores do Instituto, impactando o resultado do Indicador AFT, pois os normativos do IFSP estabelecem a dispensa das aulas para os docentes ocupantes de CD e jornada reduzida (equivalente a docentes com carga horária de 20 horas semanais) para ocupantes de FG e FCC.

Dessa forma, os resultados do Indicador Alternativo são maiores que os resultados do Indicador previsto no TAM, pois não consideram todos os docentes ativos da Instituição e servem para análises acerca do quantitativo de docentes que possuem CD, FG ou FCC.

Da análise da Tabela 1, verifica-se que, no 2º. semestre, o Indicador AFT global atingiu 18,49 e o AFT alternativo 21,95, enquanto no 1º. semestre, em decorrência dos dados levantados na auditoria de acompanhamento da gestão, o Indicador AFT e o Indicador Alternativo atingiram, respectivamente, 17,31 e 21,51.

Percebe-se uma ligeira elevação nos indicadores do segundo semestre em relação ao primeiro, devido principalmente ao fato, observado pelo IFSP, de que a maioria dos *Campi* encontram-se em processo de expansão. Tal situação é percebida ao comparar os quantitativo de alunos matriculados no segundo semestre de 22.338, representando um aumento de cerca de 11% em relação aos 20.101 alunos matriculados no primeiro semestre.

1.1.1.3 CONSTATAÇÃO

Resultado do Indicador "Alunos matriculados em relação à força de trabalho (AFT)" inferior à meta estabelecida no Termo "Acordo de Metas e Compromissos (TAM)" de 20 alunos regularmente matriculados por professor ativo da Instituição em 11 Campi do IFSP.



Fato

Da análise comparativa dos dados da Tabela 1, verifica-se que 11 *Campi* do IFSP estão abaixo da meta de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor, prevista no Termo “Acordo de Metas e Compromissos (TAM)”, e que 15 *Campi* superaram a meta, além de 2 *Campi* que, embora não tenham atingido a meta, iniciaram suas atividades em 2012 e 2013.

Os *Campi* que apresentaram o Indicador AFT com valores inferiores à meta prevista no TAM foram: Araraquara; Avaré; Barretos; Birigui; Bragança Paulista; Campinas; Capivari; Caraguatatuba; Hortolândia; Matão; Piracicaba; São João da Boa Vista e São Roque, sendo que os *Campi* Campinas e Capivari iniciaram suas atividades em 2013.

Foram selecionados para análise, dois *Campi* do IFSP que apresentaram indicadores abaixo da meta e que entraram em funcionamento antes de 2012, a saber: os *Campi* Barretos e Hortolândia.

Para o *Campus* Hortolândia, foi analisada a distribuição da carga horária de todos os docentes lotados no mesmo, conforme resumo a seguir:

Distribuição da Carga Horária – 2.º semestre de 2013 – *Campus* Hortolândia

Mat. SIAPE	Jornada de Trabalho	Cursos/Matérias Ministrados	Qtde. Aulas	Projeto de Pesquisa ou Extensão	Reunião de colegiado do Curso ou Área	Atividades de Complementação
1999535	40h RDE	- Desenho Técnico Assistido por Computador - Hidráulica e Pneumática - Técnicas de Usinagem 1	16	Alteração da Grade (12 horas - interno)	2h	Comissão Fiscalização da obra do mezanino
2773511	40h RDE	- Hidráulica e Pneumática - Técnicas de Usinagem 1	8	Autocapacitação 12hs (Doutorado em Engenharia Mecânica).	2h	Comissão atribuição de carga docente
2050084	40h RDE	- Eletricidade 1 - Eletrotécnica Industrial	8	Estudo de recursos necessários a Área de Eletroeletrônica	2h	Estruturação de laboratório de controle de processos
2067659	40h RDE	- Laboratório de Eletrônica Analógica 1	4	Acompanhamento dos alunos bolsistas do programa de bolsa ensino de Eletroeletrônica	2h	Projeto institucional: Montagem do laboratórios eletroeletrônica
2067179	40h RDE	- Laboratório de Eletrônica Digital 1	4	Elaboração de apostilas didáticas de comandos elétricos e instalações elétricas	2h	Projeto institucional: Montagem do laboratórios eletroeletrônica
2067641	40h RDE	- Laboratório de Eletricidade 1	4	Projetos Básicos para Aquisição de Equipamentos Específicos	2h	Acompanhamento dos alunos bolsistas do programa de bolsa ensino de eletroeletrônica
1021743	40h RDE	- Ferramentas Desenvolvimento de Aplicativos - Lógica Estruturada Aplicada	20	Projeto Externo – Autocapacitação – 12h	2h	---
1847495	40h	- Empreendedorismo e Técnicas de Gestão T4 (Vespertino) - Empreendedorismo e Técnicas de Gestão T4 (Noturno) - Introdução à Administração	8	Reconhecimento do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS) – 12h	2h	Presidente da CPA IFSP
2050087	40h RDE	- Matemática I - Matemática Discreta A2	6	Projeto Externo – Autocapacitação – 12h	2h	Comissão Proeja
2054287	40h RDE	- Fundamentos de Programação - Algoritmos e Programação	18	Projeto do Módulo de Gestão de Cursos e Disciplinas da Secretaria do Campus Hortolândia – 12h interno	2h	---
2061429	40h RDE	- Introdução aos Sistemas Operacionais - Redes de Computadores	18	Projeto de análise de requisitos para software de abertura de chamados na CTI – 12 h	2h	---



Mat. SIAPE	Jornada de Trabalho	Cursos/Matérias Ministrados	Qtde. Aulas	Projeto de Pesquisa ou Extensão	Reunião de colegiado do Curso ou Área	Atividades de Complementação
2892168	40h RDE	- Redes de computadores - Gerenciamento e segurança de dados	12	Análise de demandas e Projeto Básico de Infraestrutura de T.I. do Campus Hortolândia – 12h	2h	Adequação do Projeto de Redes do Campus Hortolândia
20389736	40h RDE	- Fundamentos de Informática - Linguagem de Programação - Introdução à Web - Algoritmos de Programação	16	Projeto de Desenvolvimento de Software para a Secretaria do Campus Hortolândia – 12h	2h	---
1838903	40h RDE (CD)	- Hardware e sistemas operacionais - Sistemas Operacionais A2	6	Gerente Educacional	2h	---
1673005	40h RDE (FG)	- Redes de Computadores A2 - Gerenciamento e Segurança de Dados	14	Coordenador de Tecnologia da Informação	2h	---
1957971	40h RDE (FG)	- Projeto Integrador (Vesp.) - Projeto Integrador (Not.) - Linguagem de Programação	12	Coordenador de Área de Informática	2h	---
1958699	40h RDE (FG)	- Projeto Integrador 2 - Linguagem de Programação 1 - Analise e Projeto de Sistemas	12	Coordenador de Curso de ADS	2h	---
1969410	40h RDE (FG)	- Algoritmos e programação - Gerenciamento de Bancos de Dados	12	Coordenador de Apoio ao Ensino	2h	---
2905824	40h RDE (FG)	- Fundamentos de Programação - Analise de Sistemas 1	12	Coordenação de Extensão	2h	---
1932427	40h RDE (FG)	- Algoritmos e Programação I - Fundamentos de Engenharia de Software 2	10	Coordenação de Pesquisa e Inovação	2h	---
4058261	40h RDE (FG)	- Eletrônica Digital 1 - Eletrônica Analógica 1 - Eletrotécnica Industrial	10	Coordenação Eletroeletrônica	2h	Coordenação Eletroeletrônica
3923398	40h RDE (FG)	- Ensaaios Mecânicos - Elementos de Máquinas - Resistência dos Materiais	8	Coordenação Mecânica	2h	Coordenação Mecânica
1999531	40h RDE (Exonerado)	- Prática de Laboratório I - Projeto Interdisciplinar	8	Projeto Desenvolvimento Cultural - 8h Interno/ 4h Externo	2h	FIC - Metrologia
1999316	20 h (CDT)	- Inglês Técnico I - Comunicação e Expressão - Redação Técnica - Inglês Instrumental	8	Dispensado de apresentação de projeto (Prof. Temporário)	2h	---

Da análise da distribuição da carga horária dos docentes lotados no *Campus Hortolândia*, verifica-se que os professores com carga horária de 40 horas semanais apresentaram quantidade média de 10,9 aulas, enquanto os professores com Função Gratificada (FG) apresentaram quantidade média de 11,3 aulas e o único professor com carga de 20 horas semanais apresentou 8 aulas semanais.

Da mesma forma, para o *Campus Barretos*, foi analisada a distribuição da carga horária de todos os docentes lotados no mesmo, conforme resumo a seguir:

Distribuição da Carga Horária – 2.º semestre de 2013 – *Campus Barretos*

Mat. SIAPE	Jornada de Trabalho	Cursos/Matérias Ministrados	Qtde. Aulas	Projeto de Pesquisa ou Extensão	Reunião de colegiado do Curso ou Área	Atividades de Complementação
1822806	40h RDE (CD)	---	0	---	---	---
1932432	40h RDE (CD)	- Integrado (Informática) - Técnico (MSI)	4	---	---	---
1906126	40h RDE (CD)	- Técnico (agronegócio)	4	---	---	---



Mat. SIAPE	Jornada de Trabalho	Cursos/Matérias Ministrados	Qtde. Aulas	Projeto de Pesquisa ou Extensão	Reunião de colegiado do Curso ou Área	Atividades de Complementação
1771746	40h RDE (FG)	- Técnico (alimentos) - Superior (Lic. Biologia)	17	Projeto aprovado pela CEPIE	2h	Coordenação de Pesquisa
1847339	40h RDE (FG)	- Integrado (Agropecuária) - Técnico (alimentos) - Superior (Lic. Biologia)	15	---	2h	Coordenação de curso / Participação em cursos FIC
1878112	40h RDE (FG)	- Técnico (eventos) - Superior (Turismo)	14	---	2h	Coordenação de curso
1847098	40h RDE (FG)	- Integrado (Agropecuária) - Técnico (agronegócio)	12	---	2h	Coordenação de área
1846922	40h RDE (FG)	- Integrado (Agropecuária) - Técnico (agronegócio)	12	---	2h	Coordenação de Extensão
1808557	40h RDE (FG)	- Técnico (eventos) - Superior (Turismo)	11	---	2h	Coordenação de área
1880125	40h RDE (FG)	- Integrado (Informática) - Superior (ADS)	8	---	2h	Coordenação de área
1885501	40h RDE (FG)	- Integrado (informática) - Técnico (MSI)	8	---	2h	Coordenação TI
1835774	40h RDE (FG)	- Integrado (informática) - Superior (ADS)	8	---	2h	Coordenação de curso
1905832	40h RDE (FG)	- Superior (Lic. Biologia)	3	---	2h	Coordenação de curso
1872695	40h RDE	- Técnico (eventos) - Superior (Turismo)	17	Auto capacitação (doutorado)	2h	---
1959834	40h RDE	- Técnico (alimentos)	17	Auto capacitação (licenciatura)	2h	Participação em cursos FIC
1900726	40h RDE	- Técnico (alimentos)	15	Projeto aprovado pela CEPIE	2h	Participação em cursos FIC
1814480	40h	- Integrado (Agropecuária) - Superior (Lic. Biologia)	14	Projeto aprovado pela CEPIE	2h	---
1872640	40h RDE	- Técnico (alimentos) - Técnico (eventos) - Superior (Turismo)	14	Auto capacitação (doutorado)	2h	---
1880530	40h RDE	- Integrado (Agropecuária) - Técnico (agronegócio) - Técnico (MSI)	14	Auto capacitação (licenciatura)	2h	---
1881704	40h RDE	- Técnico (eventos) - Superior (ADS) - Superior (Turismo)	14	Auto capacitação (doutorado)	2h	---
1959832	40h RDE	- Integrado (Agropecuária) - Técnico (alimentos) - Superior (Lic. Biologia)	12	Projeto aprovado pela CEPIE	2h	Participação em cursos FIC
1808101	40h RDE	- Integrado (informática) - Superior (ADS)	12	Auto capacitação (doutorado)	2h	---
1848658	40h	- Integrado (Agropecuária) - Técnico (agronegócio) - Superior (Lic. Biologia)	12	Projeto aprovado pela CEPIE	2h	---
1846615	40h RDE	- Técnico (eventos) - Técnico (MSI)	12	Auto capacitação (doutorado)	2h	---
1932425	40h RDE	- Integrado (informática) - Técnico (MSI)	11	Projeto aprovado pela CEPIE	2h	---
1808856	40h RDE	- Integrado (Agropecuária) - Técnico (agronegócio)	11	Projeto aprovado pela CEPIE	2h	---
1847817	40h RDE	- Integrado (Agropecuária) - Superior (Lic. Biologia)	10	Projeto aprovado pela CEPIE	2h	---
1820545	40h	- Técnico (Agronegócio) - Superior (Lic. Biologia)	10	Projeto aprovado pela CEPIE	2h	---
1930833	40h RDE	- Integrado (Informática) - Técnico (MSI) - Superior (ADS)	10	Projeto aprovado pela CEPIE	2h	Auto capacitação (licenciatura)
1865541	40h RDE	- Integrado (Informática) - Técnico (Agronegócio) - Técnico (MSI) - Superior (Turismo)	10	Auto capacitação (doutorado)	2h	---



Mat. SIAPE	Jornada de Trabalho	Cursos/Matérias Ministrados	Qtde. Aulas	Projeto de Pesquisa ou Extensão	Reunião de colegiado do Curso ou Área	Atividades de Complementação
2054309	40h RDE	- Superior (Lic. Biologia)	8	Projeto aprovado pela CEPIE	2h	---
1809419	40h RDE	- Técnico (MSI) - Técnico (Agronegócio)	8	Projeto aprovado pela CEPIE	2h	---
1823161	40h	- Integrado (Informática) - Superior (ADS)	8	Projeto aprovado pela CEPIE	2h	Participação do Conselho Superior
1938103	40h RDE	- Superior (Lic. Biologia)	8	Projeto aprovado pela CEPIE	2h	---
1866082	40h RDE	- Técnico (Agronegócio)	6	Projeto aprovado pela CEPIE	2h	---
1976049	40h (CTD)	- Técnico (Agronegócio)	16	---	2h	Participação em cursos FIC
2060989	40h (CTD)	- Técnico (Alimentos)	14	---	2h	Participação em cursos FIC
2069339	40h (CTD)	- Técnico (Agronegócio) - Técnico (Alimentos)	12	---	2h	---
1952842	40h (CTD)	- Técnico (Eventos) - Superior (Turismo)	12	---	2h	Participação em cursos FIC
2069306	40h (CTD)	- Técnico (Eventos) - Superior (Turismo)	9	---	2h	---
2069230	40h (CTD)	- Técnico (Eventos) - Superior (Turismo)	8	---	2h	---
2069339	20h (CTD)	- Superior (Lic. Biologia)	4	---	2h	---
1861093	RDE (Lic. Mat.)	---	---	---	---	---
1057545	RDE (Cedido Reitoria)	---	---	---	---	---
1116179	RDE (Cedido Reitoria)	---	---	---	---	---

Da análise da distribuição da carga horária dos docentes lotados no *Campus* Barretos, verifica-se que os professores com carga horária de 40 horas semanais apresentaram quantidade média de 11,6 aulas, enquanto os professores com Função Gratificada (FG) apresentaram quantidade média de 10,8 aulas e o único professor com carga de 20 horas semanais apresentou 4 aulas semanais.

Nos dois *Campi* analisados, a quantidade média de aulas atribuídas aos docentes ficou aquém das 20 aulas estabelecidas pela Resolução nº. 270/2011. Porém, deve-se ponderar que, conforme salientou o próprio IFSP, os *Campi* ainda estão em fase de implantação e, portanto, não possuem toda a sua capacidade de oferta de cursos efetivadas e da infraestrutura necessária para sua implementação.

Por fim, o IFSP informou que não houve oferta de cursos Pronatec para os *Campi* Barretos e Hortolândia. Ambos também não possuem cursos e não atuam na Educação à Distância.

Dessa forma, a baixa relação de alunos por professor do indicador AFT pode ser relacionada à baixa atribuição de aulas aos docentes nos casos analisados, demonstrando, ainda, uma reduzida quantidade de alunos em relação ao quantitativo de professores.

Causa

Não foram criados cursos suficientes para complementar a carga horária ociosa dos docentes nos *Campi* Barretos e Hortolândia.

Manifestação da Unidade Examinada

O IFSP apresentou a seguinte manifestação, por meio do Ofício n.º 494/2014-UAD:



“Conforme a presente Solicitação de Auditoria, segue em anexo a justificativa referente ao *Campus* Barretos, que informa ter baixo número de aulas atribuídas para alguns professores, no 2º semestre de 2013, devido ao fechamento de duas turmas no decorrer do semestre: 3º Módulo do Técnico em Agronegócio e 2º Módulo de Técnico em Manutenção e Suporte em Informática. Essas turmas possuíam poucos alunos matriculados antes do início do semestre e as disciplinas foram inicialmente atribuídas a alguns professores. Entretanto, com o início do semestre observou-se que os alunos não frequentaram as aulas, ocasionando o fechamento de tais turmas e, conseqüentemente, a diminuição da quantidade de aulas de alguns professores. Anexo a relação da quantidade de alunos matriculados no IFSP – Campus Barretos no 2.º Semestre de 2013 (anexo 1).

No que diz respeito ao *Campus* Hortolândia, a análise de distribuição de carga horária dos docentes lotados, não foram consideradas as quantidades de horas atribuídas às atividades destinadas às complementações da carga horária docente, conforme previsto no Art. 2º da Resolução n.º 477, de 6 de dezembro de 2011, bem como, os Projetos Institucionais previstos no Art. 12, parágrafo único da Resolução n.º 270, de 3 de maio de 2011. O *Campus* entende que, havendo a previsão no referidos documentos legais da dedução do tempo dedicado a essas atividades horas semanais previstas para as aulas, também deveriam ser consideradas no cálculo da média de aulas por professor, elevando a média das horas dos professores sem FG para patamares superiores aos dos professores com FG/CD. Em relação aos professores com Função Gratificada – FG, com média de horas aulas superiores a 10 aulas, tal fato se deve devido às especificidades dos cargos ofertados no *Campus*, algumas disciplinas demandam professores com formação específica gerando assim a média apontada.

Por outro lado, cabe ressaltar que os atrasos ocorridos, tanto na entrega da primeira etapa como na fase de licitação e execução das obras de expansão e reestruturação do *Campus* acabaram por comprometer a ampliação adequada da infraestrutura física necessária, reduzindo e até mesmo impedindo em alguns momentos, como no atual, a oferta de novas vagas e abertura de novos cursos, agravando ainda mais os baixos índices apresentados pelos indicadores do *Campus* analisados pela CGU.”

Análise do Controle Interno

Para a distribuição da carga horária dos docentes lotados no *Campus* Barretos, o IFSP justificou a baixa atribuição de aulas aos docentes pelo fechamento de duas turmas no decorrer do semestre.

Na distribuição da carga horária dos docentes lotados no *Campus* Hortolândia, o IFSP alegou que não foram consideradas as quantidades de horas atribuídas às atividades destinadas às complementações da carga horária docente, conforme previsto no Art. 2º da Resolução n.º 477, de 6 de dezembro de 2011, bem como, os Projetos Institucionais previstos no Art. 12, parágrafo único da Resolução n.º 270, de 3 de maio de 2011.

Quanto às deduções alegadas, ressaltamos que a carga horária utilizada para comparação foi a prevista na Resolução n.º 270, equivalente a 17 horas de aula (equivalentes a 22 aulas de 45 minutos, conforme a Portaria n.º 1.898, já descontadas as horas para preparação didática, reuniões de área, atendimento ao estudante e os projetos de ensino, pesquisa e inovação ou de extensão. De fato, não foram considerados eventuais projetos institucionais, pois não foi informada qualquer ocorrência para os *Campi* analisados, ressaltando que, conforme a referida portaria, a designação se dará por meio de portaria específica. A documentação enviada pelo IFSP incluiu somente os Formulários de Apresentação de Projeto – FAP, os quais tratam dos projetos de ensino, pesquisa e inovação ou de extensão, que foram considerados na carga horária analisada.



No entanto, o principal aspecto da avaliação da carga horária docente não é o cumprimento da carga de aulas individual de cada docente, mas a relação quantitativa entre docentes e alunos, o que impacta diretamente os objetivos institucionais do IFSP.

Nesse sentido, as médias de aulas dos docentes, de 11,6 aulas no *Campus* Barretos e 10,9 aulas semanais no *Campus* Hortolândia demonstram claramente o baixo aproveitamento dos docentes para as aulas do IFSP. Tal situação é parcialmente explicada pela rápida expansão por que passa o Instituto, mas também pela ocorrência de situações conforme justificado pelo próprio IFSP, no *Campus* Barretos, onde houve encerramento de turmas devido à falta de alunos.

Recomendações:

Recomendação 1: Apresentar plano de aproveitamento da carga horária docente, por *Campus*, para o exercício das atividades acadêmicas do Instituto, voltado a garantir maior aproveitamento e envolvimento do corpo docente a partir de 2015.

1.1.1.4 INFORMAÇÃO

Informações dos cursos PRONATEC Bolsa-Formação no IFSP.

Fato

Com o objetivo de avaliar a distribuição da carga horária docente nos dois *Campi* selecionados para análise (Barretos e Hortolândia), foram solicitados os dados sobre os cursos e alunos matriculados no Pronatec Bolsa-Formação sob a responsabilidade do IFSP.

Segundo o informado pelo IFSP, não houve oferta de cursos Pronatec especificamente para os *Campi* Barretos e Hortolândia.

Adicionalmente, O IFSP informou que não houve oferta de cursos PRONATEC Bolsa-Formação nas modalidades Técnico Integrado; Técnico Concomitante; e Técnico Subsequente, em nenhuma unidade do Instituto.

Houve oferta de cursos somente na modalidade Formação Inicial e Continuada – FIC, cujos dados estão resumidos na tabela 1, a seguir:

Tabela 1 - Cursos PRONATEC Bolsa-Formação - Formação Inicial e Continuada – FIC

<i>Campus</i>	Curso Ofertado	Carga Horária	Vagas	Horas/Aulas	Valor Pactuado (R\$)
<i>Campus</i> Boituva	DESENHISTA MECÂNICO M2/2013	160	25	4000	40.000,00
	DESENHISTA MECÂNICO T2/2013	160	25	4000	40.000,00
	ELETRICISTA INDUSTRIAL M2/2013	200	25	5000	50.000,00
	ELETRICISTA INDUSTRIAL T3/2013	200	25	5000	50.000,00
<i>Campus</i> Capivari	OPERADOR DE COMPUTADOR M4/2013	160	30	4800	48.000,00
	OPERADOR DE COMPUTADOR M6/2013	160	30	4800	48.000,00
	OPERADOR DE COMPUTADOR N2/2013	160	30	4800	48.000,00
	OPERADOR DE PROCESSOS QUÍMICOS INDUSTRIAIS M3/2013	200	30	6000	60.000,00
	OPERADOR DE PROCESSOS QUÍMICOS INDUSTRIAIS M4/2013	200	30	6000	60.000,00
<i>Campus</i> Matão	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2013	160	20	3200	32.000,00
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N2/2013	160	20	3200	32.000,00
	ESPAÑHOL BÁSICO N1/2013	160	20	3200	32.000,00
	INGLÊS BÁSICO N1/2013	160	20	3200	32.000,00
	OPERADOR DE COMPUTADOR N1/2013	160	20	3200	32.000,00
	OPERADOR DE COMPUTADOR N2/2013	160	20	3200	32.000,00
	PROMOTOR DE VENDAS N1/2013	160	40	6400	64.000,00



<i>Campus</i> Avaré	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE M1/2013	400	40	16000	160.000,00
	AGRICULTOR ORGÂNICO M1/2013	160	40	6400	64.000,00
	ALMOXARIFE M1/2013	160	40	6400	64.000,00
	ARTESÃO DE PINTURA EM TECIDO T1/2013	160	40	6400	64.000,00
	ARTESÃO EM BORDADO À MÃO T1/2013	160	40	6400	64.000,00
	AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR T1/2013	180	40	7200	72.000,00
	CUIDADOR DE IDOSO M1/2013	160	40	6400	64.000,00
	MAQUIADOR T1/2013	160	40	6400	64.000,00
	MONITOR DE RECREAÇÃO M1/2013	160	40	6400	64.000,00
	OPERADOR DE SUPERMERCADOS T1/2013	200	40	8000	80.000,00
Associação Espirita - O Bom Samaritano	COSTUREIRO INDUSTRIAL DO VESTUÁRIO M1/2013	200	20	4000	40.000,00
	COSTUREIRO INDUSTRIAL DO VESTUÁRIO T1/2013	200	20	4000	40.000,00
Penitenciaria Masculina de Cerqueira Cesar	GARÇOM M3/2013	200	30	6000	60.000,00
<i>Campus</i> Caraguatatuba	CUIDADOR DE IDOSO N2/2013	160	25	4000	40.000,00
	INGLÊS APLICADO A SERVIÇOS TURÍSTICOS M1/2013	180	20	3600	36.000,00
	OPERADOR DE COMPUTADOR M2/2013	180	20	3600	36.000,00
	VENDEDOR M1/2013	160	20	3200	32.000,00
<i>Campus</i> Catanduva	AUXILIAR ADMINISTRATIVO M2/2013	160	25	4000	40.000,00
	DESENHISTA MECÂNICO M2/2013	160	25	4000	40.000,00
	ELETRICISTA INDUSTRIAL M2/2013	200	20	4000	40.000,00
	OPERADOR DE COMPUTADOR M2/2013	160	25	4000	40.000,00
	TORNEIRO MECÂNICO M2/2013	160	25	4000	40.000,00
<i>Campus</i> Guarulhos	ESPAÑHOL BÁSICO M1/2013	160	20	3200	32.000,00
	LUBRIFICADOR INDUSTRIAL M1/2013	160	20	3200	32.000,00
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES M1/2013	160	20	3200	32.000,00
	OPERADOR DE COMPUTADOR M1/2013	160	20	3200	32.000,00
	OPERADOR DE COMPUTADOR M2/2013	160	20	3200	32.000,00
	OPERADOR DE COMPUTADOR M3/2013	160	20	3200	32.000,00
	RECEPCIONISTA T1/2013	160	20	3200	32.000,00
<i>Campus</i> Itapetininga	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2013	160	25	4000	40.000,00
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N2/2013	160	25	4000	40.000,00
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO T1/2013	160	25	4000	40.000,00
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO T2/2013	160	25	4000	40.000,00
	AUXILIAR DE CONTABILIDADE N1/2013	160	25	4000	40.000,00
	AUXILIAR DE CONTABILIDADE T1/2013	160	25	4000	40.000,00
	AUXILIAR DE ELETRICISTA N1/2012	160	25	4000	40.000,00
	AUXILIAR EM WEB DESIGNER N1/2012	160	25	4000	40.000,00
	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO N1/2013	200	25	5000	50.000,00
	INGLÊS BÁSICO T1/2013	160	25	4000	40.000,00
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES N1/2013	200	25	5000	50.000,00
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES N2/2013	200	25	5000	50.000,00
	MESTRE DE OBRAS N1/2012	300	20	6000	60.000,00
	MESTRE DE OBRAS N1/2013	300	25	7500	75.000,00
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES N1/2013	160	25	4000	40.000,00
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES T1/2013	160	25	4000	40.000,00
	OPERADOR DE COMPUTADOR N2/2012	160	25	4000	40.000,00
	OPERADOR DE COMPUTADOR T1/2012	160	25	4000	40.000,00
	OPERADOR DE COMPUTADOR T1/2013	160	25	4000	40.000,00
OPERADOR DE COMPUTADOR T2/2012	160	25	4000	40.000,00	



	OPERADOR DE COMPUTADOR T2/2013	160	25	4000	40.000,00
	TORNEIRO MECÂNICO N1/2013	160	25	4000	40.000,00
<i>Campus</i> Presidente Epitácio	ACONSELHADOR EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA M1/2013	240	25	6000	60.000,00
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO M4/2013	160	25	4000	40.000,00
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO T1/2013	160	25	4000	40.000,00
	DESENHISTA MECÂNICO M1/2013	160	25	4000	40.000,00
	OPERADOR DE COMPUTADOR N1/2013	160	25	4000	40.000,00
	OPERADOR DE COMPUTADOR T1/2013	160	25	4000	40.000,00
<i>Campus</i> Registro	ACONSELHADOR EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA N1/2013	240	20	4800	48.000,00
	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA M1/2013	200	30	6000	60.000,00
	AGRICULTOR FAMILIAR M1/2013	200	20	4000	40.000,00
	ALMOXARIFE M1/2013	200	20	4000	40.000,00
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO M1/2013	200	20	4000	40.000,00
	CONDUTOR DE TURISMO DE AVENTURA N1/2013	240	30	7200	72.000,00
	CUIDADOR DE IDOSO M1/2013	200	20	4000	40.000,00
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES N1/2013	200	20	4000	40.000,00
	INTRODUÇÃO À INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS/PORTUGUÊS) T1/2013	200	20	4000	40.000,00
	PEDREIRO DE ALVENARIA M1/2013	200	20	4000	40.000,00
	TRABALHADOR DOMÉSTICO N1/2013	200	20	4000	40.000,00
<i>Campus</i> Sertãozinho	ESPAÑHOL BÁSICO M1/2013	160	20	3200	32.000,00
	ESPAÑHOL BÁSICO T1/2013	160	20	3200	32.000,00
	ESPAÑHOL BÁSICO T2/2013	160	20	3200	32.000,00
	INGLÊS BÁSICO M1/2013	160	20	3200	32.000,00
	INGLÊS BÁSICO N2/2013	160	20	3200	32.000,00
	INGLÊS BÁSICO T1/2013	160	20	3200	32.000,00
	OPERADOR DE COMPUTADOR M1/2013	160	20	3200	32.000,00
	PROGRAMADOR DE SISTEMAS M1/2013	200	20	4000	40.000,00
	SOLDADOR NO PROCESSO ELETRODO REVESTIDO AÇO CARBONO E AÇO BAIXA LIGA N1/2013	160	25	4000	40.000,00
	TORNEIRO MECÂNICO M1/2013	160	25	4000	40.000,00
	TRAÇADOR DE CALDEIRARIA N1/2013	160	20	3200	32.000,00
	TRAÇADOR DE CALDEIRARIA N2/2013	160	20	3200	32.000,00
	VENDEDOR N1/2013	160	25	4000	40.000,00
<i>Brodowski</i>	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2013	160	20	3200	32.000,00
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N2/2013	160	20	3200	32.000,00
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N3/2013	160	20	3200	32.000,00
	DEPILADORA N1/2013	160	20	3200	32.000,00
	DESENVOLVEDOR DE JOGOS ELETRÔNICOS N1/2013	240	20	4800	48.000,00
	DESENVOLVEDOR DE JOGOS ELETRÔNICOS N2/2013	240	20	4800	48.000,00
	DESENVOLVEDOR DE JOGOS ELETRÔNICOS N3/2013	240	20	4800	48.000,00
	MANICURE E PEDICURE N1/2013	160	20	3200	32.000,00
<i>Depto. Cultura e Turismo</i>	ASSISTENTE DE PRODUÇÃO CULTURAL T1/2013	160	20	3200	32.000,00
	CAMAREIRA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM N1/2013	200	20	4000	40.000,00
	EDITOR DE PROJETO VISUAL GRÁFICO N1/2013	160	20	3200	32.000,00
	FOTÓGRAFO N1/2013	190	20	3800	38.000,00
	MAQUIADOR CÊNICO M1/2013	160	20	3200	32.000,00
	ORGANIZADOR DE EVENTOS N1/2013	180	20	3600	36.000,00
	ORGANIZADOR DE EVENTOS N2/2013	180	20	3600	36.000,00
	SONOPLASTA N1/2013	200	20	4000	40.000,00



Sind. Trabalhadores Metalurgicos	OPERADOR DE ENSAIOS NÃO DESTRUTIVOS M1/2013	160	20	3200	32.000,00
Taquaritinga	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2013	160	20	3200	32.000,00
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N2/2013	160	20	3200	32.000,00
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO T1/2013	160	20	3200	32.000,00
	GARÇOM T1/2013	200	20	4000	40.000,00
	OPERADOR DE COMPUTADOR N1/2013	160	20	3200	32.000,00
	PROGRAMADOR DE SISTEMAS T1/2013	200	20	4000	40.000,00
	SOLDADOR NO PROCESSO ELETRODO REVESTIDO AÇO CARBONO E AÇO BAIXA LIGA N1/2013	160	20	3200	32.000,00
	SOLDADOR NO PROCESSO ELETRODO REVESTIDO AÇO CARBONO E AÇO BAIXA LIGA N2/2013	160	20	3200	32.000,00
	SOLDADOR NO PROCESSO ELETRODO REVESTIDO AÇO CARBONO E AÇO BAIXA LIGA N3/2013	160	20	3200	32.000,00
	SOLDADOR NO PROCESSO ELETRODO REVESTIDO AÇO CARBONO E AÇO BAIXA LIGA N4/2013	160	20	3200	32.000,00
Campus Suzano	AGENTE DE INSPEÇÃO DE QUALIDADE M1/2013	160	40	6400	64.000,00
	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS M3/2013	160	40	6400	64.000,00
	AUXILIAR FINANCEIRO M1/2013	160	40	6400	64.000,00
	DESENHISTA MECÂNICO M4/2013	160	40	6400	64.000,00
	OPERADOR DE CAIXA M4/2013	160	40	6400	64.000,00
Campus São João da Boa Vista	CADISTA PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL M1/2013	160	20	3200	32.000,00
	CADISTA PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL M3/2013	160	20	3200	32.000,00
	CADISTA PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL M4/2013	160	20	3200	32.000,00
	DESENHISTA MECÂNICO N1/2013	160	20	3200	32.000,00
	DESENHISTA MECÂNICO N2/2013	160	20	3200	32.000,00
	DESENHISTA MECÂNICO T1/2013	160	20	3200	32.000,00
	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO M2/2013	200	20	4000	40.000,00
	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO T1/2013	200	20	4000	40.000,00
	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO T2/2013	200	20	4000	40.000,00
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES M1/2013	160	20	3200	32.000,00
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES M3/2013	160	20	3200	32.000,00
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES M4/2013	160	20	3200	32.000,00
	OPERADOR DE COMPUTADOR M1/2013	160	20	3200	32.000,00
	OPERADOR DE COMPUTADOR M2/2013	160	20	3200	32.000,00
OPERADOR DE COMPUTADOR T1/2013	160	20	3200	32.000,00	
Campus São Paulo	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES T1/2013	200	20	4000	40.000,00
	PROGRAMADOR DE SISTEMAS M1/2013	200	20	4000	40.000,00
	PROGRAMADOR DE SISTEMAS T1/2013	200	20	4000	40.000,00
	PROGRAMADOR WEB M1/2013	200	20	4000	40.000,00
	PROGRAMADOR WEB T1/2013	200	20	4000	40.000,00
Campus Votuporanga	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO M3/2013	200	30	6000	60.000,00
	MESTRE DE OBRAS M3/2013	300	30	9000	90.000,00
TOTAL		-	3635	-	6.473.000,00

Percebe-se que o IFSP ofereceu 152 cursos com um total de 1.618,25 alunos equivalentes a 400h semestrais.



1.1.1.5 CONSTATAÇÃO

Produção de atividades de pesquisa e extensão em quantidade inferior ao estabelecido no Termo de Acordo de Metas e Compromissos (TAM) em 4 Campi do IFSP.

Fato

O quantitativo de pesquisas e de projetos de extensão desenvolvidos pelo Instituto Federal em 2012 e 2013 indica que 4 *Campi* que entraram em funcionamento até 2011 não cumpriram a meta estabelecida no TAM.

As tabelas 1 e 2 apresentam o quantitativo de pesquisas e de projetos de extensão executados ou em execução nos 28 *Campi* do Instituto no período de 2012 e 2013:

Tabela 1 – Quantidade de projetos de pesquisa desenvolvidos pelo IFSP - 2012/2013

<i>Campus</i>	Qtde. de Projetos de Pesquisa		Percentual de aumento de projetos de 2012 para 2013
	2012	2013	
Araraquara (ARQ)	23	22	-4%
Avaré (AVR)	4	7	75%
Barretos (BRT)	10	8	-20%
Birigui (BRI)	2	19	850%
Boituva (BTV)	2	-	-100%
Bragança Paulista (BRA)	18	23	28%
Campinas (CMP)*	-	-	-
Campos do Jordão (CJO)	8	11	38%
Capivari (CPV)*	3	4	33%
Caraguatatuba (CAR)	29	17	-41%
Catanduva (CTD)	6	16	167%
Cubatão (CBT)	1	-	-100%
Guarulhos (GRU)	18	13	-28%
Hortolândia (HTO)	1	5	400%
Itapetininga (ITP)	16	11	-31%
Matão (MTO)	21	29	38%
Piracicaba (PRC)	4	4	0%
Presidente Epitácio (PEP)	8	6	-25%
Registro (RGT)*	-	1	-
Salto (SLT)	2	23	1050%
São Carlos (SCL)	25	15	-40%
São João da Boa Vista (SBV)	21	42	100%
São José dos Campos (SJC)*	-	3	-
São Paulo (SPO)	89	76	-15%
São Roque (SRQ)	12	15	25%
Sertãozinho (SRT)	10	17	70%
Suzano (SZN)	4	10	150%
Votuporanga (VTP)	5	4	-20%
TOTAL	342	401	17%

*Campi que iniciaram as atividades após 2011

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão

Tabela 2 – Quantidade de projetos de extensão desenvolvidos pelo IFSP - 2012/2013

<i>Campus</i>	Qtde. de Projetos de Extensão	Percentual de
---------------	-------------------------------	---------------



	2012	2013	aumento de projetos de 2012 para 2013
Araraquara (ARQ)	2	4	100%
Avaré (AVR)	5	-	-
Bragança Paulista (BRA)	1	1	0%
Birigui (BRI)	-	6	-
Barretos (BRT)	1	4	300%
Boituva (BTV)	1	11	1000%
Caraguatatuba (CAR)	-	3	-
Cubatão (CBT)	3	2	-33%
Campos do Jordão	-	1	-
Campinas (CMP)	-	8	-
Capivari (CPV)	1	5	400%
Catanduva (CTD)	1	1	0%
Guarulhos (GRU)	-	1	-
Hortolândia (HTO)	1	1	0%
Itapetininga (ITP)	3	6	100%
Matão (MTO)	6	1	-83%
Presidente Epitácio (PEP)	-	3	-
Piracicaba (PRC)	1	-	-
Reitoria	-	1	-
São João da Boa Vista (SBV)	-	3	-
Salto (SLT)	-	2	-
São Carlos (SCL)	4	2	-50%
São José dos Campos (SJC)	-	3	-
Salto (SLT)	3	6	100%
São Paulo (SPO)	6	1	-83%
São Roque (SRQ)	4	1	-75%
Sertãozinho (SRT)	-	3	-
Suzano (SZN)	-	4	-
Votuporanga (VTP)	1	2	100%
TOTAL	44	86	95%

*Campi que iniciaram as atividades após 2011

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão

Da análise das tabelas 1 e 2, percebe-se que, apesar de alguns *Campi* não terem atingido a meta estabelecida, os quantitativos totais do IFSP, tanto de projetos de pesquisa quanto de extensão, apresentaram crescimento de 17% e 95%, respectivamente.

Foram analisados, ainda, os projetos de pesquisa e extensão dos mesmos *Campi* do IFSP selecionados para análise da distribuição da carga horária docente, a saber: os *Campi* Barretos e Hortolândia.

Os projetos de extensão executados no exercício de 2013 no *Campus* Barretos encontram-se relacionados na tabela 3, a seguir:

Tabela 3 – Relação de projetos de extensão do *Campus* Barretos - Exercício 2013

Professor Mat. SIAPE	Descrição do Projeto de Extensão	Objetivos	Qtde. de Alunos Envolvidos	Comunidade Assistida	Instituições públicas ou privadas parceiras
1894063	O Projeto "Instituto Federal Humanizado: A Integração entre saúde e educação na escola" realizou a discussão sobre a prevenção ao uso de drogas, envolvendo a oferta de	- Integrar ações preventivas que contemplam Educação e Saúde no âmbito educacional; - Implementar painéis de discussões sobre Saúde e Prevenção de drogas; - Oportunizar vivência de círculos de	1 aluno bolsistas	200 pessoas da Comunidade de Barretos	Não há



	oficinas e produção de materiais sobre a temática.	diálogo em oficinas de trabalho de grupo referente à temática.			
1885501	Criação de grupos de estudos de inglês instrumental para informática	- Desenvolver turmas de grupos de estudos abertos à comunidade externa e interna do campus com foco no aprimoramento do vocabulário e treinamento da leitura, além de técnicas para pesquisa de documentos em inglês na internet.	3 alunos bolsistas	40 pessoas da Comunidade de Barretos	Não há
1880125	Desenvolvimento do portal de notícias TV IFSP	O objetivo do projeto perante a comunidade e oferecer um site com conteúdo relacionado a Tecnologia da Informação e Comunicação. Perante aos alunos do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de em prática conhecimentos sobre web design, programação web, publicidade, artes gráficas e comunicação. A meta a ser atingida e fazer com que o site tenha diversas notícias sobre TIC pela comunidade.	50 estudantes do médio e superior	250 pessoas da Comunidade de Barretos	Não há

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão.

Os projetos de extensão executados no exercício de 2013 no *Campus Hortolândia* encontram-se relacionados na tabela 4, a seguir:

Tabela 4 – Relação de projetos de extensão do *Campus Hortolândia* - Exercício 2013

Professor Mat. SIAPE	Descrição do Projeto de Extensão	Objetivos	Qtde. de Alunos Envolvidos	Comunidade Assistida	Instituições públicas ou privadas parceiras
1932427	Promoção e estímulo das atividades de difusão e apropriação social de conhecimentos científicos e tecnológicos por meio da “Semana Nacional da Ciência e Tecnologia”.	- Mobilizar os estudantes para a divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos; - Fomentar parcerias entre a instituição e a comunidade.	4 bolsistas de extensão	800 pessoas da Comunidade de Hortolândia	Não há

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão.

A tabela 5 relaciona os projetos de pesquisa executados no exercício de 2013 no *Campus Barretos*:

Tabela 5 – Relação de projetos de pesquisa do *Campus Barretos* - Exercício 2013

Professor Mat. SIAPE	Descrição do Projeto de Pesquisa	Objetivos	Qtde. de Alunos Envolvidos	Instituições públicas ou privadas parceiras
1771746	Iniciação Científica PIBIC-EM - Bolsa com fomento do CNPq. Determinação e comparação	O objetivo do projeto é verificar o teor do ácido ascórbico em sucos de laranja industrializados em função do tempo, capacitar o aluno ao método científico, verificar os teores do referido ácido estabelecidos na legislação, comparar os teores nas	01	IFSP



	dos teores de ácido ascórbico em sucos de laranja comerciais em função do tempo	amostras em função da marca e data de fabricação		
1905832	Iniciação Científica - Bolsa Institucional do IFSP. O uso de tiras e histórias em quadrinhos como ferramenta de ensino e aprendizagem em ciências naturais	Desenvolver metodologia de ensino em ciências naturais que facilite o processo de ensino-aprendizagem através da utilização de tiras e HQ. Fazer levantamento da utilização de tiras e HQ para o ensino dos conteúdos de ciências naturais presentes no livro didático e na apostila do 6º ano do ensino fundamental; - Produzir e aplicar o material didático lúdico, utilizando a linguagem dos quadrinhos, para o 6º ano do ensino fundamental; - Incentivar o licenciando a traduzir em linguagem lúdica os conteúdos trabalhados pelos professores em sala de aula; - Estimular os professores a utilizarem novas metodologias de ensino que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem de seus alunos.	01	IFSP
1847817	Iniciação Científica - Bolsa Institucional do IFSP. Dúvidas e concepções dos educadores e dos responsáveis por crianças da rede municipal de ensino fundamental de Barretos, SP sobre vermes, areia e saúde.	- Avaliar, por meio de questionário, o grau de conhecimento de familiares e educadores da rede municipal de ensino fundamental da cidade de Barretos, SP, sobre enteroparasitoses, areia e saúde. - Avaliar a motivação individual para a busca de informações e para o desenvolvimento de ações educativas junto à comunidade. - Levar ao ambiente escolar de ensino fundamental da cidade de Barretos, SP, informações e questionamentos que permitam contribuir com o processo de educação em saúde do município.	01	IFSP
1885501	Iniciação Científica - Bolsa Institucional do IFSP. Otimização do Gerenciamento de Energia do Sistema Operacional Linux em Dispositivos Móveis	O presente projeto visa realizar pesquisas envolvendo os recursos padrão do Linux, aplicativos e serviços disponíveis nas diversas distribuições a fim de reconhecer os que consomem mais energia e buscar soluções alternativas que permitam a otimização do uso de bateria em dispositivos móveis que adotam o sistema operacional Linux	01	IFSP
1771746	Iniciação Científica - Bolsa Institucional do IFSP. O emprego de parâmetros físicos e químicos para verificação da qualidade da água do poço da área agrícola do <i>Campus</i> Barretos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.	Verificar a qualidade da água de poço da área agrícola do <i>Campus</i> Barretos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP/Barretos) utilizando alguns parâmetros físicos e químicos. Analisar alguns parâmetros físico-químicos da água: pH, oxigênio dissolvido (OD), condutividade elétrica, turbidez, sólidos totais, alcalinidade total, nitrogênio e fósforo totais e concentrações de íons cálcio e magnésio; Analisar os valores obtidos para estes parâmetros frente à legislação brasileira (resolução número 357/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente e portaria 518 do Ministério da Saúde).	01	IFSP
1959832	Iniciação Científica PIBIC/PIBITI - Bolsa com fomento do CNPq. Desperdício de alimentos em escola municipal de Barretos/SP	-Comparar quantitativamente o alimento desperdiçado nas etapas de preparo e consumo de alimentos em uma Escola Municipal de Barretos/SP antes e após implementação de atividades de conscientização sobre a ação do desperdício; - Pesquisar os restos de alimento deixados no prato pelos estudantes do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental (Ciclo I) após o almoço; - Levantar as causas do desperdício de alimentos pelos escolares; - Desenvolver ações lúdico-pedagógicas a fim de promover a redução do desperdício de alimentos pelos escolares; - Divulgar os resultados obtidos para a comunidade escolar.	01	IFSP
1771746	Iniciação Científica	Este projeto tem como objetivo promover estudo	01	IFSP



	<p>PIBIC/PIBITI.</p> <p>Estudo e implementação de sistema de gerenciamento de resíduos no laboratório de química do IFSP/Barretos.</p>	<p>sobre a reutilização, reaproveitamento ou destinação final correta de resíduos gerados nas aulas e/ou atividades de pesquisa do laboratório de química do IFSP/Barretos, bem como desenvolver e implementar sistema de gerenciamento de resíduos no referido laboratório.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Orientar os professores e alunos das disciplinas usuárias do laboratório de química no que concerne a reservar e armazenar adequadamente os resíduos em frascos devidamente identificados e elaborar um formulário para registro dos resíduos gerados nas aulas; - Fazer levantamento técnico dos resíduos gerados nas aulas que utilizam o laboratório de química; - Estudar as melhores rotinas de separação e tratamento destes resíduos tendo como princípio norteador a redução de custos e minimização do impacto ambiental; - Desenvolver Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) para a utilização correta do laboratório de química no que se refere aos resíduos gerados em aulas e atividades de pesquisa; - Divulgar o sistema de gerenciamento no Campus do IFSP/Barretos; - Capacitar futuros profissionais da educação (licenciados) quanto ao gerenciamento de resíduos; - Divulgar os resultados em eventos e/ou publicações científicas. 		
1938103	<p>Iniciação Científica Pibic/PIBITI - Bolsa com fomento do CNPq.</p> <p>Respostas metabólicas de Matrinxã (<i>Brycon amazonicus</i>) submetidos a atividade forçada de natação, contínua e com intermitência de 12/12h.</p>	<p>Por considerar relevantes as análises das vantagens oriundas da utilização de diferentes regimes de natação forçada em peixes Neotropicais de água doce, o presente trabalho visa avaliar as respostas metabólicas de matrinxãs (<i>Brycon amazonicus</i>), em decorrência da submissão das atividades forçadas de natação aeróbica contínua e com intermitência de 12/12 horas</p>	01	IFSP

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa.

A tabela 6 relaciona os projetos de pesquisa executados no exercício de 2013 no *Campus Hortolândia*:

Tabela 6 – Relação de projetos de pesquisa do *Campus Hortolândia* - Exercício 2013

Professor Mat. SIAPE	Descrição do Projeto de Pesquisa	Objetivos	Qtde. de Alunos Envolvidos	Instituições públicas ou privadas parceiras
1932427	<p>Iniciação Científica – Bolsa Institucional do IFSP.</p> <p>Portabilidade e usabilidade de conteúdos educacionais em dispositivos móveis: uma investigação no contexto de portais educacionais brasileiros e celulares da plataforma Android.</p>	<p>Investigar a portabilidade e a usabilidade de aplicações educacionais disponíveis em portais de conteúdo educacional ao serem acessadas por celulares inteligentes, elaborando diretrizes a serem utilizadas por desenvolvedores de conteúdo para que esse seja portátil e usável em dispositivos móveis e em computadores convencionais.</p>	01	IFSP
1932427	<p>Iniciação Científica – Bolsa Institucional do IFSP.</p> <p>Identificação de problemas</p>	<p>Investigar o uso de interação por sensores de movimento, mais especificamente o Wii Remote (controle sensível a movimento do console Wii), ao navegar e produzir conteúdo no TelEduc, um</p>	01	IFSP



	ocasionados por mudança de modalidade da entrada de dados em ambientes virtuais de aprendizagem: um estudo de caso considerando controle sensível a movimento e o TelEduc	ambiente Web de educação que oferece ferramentas para apoiar atividades de ensino e aprendizagem.		
1932427	Iniciação Científica – Bolsa PIBIC-EM CNPq. Estudo Exploratório da Interação do Usuário ao Navegar em Aplicações Web Usando Periféricos Sensíveis ao Movimento.	Investigar o uso de interação por sensores de movimento, mais especificamente o Wii Remote (controle sensível a movimento do console Wii), ao navegar e produzir conteúdo em sites da Web com interatividade como Google Maps, YouTube e Google Street View.	01	IFSP
1932427	Iniciação Científica – Bolsa PIBIC-EM CNPq. Desenvolvimento de Estações de Trabalho Para o Ensino de Princípios Básicos da Área de Interação Humano-Computador.	Especificar, construir e avaliar o uso de quiosques ou estações de trabalho para o ensino de princípios básicos da área de Interação Humano-Computador que são úteis para a construção de interfaces de usuário com boa usabilidade. Pretende-se que as estações de trabalho sejam fáceis de instalar, possibilitando que sejam inseridas em feiras ou eventos de cunho científico, como a semana da Ciência e Tecnologia.	01	IFSP
2905824	Iniciação Científica – Bolsa PIBIC-EM CNPq. Jogo para aprendizado dos conceitos de métodos ágeis	Estudar, elaborar e criar um protótipo de jogo educacional para ensino de métodos ágeis para alunos de ensino técnico. O jogo é a atividade lúdica mais trabalhada pelos professores atualmente, pois ele estimula as várias inteligências, permitindo que o aluno se envolva em tudo que esteja realizando de forma significativa. O jogo proposto fará com que os alunos realizem o planejamento inicial em cima de um cenário e à medida que novos acontecimentos surgirem, a mudança deste cenário fará com que nova análise seja feita para tomada de decisão. Considerando as metodologias ágeis, é necessário uma decisão em equipe para atender a mudança. Desta maneira, os alunos desenvolverão a habilidade em lidar com mudanças, a serem criativos para proporem novas soluções e também a se adaptarem a novas realidades. O bolsista irá aprender como fazer uma pesquisa, desenvolve-lo nas técnicas da engenharia de software e na prática de programação. Esse desenvolvimento acadêmico será feito pela aplicação dos conceitos aprendidos em sala de aula em um projeto real. O bolsista terá a oportunidade de um maior conhecimento em métodos ágeis, em todas as fases do ciclo de vida do desenvolvimento de software e também na elaboração e criação de um jogo computacional.	01	IFSP

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa.

Por fim, exceto pelo descumprimento da meta, individualmente considerada, nos *Campi* Boituva e Cubatão, nos quais não foram realizados projetos de Pesquisa e Inovação, e nos *Campi* Avaré e Piracicaba, nos quais não foram realizados projetos de extensão, não foram identificadas outras impropriedades nos projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos pelo Instituto Federal de São Paulo em 2013.

Causa

Os *Campi* do IFSP não apresentaram ou não tiveram projetos de pesquisa e extensão aprovados para desenvolvimento.



Manifestação da Unidade Examinada

O IFSP não apresentou manifestação para este item.

Análise do Controle Interno

De forma geral, o IFSP obteve um crescimento nos quantitativos de pesquisa e extensão de 17% e 95%, respectivamente. No entanto, percebe-se problemas pontuais nos *Campi* Boituva e Cubatão, nos quais não foram realizados projetos de Pesquisa e Inovação, e nos *Campi* Avaré e Piracicaba, nos quais não foram realizados projetos de extensão.

Recomendações:

Recomendação 1: Desenvolver pelo menos um projeto de pesquisa e/ou atividade de extensão por Campus, em cumprimento aos objetivos básicos das instituições da Rede Federal de Educação Profissional e ao estabelecido no Termo "Acordo de Metas e Compromissos"?

1.1.1.6 CONSTATAÇÃO

Quantitativo de professores substitutos superiores ao limite de 20% do total de professores, estabelecido pela Lei n.º 8.745/93, artigo 2º, §2º, nos Campi Boituva, Cubatão, Matão e São Paulo.

Fato

Com o objetivo de verificar qual a sistemática estabelecida pelo IFSP para contratação de professores substitutos; se está sendo respeitado o limite de 20% do total de docentes efetivos na contratação de professores substitutos; se os professores substitutos estão cumprindo o prazo máximo de permanência de dois anos; e se os professores substitutos estão sendo contratados para atender apenas os afastamentos temporários, questionou-se o IFSP a respeito dessa sistemática.

Inicialmente, o IFSP relatou o fluxograma para contratação de professores substitutos e temporários e informou que adota condições diferenciadas para substitutos ou temporários.

O professor substituto é contratado para suprir falta de professor efetivo em razão de vacância do cargo; afastamento ou licença; ou nomeação para ocupar cargos de direção, com base no inciso IV, do artigo 2º, da Lei 8.745/93.

De fato, a contratação é abarcada pelo dispositivo citado, conforme transcrito a seguir:

“Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Federal direta, as autarquias e as fundações públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

(...)

IV - admissão de professor substituto e professor visitante;”

Já o professor temporário é contratado para suprir demandas decorrentes do Programa Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, respeitados os limites e as condições fixados na Portaria Interministerial n.º 149, de 10/06/2011, e Portaria MEC n.º 1.738, de 09/12/2011.

A situação foi prevista no inciso X, do mesmo dispositivo legal, conforme transcrito a seguir:



“(…)

X - admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições federais de ensino, respeitados os limites e as condições fixados em ato conjunto dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação.”

A Portaria Interministerial n.º 149/2011 autorizou a contratação, por meio do artigo 1º da mesma, transcrito a seguir:

“Art. 1º Autorizar a contratação por tempo determinado, com fundamento no art. 2º, inciso X, da Lei N.º 8.745, de 1993, de 3.315 (três mil, trezentos e quinze) professores, no âmbito do Ministério da Educação, para atender demandas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG, bem como do Colégio Pedro II.”

Dessa forma, o IFSP informou separadamente os quantitativos de professores substitutos e temporários, por *Campus*, conforme resumo a seguir:

Quantitativo total de professores e de professores substitutos e temporários por *Campus*

Campus	Qtde. Total de Professores (A)	Qtde. de Prof. Substitutos (B)	Qtde. de Professores Temporários	% Prof. Subst./Total (B/A)
Araraquara	35	5	3	14,3%
Avaré	25	2	11	8,0%
Barretos	36	2	7	5,6%
Birigui	39	2	7	5,1%
Boituva	5	3	5	60,0%
Bragança Paulista	48	2	11	4,2%
Campinas	15	-	1	-
Campos do Jordão	22	1	6	4,5%
Capivari	6	-	3	-
Caraguatatuba	46	4	9	8,7%
Catanduva	32	1	6	3,1%
Cubatão	61	20	2	32,8%
Guarulhos	52	5	4	9,6%
Hortolândia	29	-	3	-
Itapetininga	42	3	4	7,1%
Matão	5	3	8	60,0%
Piracicaba	36	-	1	-
Presidente Epitácio	22	2	15	9,1%
Registro	5	-	16	-
Salto	68	4	12	5,9%
São Carlos	31	6	8	19,4%
São João da Boa Vista	50	3	3	6,0%
São José dos Campos	15	1	4	6,7%
São Paulo	295	85	16	28,8%
São Roque	34	2	4	5,9%
Sertãozinho	73	14	3	19,2%
Suzano	25	-	5	-
Votuporanga	39	1	4	2,6%
Total	1191	171	181	14,4%

Fonte: Banco de dados da CSP e SIAPE (ref. março/2014). Dados do *Campus* São Paulo fornecido pelo CRH.

Da análise dos quantitativos, percebe-se que há alguns *Campi* do IFSP com quantitativos de professores substitutos superiores a 20% do total de professores, a saber: *Campi* Boituva, Cubatão, Matão e São



Paulo. Entretanto, a relação global atingiu 14,4%, ou seja, inferior ao limite de 20% estabelecido pela Lei n.º 8.745/93, artigo 2º, §2º.

Adicionalmente, o IFSP informou que o controle da adequação ao limite de 20% do total de docentes efetivos para contratação de docentes substitutos é feito pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRD e a verificação de permanência máxima de dois anos, para o docente substituto, é feita manualmente pela Coordenadoria de Pagamento de Pessoal – CPP.

Por fim, foi verificada a situação dos professores substitutos e temporários ativos em março/2014, não tendo sido identificada nenhuma ocorrência de docente com permanência superior a dois anos, em consonância com artigo 4º, da Lei n.º 8.745/93.

Causa

Inobservância do limite de 20% do total de docentes para contratação de professores substitutos, considerando-se os quantitativos por *Campus* do IFSP.

Manifestação da Unidade Examinada

O IFSP apresentou a seguinte manifestação, por meio do Ofício n.º 494/2014-UAD:

“O Diretor de Gestão de Pessoas esclareceu o que segue: Informou que o fato de alguns *campi* apresentarem excesso de substitutos/temporários é devido à expansão de cursos ou início de atividades. Nos *campi* Boituva e Matão, foram elevados ao status de *Campus* recentemente, não havendo tempo hábil para abertura de concurso público para docentes e, para garantir que os alunos não fiquem sem aulas, houve a contratação de docentes temporários. A quantidade de docentes efetivos nesses *campi* é maior do que o verificado, pois eles eram *campi* avançados e seus docentes efetivos ainda aparecem como pertencente ao *Campus* Sede.

Os *campi* São Paulo e Cubatão estão expandindo com novos cursos de interesse da comunidade, porém o Ministério da Educação já reconheceu a necessidade de ampliação de seus quadros de docentes e autorizou novas vagas. Além disso, foi aberto Concurso Público para provimento da demanda existente, a fim de regularizar o percentual de substitutos em relação ao quadro de docentes efetivos (anexo 3).”

Análise do Controle Interno

O IFSP informou que o excesso de professores substitutos ocorreu devido à rápida expansão e criação de novos *Campi*. De fato, é pertinente a alegação, pois com a expansão, ocorre a necessidade de contratação de docentes. Tanto é que foi incluído pela Lei n.º 12.425/2011, o inciso X, ao artigo 2º, da Lei 8.745/93.

No entanto, apesar da possibilidade de contratação do professor temporário, a limitação do percentual de 20% para contratação de professor substituto permaneceu.

Dessa forma, o IFSP pode obedecer ao referido limite, contratando professores temporários, conforme o inciso X, quando da expansão e criação de novos *campi* no Instituto, passando, após a estabilização dos novos cursos, a efetuar contratações efetivas.



Recomendações:

Recomendação 1: Observar o limite estabelecido pela Lei n.º 8.745/93, artigo 2º, §2º nos Campi do Instituto.

1.1.2 CONSISTÊNCIA DOS REGISTROS

1.1.2.1 INFORMAÇÃO

Avaliação da situação da governança e da gestão de pessoas no IFSP.

Fato

Com o objetivo de conhecer a situação da governança e da gestão de pessoas no IFSP, com o intuito de identificar os pontos mais vulneráveis e induzir melhorias nessa área, foram avaliados, por meio da aplicação de questionário ao gestor e análise documental, os seguintes componentes da área:

- Liderança da alta administração;
- Alinhamento estratégico: Planejamento da gestão de pessoas e Unidade de Gestão de Pessoas como parceira estratégica;
- Gestão da liderança e do conhecimento: Gestão da liderança e processo decisório, Integridade e comprometimento e Aprendizagem contínua;
- Cultura orientada a resultados: Comunicação e Avaliação de desempenho;
- Gestão de talentos: Recrutamento, seleção e integração; e
- Resultados e prestação de contas (*Accountability*).

Os resultados da avaliação estão resumidos nos quadros a seguir:

1. A alta administração da organização monitora regularmente o cumprimento das diretrizes relativas à gestão de pessoas? (Liderança da alta administração)

Resposta da equipe: (X) Sim

A Entidade informou que utiliza como ferramenta de monitoramento o Cronograma de Fechamento de Folha de Pagamento, disponibilizado pelo SIAPE, mas que a governança de pessoas ainda requer um sistema mais apurado de monitoramento e, por este motivo, a Diretoria está implementando, em fase de testes, um novo sistema de monitoração para a gestão de pessoas chamado SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública).

2. A alta administração da organização: designou formalmente corpo colegiado (ex. comitê, conselho) responsável por auxiliá-la nas decisões relativas à gestão de pessoas? (Liderança da alta administração)

Resposta da equipe: (X) Não

A Entidade informou que não possui comitê para auxiliar a alta administração nas decisões relativas à gestão de pessoas, mas estuda implementar um Comitê Técnico de Gestão de Pessoas para auxiliar nas decisões relativas a pessoal, atendendo ao disposto nas orientações do Tribunal de Contas da União, no seu relatório TC 022.577/2012-2.

3. Monitora regularmente o funcionamento desse corpo colegiado? (Liderança da alta administração)

Resposta da equipe: (X) Não.

Como não foi institucionalizado o comitê, não há monitoramento.



4. A organização executa processo de planejamento da gestão de pessoas, aprovando e publicando objetivos, metas e indicadores de desempenho? (Alinhamento estratégico-Planejamento da gestão de pessoas)

Resposta da equipe:

(X) Adota parcialmente a prática

A Entidade informou que adota esta prática parcialmente, pois foi iniciada com o processo de sensibilização e envolvimento dos profissionais que atuam na área de recursos humanos no processo de planejamento organizacional e atuação deles como consultores internos para orientação aos *Campi* nos processos de desenvolvimento, implementação e avaliação das práticas de gestão de pessoas.

5. A organização identifica lacunas de competência da equipe de RH, com o objetivo de avaliar suas necessidades de capacitação (ex. necessidades de competências na área de gestão estratégica de pessoas, na área de concessão de direitos, etc.)? (Alinhamento estratégico-Unidade de gestão de pessoas como parceira estratégica)

Resposta da equipe:

(X) Adota parcialmente a prática

A Entidade adota parcialmente esta prática, pois informou que iniciou a implementação na chegada dos servidores recém empossados capacitando-os nas áreas de legislação de pessoal, licitações e rotinas administrativas, pretendendo estender a todos os servidores técnico-administrativos e docentes.

6. A organização oferece programas de treinamento e desenvolvimento de competências de liderança que atendem às necessidades de cada nível de gestão (do operacional ao estratégico), incluindo potenciais líderes? (Gestão da liderança e do conhecimento - Gestão da liderança e processo sucessório)

Resposta da equipe:

(X) Iniciou ou concluiu o planejamento para adotar a prática

A Entidade informou que iniciou a elaboração de um plano de ação para o processo de capacitação que deverá ser realizada quando os gestores forem nomeados e quando se fizer necessário. Pretende, ainda, aplicar estas capacitações gerenciais aos servidores e qualificação para o exercício das atividades de direção ainda este ano.

7. A organização verifica a opinião dos colaboradores quanto ao ambiente de trabalho e utiliza os resultados para orientar eventuais mudanças? (Gestão da liderança e do conhecimento - Integridade e comprometimento)

Resposta da equipe:

(X) Adota parcialmente a prática

A Entidade informou que iniciou esta prática na fase de treinamento dos servidores recém admitidos, na qual é passado um formulário para preenchimento durante o treinamento e ambientação.

8. A organização identifica as necessidades individuais de capacitação quando da avaliação de desempenho dos colaboradores, levando-as em consideração nas avaliações subsequentes? (Gestão da liderança e do conhecimento-Aprendizagem contínua)

Resposta da equipe:

(X) Adota integralmente a prática

A Entidade informou que adota esta prática nas avaliações de desempenho dos servidores.



9. A organização identifica e divulga para os profissionais de RH a legislação, a jurisprudência e as orientações normativas relativas à gestão de pessoas, orientando acerca de como elas devem ser aplicadas internamente? (Cultura orientada a resultados - Comunicação)

Resposta da equipe:

(X) Adota integralmente a prática

A Entidade informou que os servidores que atuam na CLN – Coordenadoria de Legislação e Normas recebem as resenhas de matérias de gestão de pessoas encaminhadas pelo MPOG, as quais são repassadas aos profissionais de RH nos *Campi*.

10. A organização realiza avaliação de desempenho dos membros da alta administração e demais gestores, vinculada ao alcance dos resultados da unidade/organização? (Cultura orientada a resultados - avaliação de desempenho)

Resposta da equipe:

(X) Iniciou ou concluiu o planejamento para adotar a prática

A Entidade informou que iniciou a elaboração de um plano de ação para avaliar o desempenho dos membros da alta gestão e encaminhou à Diretoria de Sistemas de Informação uma solicitação de software para esta avaliação.

11. A organização executa processo formal, baseado em competências, para a seleção de gestores? (Gestão de talentos - Recrutamento, seleção e integração).

Resposta da equipe:

(X) Pretende adotar a prática

A Entidade informou que iniciou a implementação da prática, mas ainda não a concluiu por falta de um sistema de mapeamento de competências, ou seja, entendemos que a prática ainda está na fase de intenção de implementação.

12. A organização monitora, por meio de sistema informatizado de gestão de pessoas, algum conjunto de informações relevantes sobre a força de trabalho (ex. índices de absenteísmo, índices de rotatividade, projeções de aposentadoria, etc.)? - Resultados e prestação de contas (*Accountability*).

Resposta da equipe:

(X) Pretende adotar a prática

A Entidade informou que decidiu adotar esta prática, mas ainda não há decisão para adotá-la formalmente.

1.1.2.2 INFORMAÇÃO

Ocorrências de desconformidades na folha de pagamentos do IFSP.

Fato

Foram analisados os dados da folha de pagamento dos servidores na Entidade, com vistas a avaliar a gestão de pessoas, por meio da observância à legislação sobre remuneração, cessão, requisição de pessoal, bem como sobre a concessão de aposentadorias, reformas e pensões. Assim, por intermédio da aplicação dos exames pela equipe, foram encontradas as seguintes ocorrências, listadas na tabela 1 a seguir:



Tabela 1 – Ocorrências de desconformidades na folha de pagamentos

Ocorrência	Fato	Quantidade	Impacto Financeiro no Exercício (R\$)
Faltas ao serviço sem ocorrência de afastamento no cadastro	Servidores com desconto de faltas ao serviço na Folha, sem o respectivo registro no Cadastro	56	13.590,58
Servidores requisitados sem informação do valor da remuneração extra-siape	Servidores requisitados sem informação do valor da remuneração extra-SIAPE	1	9.182,38
Pensões concedidas após 19/02/2004 cadastradas no Siape em Tipos menores que 52.	Pensões concedidas após 19/02/2004 cadastradas no SIAPE em tipos menores que 52, cujo cálculo para pagamento da Pensão não estava adequada as regras atuais.	3	30.502,88
Servidores que Recebem Quintos/Décimos pelo Módulo PIF Concomitante com Pagamento Judicial para o mesmo Objeto.	Servidores que recebem quintos/décimos pelo módulo PIF concomitante com pagamento judicial para o mesmo objeto	2	2.818,94
Recebimento de Assistência Pré-escolar fora do módulo.	Servidores que recebem Assistência Pré-Escolar fora do módulo de dependentes.	1	89,00
Instituidores de Pensão sem Pensionista ou com Pensionista Excluído.	Instituidores de Pensão sem Pensionista ou com Pensionista Excluído.	1	11.748,26
Pagamento de Gratificação Natalina / 13º Salário com Base de Cálculo Acrescida de Valor Superior a 30% em Relação ao Considerado para Cálculo da Antecipação de Gratificação Natalina / Antecipação de 13º Salário	Pagamento de Gratificação Natalina/13 Salario, com base de cálculo acrescida de valor superior a 30% em relação ao considerado para o cálculo da Antecipação da Gratificação Natalina e do 13º Salário.	60	180.275,70
Devolução de Falta com os Valores Maiores do que o Descontado no Último Ano	Devolução de Falta com os valores maiores do que o descontado no último ano.	3	221,90

O IFSP apresentou a seguinte manifestação, por meio do Ofício n.º 494/2014-UAD:

“As ocorrências de desconformidades da Folha de Pagamento são devidas aos seguintes fatos (anexo 3):

- a) Falta de serviço sem ocorrência de afastamento no cadastro: Efetuamos os lançamentos permitidos no sistema SIAPE, nas transações >CAINOCORSE e >CDATAFAST, das faltas referentes aos descontos efetuados em folha no mês de novembro/2013;
- b) Servidores requisitados sem informação do valor da remuneração Extra-Siape: Foi efetuado o lançamento na transação “fpatrendex” referente à remuneração Extra-Siape da servidora. Anexo informações comprobatórias;
- c) Pensões concedidas após 19/02/2004 cadastradas no SIAPE em tipos menos que 52: Em relação às pensões concedidas após 19/02/2014, objeto de análise, a data das três pensões não se trata de concessão e sim data de liberação por laudo médico pericial – da isenção do IRRF nessa data. Anexo as comprovações das pensões concedidas.
- d) Servidores que recebem Quintos/Décimos pelo módulo PIF Concomitante com Pagamento Judicial (SICAJ) para o mesmo objeto: Os recebimentos do SICAJ são referentes a diferenças dos quintos incorporados até 31/out/1991, cuja sentença determinou o cumprimento, mediante processo transitado em julgado sob o nº



00410.028766/20013-50, e o VNPI pago correspondem à parcela mensal dos quintos já incorporados. Anexo os comprovantes;

e) Recebimento de Assistência Pré-Escolar fora do módulo: O número de CPF informado do dependente estava incorreto e foi solicitado à servidora interessada que fornecesse o número correto. Anexo os documentos comprovantes fornecidos pela servidora para regularização;

f) Instituidores de pensão sem pensionista ou com pensionista excluído: O pensionista recebe, sem o aparente cadastro no sistema SIAPE, pois há determinação em processo judicial imputado o pagamento ao pensionista referido, decorrente do falecimento do instituidor de pensão. Seguem os documentos comprobatórios. Verifica-se que o valor de R\$11.748,26 é o dobro de R\$5.428,96, provavelmente correspondente a dois meses;

g) Pagamento de Gratificação Natalina/13º salário com base de cálculo acrescida de valor superior a 30% em relação ao considerado para cálculo de antecipação de Gratificação Natalina/13º Salário: Os 60 (sessenta) casos de Gratificações Natalinas questionados são justificados, pois é considerado os reflexos das progressões legais dos níveis (DI-DII-DIII-DIV) acrescidos dos reflexos da evolução salarial e ainda de Cargos de Direção exercidos, que refletem diretamente na faixa salarial. Anexo planilha por servidor.

h) Devolução de faltas com valores maiores do que o descontado no último ano: Foram realizados levantamentos relativamente aos meses de nov/2013 e nov/2012, no entanto, não localizamos devoluções ou descontos de faltas registrados nas fichas financeiras dos respectivos meses e servidores. Anexas as referidas fichas.”

Da manifestação apresentada pelo IFSP, percebe-se que foram adotados os procedimentos corretivos ou análises nos casos necessários.

1.1.3 SISTEMAS DE CONCESSÕES

1.1.3.1 CONSTATAÇÃO

Extrapolação da utilização do regime de flexibilização de jornada de trabalho, com 30 horas semanais, em setores nos quais poderia ser aplicado o regime de 40 horas semanais.

Fato

Com o objetivo de verificar a conformidade da aplicação da jornada de trabalho em regime de turnos ou escalas dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, foi solicitado à Entidade para informar se há servidores do Instituto trabalhando em regime diferenciado da jornada de oito horas diárias e carga horária de quarenta horas semanais ou vinte horas semanais (para os docentes) e se há necessidade e interesse da administração de que alguma área mantenha atividades contínuas em período igual ou superior a 12 horas ininterruptas em função do atendimento ao público ou trabalhe em período noturno e, por conseguinte, funcione em regime de turnos ou escalas.

O IFSP informou que existem servidores em regime diferenciado de oito horas diárias e carga horária de quarenta horas semanais ou vinte horas semanais (para os docentes), dentre outras situações, servidores técnico-administrativos que atuam em setores que atendem ao disposto no Decreto nº 1.590/95 e estão sob o regime de flexibilização de jornada de trabalho, cumprindo jornada de 30 horas semanais.

O IFSP informou, também, que, considerando o horário de funcionamento do Instituto, disposto na Resolução nº 963, de 03/09/2013, o horário de funcionamento é das 6h45min às 23h15min, não havendo necessidade e interesse da administração que alguma área mantenha atividades contínuas de 24 horas, mas existe sim a necessidade e interesse da administração de que as áreas mantenham atividades ininterruptas em alguns setores e também, em regime de trabalho noturno, para que se mantenha o atendimento ao público durante todo expediente e funcionamento do IFSP e, por consequência, necessitando que funcione em regime de turnos.



O regime de turnos já foi implementado no IFSP, por meio da flexibilização de jornada de trabalho para 30 horas semanais estabelecida na Resolução nº 963/2013 e atualizada pela Resolução nº 968/2013, ambas do Conselho Superior do IFSP.

O Instituto ressaltou que, na Resolução nº 963/2013, está previsto o acompanhamento e fiscalização pela Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos de Técnicos Administrativos em Educação – CISTA e que esta fiscalização já está sendo realizada junto a todos os setores e servidores que aderiram à flexibilização e, que em julho deste ano, a CISTA terá um relatório quanto ao acompanhamento da flexibilização.

O IFSP registrou, ainda, que o documento do dirigente máximo do órgão que autorizou o regime de turnos (Resolução nº 963/2013) foi exarado em decorrência de aprovação prévia submetida no Conselho Superior da Entidade, e dos estudos prévios realizados pela Comissão Geral, não tendo sido ato deliberadamente individual do dirigente máximo e que o regulamento aprovado também fixou diretrizes para enquadramento dos setores que poderiam aderir e as circunstâncias passíveis para a adesão dos servidores, deixando a critério da direção dos *campi* e dos Pró-Reitores para que fossem realizados estudos locais, a fim de verificar a necessidade do atendimento ininterrupto, horário noturno, adequação de horários, o número de servidores mínimos para o setor e o expediente de cada localização. Assim foram formadas subcomissões locais para o estudo de viabilidade e o acompanhamento do funcionamento do Instituto sob o regime flexibilizado.

Da análise da Resolução nº 963/2013, atualizada pela Resolução nº 968/2013, que regulamentou a flexibilização da jornada de trabalho, verificamos que a mesma seguiu os princípios básicos do Decreto nº 1.590/95, estabelecendo, resumidamente, o seguinte:

- A flexibilização da jornada aplica-se exclusivamente aos ocupantes de cargos técnico-administrativos em Educação do IFSP;
- A jornada de 30 horas semanais e 6 horas diárias só pode ser aplicada nas situações em que os serviços prestados exijam atividades continuadas de regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a 12 horas ininterruptas, em função de atendimento ao público usuário ou de trabalho noturno;
- Entende-se por período noturno aquele que ultrapassar as 21 horas;
- Considera-se público usuário, as pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição que usufruam direta ou indiretamente dos serviços prestados; e
- Não poderão aderir à flexibilização da jornada de trabalho os servidores designados para cargos de direção (CD) ou funções gratificadas (FG).

No entanto, percebe-se que há, na flexibilização estabelecida pela Resolução nº 963/2013, vício de competência, pois compete exclusivamente ao dirigente máximo da Entidade a autorização da flexibilização da jornada, conforme artigo 3º, do Decreto 1.590/95.

Nesse sentido, transcrevemos parcialmente o entendimento exarado pelo Advocacia Geral da União, no Memo Circular-Eletrônico nº 23/2013/DEPCONSUP/PGF/AGU, de 28/08/2013:

“(…) *Em consequência, no caso do IFPB, a análise do disposto no artigo 3º do Decreto nº 1590/95, compete exclusivamente ao reitor, que consiste no dirigente máximo (pessoa física) que ocupa o cargo máximo do IFPB, e não ao Conselho Superior do IFPB, órgão superior de natureza colegiada.* (…)”

O IFSP informou ainda, em resposta à Solicitação de Auditoria n.º 201407334/04, de 09/04/2014, a relação de servidores e setores que adotam a jornada de trabalho reduzida no *Campus* São Paulo, composta por 14 setores, de um total de 31 relacionados, conforme tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Setores que adotam jornada reduzida de 6h no *Campus* São Paulo

Setor	Horário de Funcionamento	Qtde.	Qtde.
-------	--------------------------	-------	-------



		Servidores com Jornada 40h	Servidores com Jornada 30h
Coordenadoria de Registros Escolares - Ensino Técnico – CRT	2a. a 6a. feira das 08:00h às 20:00h.	1	5
Coordenadoria dos Registros Escolares - Ensino Superior – CRS	2a. a 6a. feira das 08:00h às 20:00h.	2	4
Coordenadoria de Integração Escola-Empresa – CEE	2a. a 6a. feira das 09h15 às 21h15.	1	3
Coordenadoria de Biblioteca – CBI	2a. a 6a. feira das 07:00h às 22:00h; e aos sábados das 08:00h às 14:00h, em escalas alternadas entre os servidores.	-	7
Comitê Técnico-Profissional – CTP	2a. a 6a. feira das 08:30h às 20:30h.	1	3
Coordenadoria de Registros Escolares da Pós Graduação CRP Coordenadoria de Registros Escolares da Pós Graduação – CRP	2a. a 6a. feira das 08:00h às 20:00h.	1	3
Coordenadoria de Audiovisual – CAV	2a. a 6a. feira das 07:00h às 19:00h.	1	2
Coordenadoria de Eletrotécnica – CEL	2a. a 6a. feira das 07:00h às 23:00h; e aos sábados das 07:00h às 13:00h.	-	5
Coordenadoria de Almoxarifado – CAX	2a. a 6a. feira das 08:00h às 20:00h.	1	2
Coordenadoria de Turno - Matutino – CMA	2a. a 6a. feira das 07:00h às 22:00h; e aos sábados das 07:00h às 13:00h, em escalas alternadas entre os servidores.	2	5
Assessoria de Apoio ao Ensino – AAE	2a. a 6a. feira das 07:00h às 19:00h	-	3
Coordenadoria de Orientação Educacional – COE	2a. a 6a. feira das 08:00h às 20:00h.	-	6
Assessoria de Tecnologia da Informação – ATI	2a. a 6a. feira das 08:00h às 22:00h; e aos sábados das 08:00h às 14:00h.	3	5
Coordenadoria de Apoio ao Estudante – CAE	2a. a 6a. feira das 08:30h às 21:30h.	1	4

Do total de 31 setores relacionados do *Campus* São Paulo, há, ainda, 9 que não adotaram o regime de 30 horas, 2 para os quais foi autorizada a flexibilização, mas ainda não foi implantada e outros 6 que estão sob avaliação pelo Diretor.

Quanto aos servidores, foram identificadas, inicialmente, 2 ocorrências de servidores com função gratificada (FG) incluídos no regime diferenciado de 30 horas, relacionados a seguir:

Tabela 2 – Servidores com função gratificada (FG) em regime diferenciado

Setor	CPF do Servidor	Cargo	Nível da Função	Horário de Trabalho do Servidor
CMA	449.***.***-34	Contínuo	FG-0004	2a. a 6a. feira das 08:00h às 14:00h
ATI	307.***.***-03	Assistente em Administração	FG-0002	2a. a 6a. feira das 16:00h às 22:00h

No entanto, o IFSP informou que: “Com relação aos servidores com Funções Gratificadas: o servidor da ATI deixou de usufruir a jornada reduzida de 30 horas semanais, quando foi designado para a função gratificada. Já o outro servidor foi dispensado da função gratificada e a mudança para 30 horas semanais no setor, em que atua, ocorreu recentemente.”

Verificou-se, ainda, que o controle de frequência no IFSP se dá por meio de equipamento eletrônico e, nas áreas que atuam sob o regime de jornada de trabalho reduzida, há quadro de avisos afixado em lugar visível com a escala nominal dos servidores que trabalham nesse regime.

Quanto aos demais *Campi* do IFSP, verificamos que, em pelo menos 25 deles, há servidores trabalhando sob o regime diferenciado de 30 horas semanais, a saber: Araraquara; Avaré; Barretos; Birigui; Boituva; Bragança Paulista; Campinas; Campos do Jordão; Capivari; Caraguatatuba; Catanduva; Cubatão; Guarulhos; Hortolândia; Itapetininga; Matão; Piracicaba; Presidente Epitácio; Registro; Salto; Jacareí; São João da Boa Vista; São José dos Campos; Sertãozinho; e Suzano.

Da análise dos setores onde foi implantada a jornada reduzida, verifica-se que, somente em quatro deles (CBI, CEL, CMA e ATI), o horário de funcionamento justificaria a



adoção do regime de turnos. Nos demais, ressalvada a necessidade de atendimento ao público, o horário de funcionamento pode ser preenchido sem a adoção do regime de turnos.

Nos demais *Campi*, verifica-se que, da mesma forma que no *Campus* São Paulo, há setores em que o horário de funcionamento pode ser preenchido sem a adoção do regime de turnos

Nesse sentido, transcrevemos parcialmente o entendimento exarado pelo Ministério do Planejamento sobre o assunto, na Nota Técnica nº. 150/2012, da Coordenação-Geral de Elaboração, Orientação e Consolidação das Normas:

“(…)

9. *Quanto à possibilidade de flexibilização de jornada, o Decreto nº 1.590, de 1995, facultou ao dirigente máximo dos órgãos ou das entidades autorizar os servidores a cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais, devendo-se, neste caso, dispensar o intervalo para refeições, nas seguintes situações: os serviços prestados devem exigir atividades continuadas de regime de turno ou escala, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no turno noturno.*

Destaque-se que “a alteração deve se dar no interesse da Administração Pública, consubstanciado na faculdade atribuída pela lei ao dirigente máximo do órgão ou da entidade para autorizar o cumprimento da jornada especial.”

(…)

11. *Frise-se, ainda, que a Advocacia-Geral da União, ao abordar da aplicação do art. 3º do Decreto nº 1.590, de 1995, por intermédio do PARECER Nº 08/2011/MCA/CGU/AGU, nos ensina que:*

‘14. A exceção prevista no art. 3º, portanto, deve ser aplicada apenas em casos bem específicos. É necessário atentar para a ilegalidade de eventual estabelecimento de jornada prevista no artigo 3º do Decreto 1.590/95 como regra geral, indistintamente a todos os servidores de um órgão e sem atenção aos requisitos exigidos.’

(…)”

Dessa forma, pode-se concluir que o regime de 30 horas semanais em turnos trata de exceção à regra de 40 horas semanais, devendo ser aplicado somente na impossibilidade de adoção deste, em função do atendimento ao público, o que no caso analisado parece ter sido extrapolado pelo IFSP.

Causa

Autorização da flexibilização da jornada de trabalho pelo Conselho Superior do IFSP, a qual é competência exclusiva do Reitor da Entidade e aplicação do regime de 30 horas semanais em setores nos quais o regime de turnos não é necessário.

Manifestação da Unidade Examinada

O IFSP apresentou a seguinte manifestação, por meio do Ofício n.º 494/2014-UAD:

“Os setores Secretaria dos Cursos Técnicos Concomitantes, Subsequentes e Integrados (CRT), Secretaria dos Cursos de Graduação (CRS), Secretaria dos Cursos de Pós-Graduação (CRP): São responsáveis pelo fornecimento de documentos e atendimento de



todas as solicitações dos discentes. Coordenadoria de Integração de Empresa e Escola (CEE): atende os discentes que procuram e/ou fazem estágio obrigatório. Coordenadoria Técnico Pedagógico (CTP): dar suporte pedagógico aos docentes. Coordenadoria de Áudio Visual (CAV): dar suporte as todas as aulas e eventos do campus com áudio e vídeo. Coordenadoria de Almojarifado (CAX): dar fornecimento de material (giz, canetas, apagadores, etc.) às aulas, escritório e eventos. Assessoria de Ensino (AAE): dar atendimento e soluções de problemas envolvendo, coordenadores, discentes e docentes. Coordenadoria de Orientação ao Estudante (COE): dar atendimento psicossocial aos discentes dos três períodos e cadastramento de bolsa auxílio. Coordenadoria de Auxílio ao Estudante (CAE): dar atendimento e solução de problemas dos discentes dos três períodos nas bolsas auxílio (PAE, PNAES), portanto todos estes setores necessitam disponibilizar atendimento ininterrupto de no mínimo de 12 horas tanto para dar suporte aos discentes quanto aos docentes, ocorrendo o atendimento nos 3 (três) períodos.

Já a Coordenadoria de Biblioteca (CBI), Coordenadoria Eletrotécnica-Laboratório (CEL), Coordenadoria de Manutenção (CMA) e Assessoria da Tecnologia da Informação (ATI) também necessitam de atendimento ininterrupto de no mínimo 12 horas, pois atuam em todos os 3 (três) períodos.”

Análise do Controle Interno

O IFSP informou que os setores do Campus São Paulo que adotam o regime diferenciado necessitam disponibilizar atendimento ininterrupto de no mínimo de 12 horas.

No entanto, ressaltamos que o regime de 30 horas semanais deve ser tratado como um regime de exceção, pois a regra é o regime de 40 horas semanais, devendo ser usado somente nos casos em que não seja possível prestar o atendimento utilizando-se o regime de 40 horas semanais. Não é o que se observa na maioria dos setores do *Campus* São Paulo e dos demais *Campi* analisados.

Há, ainda, a questão da competência para a flexibilização da jornada que é exclusiva do dirigente máximo da Entidade, o que também não ocorreu no IFSP.

Recomendações:

Recomendação 1: - Recomenda-se ao Conselho Superior anular as Resoluções n.º 963 e 968/2013; e - Caso o Reitor institua a flexibilização em ato próprio, que aplique o regime de flexibilização de jornada de trabalho, com 30 horas semanais, apenas nos setores onde seja necessário para o seu funcionamento.

1.1.4 QUANTITATIVO DE PESSOAL

1.1.4.1 INFORMAÇÃO

Avaliação da a gestão de pessoas do IFSP.

Fato

Com o objetivo de avaliar a gestão de pessoas da unidade quanto à adequabilidade da força de trabalho da unidade, foi verificado se a força de trabalho existente atende às necessidades da unidade; se houve ganho ou perda da força de trabalho no decorrer do exercício; e qual a qualificação da força de trabalho.



A situação da força de trabalho do IFSP apurada encontra-se resumida no Quadro 1, apresentado a seguir:

Quadro 1 - Situação da Força de Trabalho do IFSP apurada em 31/12/2013

Tipologias do Cargo	Lotação Efetiva	Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
Servidores em Cargos Efetivos	2290	588	60
Servidores com Contratos Temporários	308	225	72
Total de Servidores	2598	813	132

Fonte: Quadro A.5.1.1.1 do Relatório de Gestão da UJ.

Percebe-se da análise da situação da força de trabalho, que houve um incremento de 526 servidores no exercício, representando cerca de 25% de acréscimo em relação ao exercício anterior.

O IFSP, por meio do Ofício n.º 327/2014-UAD, apresentou a seguinte avaliação da Diretoria de Gestão de Pessoal – DGP sobre a força de trabalho da unidade:

“Considerando o incremento líquido de 526 (quinhentos e vinte e seis) servidores efetivos e os 153 (cento e cinquenta e três) contratados por prazo determinado (temporários ou substitutos), totalizando 681 (seiscentos e oitenta e um) servidores nomeados e ao longo do exercício de 2013, esta DGP tem a informar que:

A disposição e lotação dos cargos distribuídos no órgão, em conformidade as suas especificações técnicas contidas no Ofício Circular n.º 15/2005, da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas – CGGP/SAA/SE/MEC, são realizados sempre em conformidade ao Processo de Expansão da Rede de Ensino Federal.

Esta distribuição ocorre considerando parâmetros de orientação, decorrentes de um modelo criado e padronizado pelo MEC (mas não institucionalizado) para alocação de pessoal por cargo/função considerando ainda, diversos fatores:

- Fase da Expansão da Rede Federal de ensino – em que se encontra o Campus ou a Unidade Avançada;
- Estrutura Organizacional compreendendo o Regimento Interno da Entidade (no âmbito da Reitoria) e Resoluções estruturais no Campi; e
- Quantidade de códigos de vaga disponíveis.

Desta forma, informamos que a atual força de trabalho distribuída entre Reitoria e Campi, ainda não atingiu as reais necessidades deste Órgão, uma vez que identifica-se, em alguns casos, a existência de apenas 1 (hum) servidor por Campus (especialmente nos casos cujos cargos sejam técnicos ou científicos – ex: Psicólogo, Assistente Social, Médico, Pedagogo, Bibliotecário), impedindo em determinados momentos do exercício, a fluidez dos trabalhos – pelos motivos a seguir declinados:

- Férias;
- Afastamentos para Capacitação;
- Licenças Médicas;
- Licenças Gestantes;
- Outros afastamentos ou licenças previstas em Lei e que não haja previsão para a contratação de substitutos ou temporários (Servidores Administrativos).”

Quanto à qualificação segundo a idade, verifica-se a seguinte situação no IFSP:

Quadro 2 - Qualificação do Quadro de Pessoal do IFSP Segundo a Idade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	499	887	705	419	81
- Servidores de Carreira	433	752	638	387	75
- Servidores com Contratos Temporários	66	135	67	32	6
2. Provimento de Cargo em Comissão*	102	185	134	67	22



- Grupo Direção e Assessoramento Superior	12	39	32	28	4
- Funções Gratificadas	90	146	102	39	18

*Os cargos de Direção e Assessoramento Superior e as Funções Gratificadas (item 2) são ocupados, em sua maioria, por servidores ocupantes de cargo efetivo, não podendo ser considerados para efeito de totalização com os quantitativos do item 1.

Fonte: Quadro A.5.1.2.2 do Relatório de Gestão da UJ.

Da análise do quadro 2, percebe-se que a maioria dos servidores encontra-se nas faixas etárias intermediárias e somente 3,1% encontram-se na faixa acima de 60 anos.

Já quanto à qualificação segundo a escolaridade, verifica-se a seguinte situação no IFSP:

Quadro 3 - Qualificação do Quadro de Pessoal do IFSP Segundo a Escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provisão de Cargo Efetivo	-	-	4	11	229	605	389	732	320
- Servidores de Carreira	-	-	4	11	229	605	389	732	320
- Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provisão de Cargo em Comissão	-	-	-	1	54	123	117	106	54
- Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	3	21	23	27	26
- Funções Gratificadas	-	-	-	1	51	102	94	79	28

Legenda: Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência.

*Os cargos de Direção e Assessoramento Superior e as Funções Gratificadas (item 2) são ocupados, em sua maioria, por servidores ocupantes de cargo efetivo, não podendo ser considerados para efeito de totalização com os quantitativos do item 1.

Fonte: Quadro A.5.1.2.3 do Relatório de Gestão da UJ.

Da análise do quadro 3, percebe-se uma maior incidência de servidores nos níveis superiores (superior completo, especialização, mestrado e doutorado) e menos de 1% com escolaridade equivalente ao primeiro grau ou inferior. Destaque-se a incidência nos níveis de mestrado, doutorado e pós doutorado, que concentram cerca de 46% do total de servidores.

Por fim, a evolução do custo com pessoal do IFSP encontra-se resumida no quadro 4, apresentado a seguir:

Quadro 4 - Evolução do Custo de Pessoal do IFSP

Tipologia dos Cargos	Custo Total por Exercício (R\$)		
	2011	2012	2013
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão	66.166.668,01	83.569.656,91	97.104.590,03
Servidores com Contratos Temporários	2.947.874,38	4.273.569,00	8.310.807,79
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença	81.574,53	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior	13.080.671,64	15.200.518,00	8.135.109,47
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas	15.377.817,71	20.225.284,00	22.632.116,67

Fonte: Quadro A.5.1.3 do Relatório de Gestão da UJ.

Da análise do quadro, percebe-se a evolução crescente do custo com pessoal no instituto que pode ser atribuída à expansão da rede de ensino tecnológico e que, somado aos quantitativos demonstrados de servidores e, especialmente aos contratados por tempo determinado, indicam a continuidade do crescimento dos custos com pessoal nos próximos exercícios.

2 CONTROLES DA GESTÃO



2.1 CONTROLES INTERNOS

2.1.1 AUDITORIA DE PROCESSOS DE CONTAS

2.1.1.1 INFORMAÇÃO

Verificação da conformidade das peças.

Fato

No Processo de Contas do exercício de 2013, o IFSP deixou de apresentar as informações abaixo relacionadas. As falhas identificadas não significam prestação de contas incorreta ou que ensejam conclusões equivocadas na avaliação dos atos de gestão, sendo por isso tratadas como informações. Não foram emitidas notas de auditoria a respeito do assunto porque o Relatório de Gestão foi entregue ao Tribunal de Contas da União antes do início dos trabalhos de campo na Entidade.

Informações ausentes do Relatório de Gestão 2013:

- Informações sobre a gestão de precatórios (subitem 4.7. da parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013); e

- Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário da União que esteja sob a responsabilidade da unidade (subitem 6.2. da parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013), contemplando:

- a estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade;
- a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da

União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não. Neste caso, identificar o locador, a forma de contratação, os valores, e benefícios recebidos pela unidade em razão da locação e a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação.

2.1.1.2 CONSTATAÇÃO

Falta de estrutura adequada do sistema de correição da Entidade. Registros no CGU-PAD de processos disciplinares instaurados somente a partir de 04/04/2008.

Fato

No relatório de gestão, há a seguinte informação sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição da Entidade:

“Até o momento, o IFSP não possui um setor com estrutura física e servidores exclusivos para as atividades referentes ao sistema de correição. Os processos de apuração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares estão, atualmente, sob a responsabilidade do Gabinete da Reitoria, que possui em sua constituição a Coordenadoria de Processos Administrativos para auxiliar na coordenação dos trabalhos das comissões de processos administrativos.”

A respeito de normativos internos que regulem o registro de informações no sistema CGU-PAD, o IFSP informou: “Atualmente não existem normas interna que regulamentem o registro das informações no sistema CGU-PAD. Está ocorrendo uma reestruturação do setor, sendo, portanto, elaborado novo regimento interno, adotando recomendações da CGU”.



Solicitamos ao IFSP informar se o coordenador responsável pela gestão do Sistema CGU-PAD no âmbito da Entidade indicou formalmente ao órgão central um servidor ou empregado para o perfil de administrador principal do CGU-PAD na Entidade. A Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares – CPD não possui informação sobre a indicação. Apresentou o Ofício nº 449/2013-Reitoria, de 03/07/2013, em que a Reitora em Exercício solicita a substituição dos coordenadores do Sistema, devido a eles não mais atuarem no setor de acompanhamento e cadastro dos processos no sistema CGU-PAD.

O relatório de procedimentos disciplinares do IFSP, emitido pelo sistema CGU-PAD, em 08/04/2014, mostra as fases pelos quais passaram 62 processos, todos instaurados a partir de 04/04/2008. Comparamos o relatório com a relação dos processos administrativos, fornecida pelo IFSP. Dos onze processos do exercício, não há registro dos seguintes: 23059.000115/2013-88, 23305.002423/2013-68, 23310.000128/2013-06 e 23305.000133/2013-80.

Causa

Falta de normativo que regulamente o sistema de correição da Entidade. Falta de estrutura e controles para o registro de todos os processos disciplinares no sistema CGU-PAD.

Manifestação da Unidade Examinada

Inicialmente, o IFSP informou que::

“Os controles anteriores eram efetuados de forma manual e por isso não existem registros. As informações necessárias já estão sendo levantadas, em arquivo-morto, para posterior registro no Sistema CGU-PAD. Portanto, os processos encerrados antes de setembro de 2013 não possuem informações no setor, apenas os dados registrados nos Sistemas SIGA e CGU-PAD. A previsão para término dessa atividade, sem prejudicar o andamento do setor será de 180 dias.”

Na época, não tinha uma estrutura de pessoal suficiente para a devida utilização do Sistema CGU-PAD, somente no exercício de 2009 com uma estrutura mais adequada que iniciou-se os registros dos processos de sindicâncias e PADs no Sistema CGU-PAD.

Posteriormente, por meio do Ofício n.º 494/2014- UAD, de 23/05/2014, o IFSP complementou:

“A respeito do pedido formal de substituição ou indicação de um servidor como administrador do Sistema CGU-PAD, antes de 2012, foi solicitado por esta unidade dados para a servidora T.D.B.C.M., responsável pelo setor no período.

Há solicitação de inclusão de novo administrador, ou troca, no sistema CGU-PAD emitido pela assessora A.C.D.S., em 03 de julho de 2013, a fim de serem substituídos os servidores T.D.B.C.M. e M.O.L. pelos servidores A.C.D.D.S. e P.S.V.

Na época não existia estrutura adequada aos serviços, sendo efetuado pelo Gabinete da reitoria. Somente em 2009, com uma estrutura mais adequada, foram iniciados os registros de PADs e Sindicâncias no Sistema CGU-PAD. É importante salientar que em 2013 e 2014 ocorreram novas trocas de funcionários gerando alguns atrasos nos registros.



Cabe ressaltar também o crescimento gigantesco do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo. Em 2008 contava com apenas 09 Campi, hoje conta com 29 em atividade e mais 7 em andamento para inauguração.

Assim, uma nova estrutura está sendo formada para dar conta de todos os processos, bem como agilizar o cadastramento no sistema CGU-PAD. Atualmente há um projeto de reforma no organograma e no regimento do Instituto.

No passado contávamos com apenas três pessoas cadastradas no sistema, sendo que apenas uma cadastrava. Hoje estamos montando uma estrutura melhor, com mais servidores que acabaram de chegar e estão sendo treinados para isso, conforme planilha abaixo:

CPF	Nome	Perfil	Data Expiração	Status
xxx.929.308-xx	A.B.B.	Cadastrador Consulta	31/12/2017	Ativo
xxx.464.778-xx	D.P.A.F.	Administrador Cadastrador Consulta	31/12/2017	Ativo
xxx.145.118-xx	L.O.	Cadastrador Consulta	31/12/2014	Ativo
xxx.924.429-xx	P.S.V.	Administrador Cadastrador Consulta	31/12/2017	Ativo
xxx.259.738-xx	R.J.C.	Administrador Cadastrador Consulta	31/12/2017	Ativo
xxx.075.198-xx	S.M.D.Q.	Cadastrador Consulta	31/12/2012	Inativo

Cumprе salientar que vários servidores já estão se organizando para cumprir as exigências, porém, para que isso seja feito da melhor forma possível, precisamos de prazo para levantar todos os processos não cadastrados, localizar, identificar e digitalizar os documentos que estão em arquivo morto, o que dificulta bastante o trabalho.

No entanto, com essa nova força de trabalho, conseguimos adiantar o cadastramento do que estava parado, sendo que os processos de 2013 e 2014 encontram-se em dia, com algumas exceções que dependem de fatores alheios ao setor.

Hoje contamos com 6 processos novos, com portarias emitidas sem o devido cadastro, porém estão dentro do prazo de 30 dias para registro.

No momento, estamos com 35 processos (sindicâncias e processos administrativos disciplinares) em andamento, sendo que 6 aguardam parecer da PRF, para que consequentemente seja proferida decisão/ julgamento. Anexo relatórios extraído do sistema e interno.

Nesse sentido, estamos utilizando todos os recursos possíveis para liquidar as pendências deixadas anteriormente. Ressalto a importância de um prazo razoável para a conclusão eficaz dos trabalhos de busca nos arquivos, digitalização e cadastramento



dos processos antigos, sem prejuízo do trabalho do cotidiano. Destaca-se que nada adiantaria parar com todas as atividades do setor para fazer os cadastramentos antigos prejudicando aquilo que está em andamento.

Nesse contexto, uma paralisação dos trabalhos rotineiros, para suprir uma falha do passado, pode levar inclusive à prescrição daqueles em andamento, pois reitero que o volume de processos vem aumentando de maneira vertiginosa.

Salientamos que o "Administrador" responsável é o servidor D.P.A.F., os cadastradores P.S.V., e os servidores A.B.B. e L.O., que estão em treinamento. Visando garantir a inclusão no sistema, ficando como backup o senhor R.J.C., que no momento utiliza para consultas.

Anexo o Relatório de Procedimentos por situação dos processos disciplinares."

Análise do Controle Interno

O IFSP informa que está sendo elaborado novo regimento interno, abrangendo a reestruturação do setor de correição, e que está providenciando o registro dos processos faltantes no sistema CGU-PAD. Importante observar que o número de servidores para gestão do Sistema CGU-PAD aumentou, o que deverá favorecer a segurança e completude das informações sobre os processos disciplinares.

Recomendações:

Recomendação 1: Elaborar normativo interno que regulamente o sistema de correição da Entidade.

Recomendação 2: Registrar, no sistema CGU-PAD, todos os processos administrativos disciplinares encerrados a partir de 01/01/2006 e os seguintes, relativos ao exercício auditado: 23059.000115/2013-88, 23305.002423/2013-68, 23310.000128/2013-06 e 23305.000133/2013-80.

2.1.1.3 INFORMAÇÃO

Recomendações da CGU.

Fato

Recomendações da CGU atendidas:

Relatório	Item do Relatório	Recomendação
201203365	Falta comprovação da notória especialização das empresas contratadas por meio de inexigibilidade de licitação.	Nos processos de inexigibilidade de licitação auditados fazer a juntada no processo da documentação de comprovação da qualificação de notória especialização das Empresas e Instituições contratadas.
201203365	Falta comprovação da notória especialização das empresas contratadas por meio de inexigibilidade de licitação.	Nos demais processos de inexigibilidade de licitação, antes de firmar contrato, certifica-se, por meio de documentos comprobatórios, do devido enquadramento legal do requisito que permite a contratação direta.
201203365	Utilização do Cartão de Pagamentos do Governo	Recomendamos que o IFSP mantenha os registros de férias de seus servidores atualizados no sistema SIAPE.



	Federal por servidor durante período de férias.	
201203365	Fragilidades no controle de Restos a Pagar processados.	Recomendamos que a Unidade analise todos os restos a pagar processados anteriores a 2010, realizando a devida baixa quando for o caso.
201203365	Fragilidades no controle de Restos a Pagar processados.	Recomendamos que a Unidade implante rotinas de acompanhamento dos restos a pagar processados ao encerramento o exercício contábil.
201203365	Falta de ato formal para instituição da política de segurança da informação na Unidade.	Encaminhar demanda da Política de Segurança de Informação para a Unidade Central quando a competência para instituir a referida política não seja do IFSP, mas que se aplica à gestão de TI da Unidade examinada.
201211593	Descumprimento do PAINT 2012.	Envidar esforços no sentido de cumprir o PAINT 2012, além de focar racionalmente os recursos existentes na UADIN em auditorias em outras áreas que executam recursos anualmente.
201211593	Descumprimento do PAINT 2012.	Programar no PAINT 2013 o acompanhamento das recomendações pendentes de implementação em relação à gestão patrimonial de maneira factível, de forma a organizar os recursos existentes na UADIN para o cumprimento da programação constante do PAINT, sem detrimento aos trabalhos programados para as diversas áreas da gestão.
201211593	Estrutura regimental em vigor não veda participação dos auditores internos em atividades de gestão, gerando possível conflito de interesses.	Implementar a proposta de estrutura regimental contemplando a subordinação da Unidade de Auditoria Interna ao Conselho Superior do IFSP.
201211593	Estrutura regimental em vigor não veda participação dos auditores internos em atividades de gestão, gerando possível conflito de interesses.	Formalizar, na estrutura regimental, a vedação da participação dos auditores internos em atividades que possam caracterizar participação na gestão.
201211933	Deficiência na realização de pesquisa de mercado do objeto contratado mediante a adesão à Ata do Pregão Eletrônico nº 23/2010 pelo IFSP.	Recomendamos que o IFSP efetive seus controles internos administrativos relativos ao planejamento de suas aquisições, procedendo com ampla pesquisa de mercado, que deve ser feito em órgãos oficiais, como o Comprasnet, conforme preceitua o art. 15, inciso V, § 1º da Lei nº. 8.666/93, a fim de justificar o valor estimado da contratação e, respaldando, assim, a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
254435	Fragilidade nos controles internos dos Almoxarifados da Reitoria e do Campus São Paulo.	Recomendamos que a Unidade providencie a implantação imediata do módulo almoxarifado do Sistema SIGA-ADM, integrando esses setores com os de compras e contabilidade, descontinuando a utilização de sistema de controle interno informatizado local baseado em planilhas eletrônicas.

Recomendações pendentes de atendimento:

Relatório	Item do Relatório	Recomendação
244001	Atendimento parcial de determinações do Tribunal de Contas da União expedidas no ano de 2008.	Recomendamos à IFSP que solicite maior celeridade na conclusão das Sindicâncias, se for o caso disponibilizando maior tempo para os servidores designados para sua realização.
244001	Irregularidades cometidas pelo servidor matrícula SIAPE nº 0278603.	Sejam apuradas as faltas cometidas pelo servidor e de quem deveria fiscalizá-lo, conforme informado na análise das justificativas, abordando pelo menos os seguintes pontos: - realização de jornada em horário reduzido em período não amparado por laudo médico que assim determinasse (meses de fevereiro e outubro de 2009); - realização de jornada acima das 06 horas diárias, determinada por Laudo Médico, sem autorização; - negligência habitual no registro de ponto; - omissão na apresentação de comprovantes de passagens imposta aos servidores da IFSP, após ciência da cassação de liminar



		que havia deferido a possibilidade de sua não apresentação; - ter, supostamente, efetuado declaração falsa no requerimento de auxílio-transporte, uma vez que a própria Decisão do TRF3ª Região menciona ter o servidor reconhecido que pernoita na cidade de Cubatão alguns dias, omitindo tal informação e se beneficiando do pagamento do auxílio-transporte, em valores diários de cerca de R\$ 70,36 líquidos sem utilização do serviço de transporte.
254435	Fragilidade nos controles internos dos Almojarifados da Reitoria e do Campus São Paulo.	Recomendamos que a Unidade proceda à verificação do saneamento das falhas constatadas pelas Comissões de Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Campus São Paulo e da Reitoria, realizando inspeção in loco dos controles patrimoniais das duas instâncias.
254435	Incompatibilidade de carga horária do professor/ coordenador de matrícula SIAPE 1373136 e não comprovação da compatibilidade de horários do professor de matrícula SIAPE 2787555.	Recomendamos que o IFSP cumpra, diligentemente, o requisito do devido cumprimento da carga horária prestada pelo professor de matrícula SIAPE: 1373136, de modo que não haja prejuízo de produtividade deste no IFSP, decorrente do não cumprimento da jornada de trabalho, bem como não seja caracterizada a ilicitude de acumulação de cargos públicos.
201203365	Falta de ato formal para instituição da política de segurança da informação na Unidade.	Revisar o documento “Política de Segurança da Informação” a fim de sanar as deficiências apontadas.
201001210	Trabalhos de apuração ainda em andamento.	Recomendamos que a Unidade envie esforços para dar rápido desfecho aos trabalhos de apuração, informando a CGU quando da conclusão dos trabalhos.

As recomendações pendentes de atendimento são monitoradas via Plano de Providências Permanente.

2.1.2 ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

2.1.2.1 INFORMAÇÃO

Questões de auditoria.

Fato

Durante os trabalhos de auditoria, verificou-se que a posição ocupada pela Auditoria Interna dentro do organograma da UJ está coerente com as diretrizes estabelecidas na legislação aplicável e as orientações dos órgãos de controle. Analisou-se, ainda, que essa posição proporciona a independência necessária à consecução de suas atividades.

As tabelas a seguir retratam a opinião da equipe de auditoria a partir da avaliação da estrutura e atuação da auditoria interna do Instituto.

Tabela 1 – Estrutura da Unidade de Auditoria Interna

Questão de Auditoria	Resposta	Evidências
1) Qual a posição da Audin no organograma da entidade?	Vinculada ao Conselho Diretor/Deliberativo da IFE ou órgão colegiado equivalente	Regimento Geral do IFSP, art. 7º, § 1º, art. 8º e Organograma Funcional do IFSP
2) O Conselho Diretor/Deliberativo da IFE:		
2.1) Aprova o regulamento da Audin?	Sim	Regimento Geral do IFSP, art. 8º, parágrafo único



2.2) Aprova o PAINT?	Sim	Regimento Interno da Unidade de Auditoria Interna (RIUAI), art. 5º, I
2.3) Recebe comunicações da Audin sobre o cumprimento do PAINT?	Sim	Resolução nº 37, de 06/05/2014
3) Existe uma política formalizada no regulamento/estatuto/regimento da IFE que:		
3.1) Defina a missão da Audin.	Sim	Regimento Geral do IFSP, art. 8º; Estatuto, art. 25; RIUAI, art. 2º
3.2) Defina as responsabilidades do auditor-chefe perante o Conselho Diretor e a Administração?	Sim	RIUAI, art. 6º
3.3) Estabeleça que o auditor-chefe deva opinar sobre a adequação e a efetividade dos controles internos administrativos da IFE?	Não	Regimento Geral, Estatuto, RIUAI
3.4) Estabeleça que o auditor-chefe deva opinar sobre a gestão de riscos realizada na IFE?	Não	Regimento Geral, Estatuto, RIUAI
3.5) Estabeleça que o auditor-chefe deva informar sobre o andamento e os resultados do PAINT ao Conselho Diretor/Deliberativo e à alta administração?	Não	Regimento Geral, Estatuto, RIUAI
3.6) Estabeleça que o auditor-chefe deva informar sobre a suficiência dos recursos financeiros, materiais e de pessoal destinados à Audin ao Conselho Diretor/Deliberativo e à alta administração?	Não	Regimento Geral, Estatuto, RIUAI
3.7) Defina que o auditor-chefe é responsável pelo alinhamento da atuação da Audin com os riscos identificados na gestão?	Não	RIUAI, art. 11
3.8) Garanta ao auditor-chefe a autoridade necessária para desempenhar suas atribuições?	Sim	RIUAI, art. 11
3.9) Estabeleça que a Audin tenha acesso irrestrito a todos os documentos, registros, bens e servidores do IFSP?	Sim	RIUAI, art. 9º, §2º
3.10) Estabeleça que o auditor-chefe tenha livre acesso ao Conselho Diretor/Deliberativo ou órgão colegiado equivalente?	Não	Regimento Geral, Estatuto, RIUAI
3.11) Garanta ao auditor-chefe a autonomia necessária para determinar o escopo dos trabalhos e aplicar as técnicas necessárias para a consecução dos objetivos de auditoria?	Sim	RIUAI, art. 7º
3.12) Determine que a Audin prestará serviço de consultoria à Administração do IFSP quando considerar apropriado?	Não	Regimento Geral, Estatuto, RIUAI
3.13) Delimite a atuação dos trabalhos da Audin, evitando que execute trabalhos próprios de gestores?	Sim	Regimento Geral do IFSP, art. 8º, § 2º
3.14) Minimizar os conflitos de interesses e favoreçam a imparcialidade dos auditores internos?	Não	Regimento Geral, Estatuto, RIUAI
4) Existe uma política formalizada de desenvolvimento de competências para os auditores internos do IFSP?	Não	-
5) Quantos auditores internos compõem a Audin?	4 a 5	RAINT 2013
6) As instalações da Audin na IFE podem ser consideradas como:	Boas	Foto do local de instalação da Audin
7) A Audin possui equipamentos de informática em quantidade/qualidade suficiente para realizar seu trabalho	Sim	Foto do local de instalação da Audin
8) Tomando-se como base o número de trabalhos de auditoria previstos no PAINT, pode-se considerar que o número de auditores internos é:	Insuficiente	Análise - item 2.1.2.2 deste relatório

Tabela 2 - Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Questão de Auditoria	Resposta	Evidências
9) Qual o grau aproximado de aderência das atividades realizadas pela Audin no exercício avaliado, constantes do RAINTE, com relação às planejadas?	75%	Análise - item 2.1.2.2 deste relatório



10) Quem realiza a gestão de riscos na IFE? (essa questão pode ter mais de uma resposta, pois mais de uma unidade da IFE pode ter elaborado o documento de gestão de riscos)	A gestão de riscos não é realizada na IFE	Resposta SA nº 201407334-02
11) Caso seja realizada a atividade de gestão de riscos, qual o grau aproximado de aderência do planejamento das atividades da Audin em relação às fragilidades apontadas na avaliação de riscos?	A gestão de riscos não é realizada na IFE	Resposta SA nº 201407334-02
12) O PAINT do exercício avaliado foi submetido ao Conselho Diretor/Deliberativo ou órgão colegiado equivalente para aprovação?	Sim	Resolução nº 845, de 02/04/2013, do Conselho Superior do IFSP
13) As eventuais modificações ocorridas durante o exercício no PAINT do exercício avaliado foram submetidas ao Conselho Diretor/Deliberativo ou órgão colegiado equivalente para aprovação?	Não houve modificação	PAINT 2013
14) A Audin realiza atividade de assessoramento à alta administração:		
14.1) Propondo ações corretivas para os desvios gerenciais identificados?	Sim	Relatórios da Audin
14.2) Objetivando contribuir para a melhoria da gestão quanto à economicidade?	Sim	Relatórios da Audin
14.3) Objetivando contribuir para a melhoria da gestão quanto à eficiência?	Sim	Relatórios da Audin
14.4) Objetivando contribuir para a melhoria da gestão quanto à eficácia?	Sim	Relatórios da Audin
14.5) Nas ocasiões em que haja suspeitas de práticas fraudulentas dentro da IFE?	Sim	Entrevista com auditor
15) A Audin realiza atividades típicas de gestão, tais como elaboração de editais e minutas de contratos?	Não	Relatórios da Audin
16) A Audin já realizou trabalhos que envolvessem a avaliação dos controles internos administrativos do IFSP?	Não	Entrevista com auditor

2.1.2.2 CONSTATAÇÃO

Cumprimento parcial do PAINT. Ações de alta prioridade não foram acompanhadas pela Audin.

Fato

As atividades previstas, no PAINT 2013, foram as seguintes:

- 1 - Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN/2012;
- 2 - Atendimento às recomendações da CGU/SP e determinações do TCU;
- 3 - Acompanhar a elaboração do Relatório de Gestão;
- 4 - Atendimento e acompanhamento das auditorias da CGU/SP e das diligências do TCU;
- 5 - Gestão de recursos humanos – serviços de seleção e treinamento;
- 6 - Recomendações AUDIN;
- 7 - Gestão de suprimentos de bens e serviços – processo licitatório e dispensa de licitação;
- 8 - Gestão Patrimonial Sistema Patrimonial e SPIU;
- 9 - Elaboração do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT 2014;
- 10 - Gestão Financeira – suprimentos de fundos/cartão corporativo;
- 11 - Acompanhamento do Programa de Assistência Estudantil.

De acordo com o RAIN 2013, de 31/01/2014, e relatórios de auditoria da Audin, a Auditoria Interna do IFSP concluiu as atividades para atendimento à CGU e ao TCU (itens 2, 3, 4 e 9) e o item 6. Não executou os itens 7 e 11. E dava andamento aos itens 5, 8 e 10, quando elaborou o RAIN. Dessa forma, comparando-se as quantidades de itens concluídos (seis) e em andamento (3) com o total de itens (onze), podemos considerar que o grau de execução das atividades previstas esteve entre 54 % a 82 %.



Causa

Insuficiência da estrutura da Audin para atender ao aumento da demanda de trabalhos de auditoria, decorrente da expansão do IFSP.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício nº 985/2013-UAD, de 11/12/2013, a Audin justificou:

“Houve diversas dificuldades, por parte da Unidade de Auditoria Interna, para cumprir parcialmente o PAIN/2013, em sua totalidade, devido aos seguintes fatores:

- O reitor eleito tomou posse na Reitoria, no mês de abril, perante consulta formulada à Comunidade. Com a nova Gestão, houve mudanças significativas, inclusive no desenho organizacional do IFSP e com a troca de Pró-Reitores, Diretores de Departamentos e, conseqüentemente, com a nomeação dos novos Diretores Gerais dos Campi, substituindo o antecessor.

- Com a transição houve ruídos na comunicação entre a Pró-Reitoria de Administração, os Campi e a Unidade de Auditoria Interna, o que ocasionou morosidade nos procedimentos administrativos e nas liberações de documentos e justificativas, resultando atraso na conclusão dos trabalhos de auditoria.

- Acrescente demanda de trabalho, principalmente advindas do TCU e da CGU/SP, que o acompanhamento é permanente para o cumprimento do que é solicitado ou recomendado.

- Com a implantação de 29 Campi, nos últimos anos, a demanda dos processos aumentou significativamente e estamos realizando os nossos trabalhos mais enfocados com o objetivo de identificar se há fragilidades nos controles internos devido à admissão de servidores, que desconhecem a legislação vigente, à falta de práticas administrativas e das rotinas que tornam os processos morosos e com retrabalho.

- Até meado de julho de 2013, a estrutura da Unidade de Auditoria Interna – UADIN era insuficiente e desproporcional ao tamanho, com uma reitoria e 29 Campi. Assim, a quantidade de recursos geridos foi fortalecida com entrada de mais duas servidoras, com o cargo de auditor, ambas ainda em treinamento, e outra servidora para as atividades de apoio, com início de atividades em dezembro.”

A Unidade de Auditoria Interna apresentou, ainda, a seguinte manifestação, por meio do Ofício n.º 494/2014 - UAD, de 23/05/2014:

“Houve previsão de atividades no Programa 2109 Ação 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União para acompanhar as ações governamentais, conforme o item 5 – Gestão de Recursos Humanos – Contratação de Pessoal, no valor de R\$ 2.100.000,00. Informamos que houve no PAIN/2014 um equívoco, onde se lê “Programa 2031”, leia-se “ Programa 2109”.

A estrutura da Unidade de Auditoria Interna é insuficiente e desproporcional ao tamanho do IFSP, com uma Reitoria e 29 Campi em funcionamento e, ainda, estão



previstos mais 7 Campi e 15 Campi avançados para o exercício de 2014, referente à expansão dos IFETs. Devido a esta expansão do IFSP, a quantidade de recursos geridos sofreu um aumento significativo, perfazendo um total para auditar de R\$ 322.715.496,00. Outrossim, a implantação dos 29 Campi, nos últimos anos, trouxe uma elevação na demanda dos processos consideráveis, ao ponto de realizarmos nossos trabalhos mais enfocados, com o objetivo de identificar se há habilidades nos controles internos devido à admissão de servidores que desconhecem a legislação urgente, à falta de práticas administrativas e das rotinas que tornam os processos morosos e com retrabalho.

Para tornar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINTE executável com o número de servidores que estão lotados, se fez necessário diminuirmos o escopo das auditorias para permitir que todos os Campi passem por auditoria.

Campi já existentes	
Reitoria	Piracicaba
São Paulo	Suzano
São Roque	Hortolândia
São Carlos	Votuporanga
Sertãozinho	Araraquara
Cubatão	Avaré
Bragança Paulista	Barretos
São João da Boa Vista	Presidente Epitácio
Campos do Jordão	Registro
Guarulhos	Boituva
Caraguatatuba	Matão
Salto	Capivari
Catanduva	São José dos Campos
Birigui	Campinas
Itapetininga	Jacaré
Novos campi	
Carapicuíba	Mococa – Avançado
Bauru	Paraguaçu Paulista – Avançado
Itapeva	Pirassununga – Avançado
Marília	Ribeirão Preto – Avançado
Itaquaquecetuba	Rio Claro – Avançado
Pirituba	Santo André – Avançado
Itapeçerica da Serra	Sorocaba – Avançado
Presidente Prudente – Avançado	Ubatuba – Avançado
Araras – Avançado	São Miguel Paulista – Avançado
Jundiaí – Avançado	Mauá – Avançado
Limeira – Avançado	Cidade Tiradentes – Avançado

Análise do Controle Interno

O gestor justificou ter havido demora nas respostas às solicitações da Audin, devido à mudança da gestão e falta de prática dos recém-empossados, e aumento de trabalho advindo do TCU e da CGU. Consideramos serem esses fatores que não puderam ser previstos no PAINTE.

A Audin acrescenta: “A estrutura da Unidade de Auditoria Interna é insuficiente e desproporcional ao tamanho, com uma Reitoria e 29 Campi em funcionamento e, ainda,



estão previstos mais 7 Campi e 15 Campi avançados para o exercício de 2014, referente à expansão dos IFETs. (...)”. Em decorrência, enquanto os valores orçamentários aumentaram, os escopos das auditorias diminuíram, o que pode ser verificado, comparando-se as atividades do PAINT 2013 que não foram executadas com as do PAINT 2014:

Atividade 7: Gestão de Suprimentos de Bens e serviços – Processo Licitatório e Dispensa de Licitação

Ação	PAINT 2013			PAINT 2014		
	Orçamento	Meta financeira	%	Orçamento	Meta financeira	%
2031.20RL	82.661.422,00	20.665.355,50	25	107.939,122,00	10.793.912,00	10
2031.20RG	37.608.169,00	22.564.901,00	60	45.630.000,00	13.887.391,00	30

Ação 2031.20RL – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Ação 2031.20RG – Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Atividade 11: Acompanhamento do Programa de Assistência Estudantil

Ação	PAINT 2013			PAINT 2014		
	Orçamento	Meta financeira	%	Orçamento	Meta financeira	%
2031.2994	9.507.986,00	2.376.995,50	25	15.482.211,00	3.096.442,00	20

A atividade 7, que se refere à aquisição de bens, serviços e obras, reflete bem a expansão; sendo que a ação 2031.20RL possui a maior prioridade para acompanhamento pela Audin dentre todas as ações com créditos orçamentários do IFSP. Porém, no PAINT 2014, o orçamento correspondente à ação a ser analisado diminuiu de 25 % para 10 %.

Percebe-se, dessa forma, que a estrutura da Audin não é suficiente para atender à necessidade de trabalhos de auditoria do IFSP.

Recomendações:

Recomendação 1: Dimensionar a estrutura da Unidade de Auditoria Interna de forma que a expansão do IFSP seja satisfatoriamente acompanhada por auditoria.

2.2 CONTROLES EXTERNOS

2.2.1 ATUAÇÃO DO TCU/SECEX NO EXERCÍCIO

2.2.1.1 CONSTATAÇÃO

Determinação do Acórdão TCU 3.472/2012 - Plenário parcialmente atendida.

Fato

No Acórdão nº 1668/2013, o TCU determinou à CGU “que informe, no próximo Relatório de Auditoria de Gestão referente ao Instituto Federal de Educação, Ciência e



Tecnologia de São Paulo, acerca da realização de licitação por aquele Instituto em substituição à Concorrência nº 13/2012, e se foram adotadas as medidas elencadas nos subitens 9.3.1 a 9.3.4 do Acórdão 3.472/2012 – Plenário”.

Acórdão 3.472/2012 – Plenário:

“(…)

9.3. determinar ao IFSP que, em licitação eventualmente instaurada em substituição à Concorrência nº 13/2012, proceda à adoção de medidas no sentido de:

9.3.1. estabelecer prazo adequado para a realização da visita técnica, não restringindo a dia e horário fixos, com vistas a inibir que potenciais licitantes tomem conhecimento prévio do universo de concorrentes, bem assim permitir aos possíveis interessados, após a realização da visita, tempo hábil para a finalização de suas propostas;

9.3.2. incluir, no caso de visita técnica facultativa, cláusula editalícia que estabeleça ser da responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato;

9.3.3. prever meios de atendimento a esclarecimentos demandados, de forma tempestiva e precisa, assegurando o direito de resposta ao solicitante;

9.3.4 rever o projeto básico, inclusive os anexos pertinentes, de modo a corrigir as deficiências, a seguir discriminadas, que infringiram o disposto no art. 6º, inciso IX e alíneas, art. 7º, § 2º, inciso I, e art. 40, § 2º, inciso IV, da Lei 8.666/1993:

9.3.4.1 previsão de estaca pré-moldada, sem fundamentação em laudo de sondagem de solo e em memorial de cálculo da fundação;

9.3.4.2 ausência de memória de cálculo do projeto estrutural que fundamente a necessidade de bitolas de 8 mm em toda a extensão da estrutura;

9.3.4.3 ausência de projeto detalhado da estrutura metálica e falta de adequado detalhamento do orçamento referente à estrutura metálica da obra (item 06.01 da planilha orçamentária);

9.3.4.4 falta de correspondência do memorial descritivo com os serviços objeto da licitação da Fase 2 da obra de construção do campus Birigui, a exemplo daqueles mencionados nas páginas 89, 117 e 124 do memorial descritivo; e

9.3.4.5 inconsistência entre o projeto elétrico, que prevê instalações embutidas, e o memorial descritivo e a planilha orçamentária, que preveem instalações aparentes.”

O IFSP substituiu a Concorrência nº 13/2012 pela Concorrência nº 11/2012. No novo processo licitatório, verificamos que as medidas adotadas foram suficientes para atender aos subitens do acórdão, exceto os itens 9.3.4.3 e 9.3.4.5.

Na cláusula 7 do edital, são atendidos os itens 9.3.1 e 9.3.2, que tornou obrigatória a visita técnica, não mais limitando-a a dia e horário fixos, conforme mostram os trechos abaixo transcritos:

“7.1 O licitante deverá vistoriar o local onde serão executados os serviços objeto desta Concorrência para inteirar-se das condições e do grau de dificuldades existentes, no período agendado pelo IFSP.

7.2 A Visita Técnica é obrigatória e deverá ser realizada por engenheiro ou arquiteto, até o terceiro dia útil anterior à data da sessão de abertura dos envelopes”.

Atende-se ao item 9.3.3, na cláusula 3ª: “as informações e esclarecimentos sobre o edital e seus anexos poderão ser solicitados à Comissão Permanente de Licitações em até **cinco** dias úteis antes da data fixada para a abertura das propostas, devendo a Licitante **protocolar o seu questionamento no setor de Protocolo do IFSP** (Coordenadoria de Documentação e Arquivo, situada no Bloco C do *campus* São Paulo do IFSP, à Rua Pedro Vicente, 625, Canindé, São Paulo SP), **destacando o objeto e o**



número desta Licitação e endereçando ao Setor de Licitação do IFSP ou pelo e-mail licitacao@ifsp.edu.br.

As respostas aos questionamentos que venham a ocorrer serão divulgadas no site do órgão, no menu Licitações, devendo o licitante acompanhar as publicações realizadas. O IFSP irá publicar apenas os questionamentos, os quais serão enumerados sequencialmente, sem mencionar o indagador”.

Por meio da Solicitação de Auditoria nº. 201315428/01, pedimos ao IFSP maiores esclarecimentos acerca das irregularidades apontadas no item 9.3.4 do Acórdão 3472/2012 – Plenário. Em resposta, a UJ apresentou os seguintes esclarecimentos relativos aos itens 9.3.4.1, 9.3.4.2 e 9.3.4.4:

Item 9.3.4.1: “A concorrência supracitada diz respeito a uma ampliação física do campus Birigui. Para a execução da fundação da obra, aqui mencionada como ‘Primeira Fase da Construção do Campus Birigui’, foram utilizadas as estacas ‘Strauss’, cuja sua escolha foi definida como resultado de análise de sondagem realizada a trado pela contratada para a execução da obra à época, concorrência 10/2008.

Assim, com embasamento nos dados contidos nos arquivos técnicos obtidos da construção realizada em 2008 e, em atendimento ao expediente do TCU, a nova licitação (Concorrência 11/2013) adotou estacas tipo ‘Strauss’, em detrimento às estacas ‘pré-moldadas’ anteriormente apontadas na concorrência 13/2012, cujo edital fora representado junto ao TCU”.

O IFSP não via necessidade de uma nova sondagem de solo, haja vista tratar-se da fase 2 do Campus Birigui, um complemento de uma obra maior já executada em um terreno bastante regular, para a qual já fora realizada a sondagem de solo. Ainda assim, conforme alínea “g” do Memorial Descritivo, o Objeto da Contratação prevê também a “execução dos serviços topográficos e de sondagem necessários à implantação e acompanhamento das obras e serviços” pela empresa vencedora do certame.

Item 9.3.4.2: “Inicialmente trata-se de **Projeto Básico** e não **Executivo**, o qual deverá ser realizado pela Empresa Contratada. Certamente o Projeto Básico deve trazer todas as informações necessárias para embasar a Proposta Técnica das Licitantes, resultando no custo efetivo da obra e o prazo para a sua execução.

Os quesitos ora tratados foram devidamente respeitados pelo IFSP, pois vejamos:

Em análise ao Projeto Básico Estrutural de autoria dos Arquitetos [nome suprimido] – CREA 060090668-3 e Arquiteto [nome suprimido] – CREA 5060978817, com a informação de que o Setor Pedagógico – Aulas - **receberão vigas de respaldo com as seguintes configurações:**

VIGA DE RESPALDO VR. (14x35) – 2 # 8mm na parte superior + 2 # 8mm no meio da viga + 2 # 8mm na parte inferior, com estribos de 5mm a cada 17cm. Caracterizando, deste modo, uma configuração genérica para todas as vigas VR.

As seis barras de aço de 8 mm previstas inicialmente para as vigas ‘VR’ resultam em 3 cm² de área de aço. Portanto, temos 3 cm² de área de aço, cujo peso resultante é de 2,40 kg/metro, não mais tratando o dimensionamento por bitola de aço e sim por área de seção transversal de aço e kilo de aço. As licitantes orçam em função do quilo de Aço e o preço coletado junto às fontes de pesquisa se caracteriza em função do ‘quilo do aço’ e não da ‘bitola do aço’. Deste modo, caracteriza-se, do exposto, a condição técnica necessária para fornecer elementos técnicos para que se elabore orçamento o mais preciso quanto possível.

Portanto, ocorrendo mudanças nas bitolas de aço no Projeto Executivo da empresa contratada não acarretará em mudanças de quantidades, pois se a mesma adotar bitolas de 10 mm ao invés de 8 mm, irá reduzir a área de aço e aumentar o peso, chegando na



mesma situação inicial, com quantidade menor de barras de aço, mas com área de seção transversal e peso equivalentes”.

Item 9.3.4.4: “No edital componente do processo licitatório 11/2013, que substituiu a Concorrência 13/2012, encontram-se as correções e as supressões dos serviços que não são contemplados pelo Objeto, como pôde ser verificado pela diligência associada à S.A. n° 109/2013 ‘sic’, a exemplo do abrigo de gás, que é mencionado no memorial do edital da concorrência 13/2102 ‘sic’ e, como correção, suprimido no memorial do edital 11/2103 ‘sic’”.

Causa

Falta de estrutura de pessoal adequada.

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta à SA n° 201315428/01, a UJ apresentou os seguintes esclarecimentos relativos aos itens 9.3.4.3 e 9.3.4.5:

Item 9.3.4.3 - “No lançamento do novo Edital foi incluído o projeto básico de Estrutura Metálica, o qual segue em anexo, conforme folha 491- volume 03 do processo licitatório n° 2745/2012-85”.

Item 9.3.4.5 - “O novo edital foi confeccionado considerando os apontamentos do Acórdão n.º 3472/2012, com as devidas correções. Neste sentido, houve alteração que pode ser constatada por meio das páginas 114 e 115 do Memorial, supramencionado, o qual deixa aclarado em **CONSIDERAÇÕES GERAIS e MONTAGEM DOS ELETRODUTOS, todos aparentes correndo paralelo ou perpendicular às paredes. Da mesma forma, constata-se tais eletrodutos em planilha através dos itens 23.02.03 e 13.02.04 (eletroduto de aço galvanizado de 1' e 1/2') e, ainda, constata-se “representação de instalação aparente” no Projeto Elétrico de autoria do Engenheiro Eletricista [nome suprimido], CREA 060.104.674-4, prancha 03/08”.**

Análise do Controle Interno

Item 9.3.4.3 - Constatamos que, de fato, o novo processo licitatório incluiu projeto melhor detalhado da estrutura metálica. Todavia, não foi feito o devido detalhamento orçamentário na planilha, conforme apontou o TCU em relação à licitação n°. 13/2012.

Item 9.3.4.5 - Sem entrar no mérito da melhor adequabilidade do projeto, se instalações embutidas ou aparentes, notamos que a discrepância apontada pelo TCU não foi corrigida na licitação n°. 11/2013. Conforme mencionado pelo próprio IFSP, as planilhas indicam instalações aparentes; mas, ao contrário do mencionado, verificamos que o “novo projeto” prevê instalações embutidas. Desta forma, consideramos como não atendida a determinação do TCU.

Recomendações:

Recomendação 1: Recomendamos à Unidade que em seus próximos certames zele para que não haja discrepância entre o objeto a ser licitado e o que deva ser executado.

2.2.1.2 INFORMAÇÃO

Determinação do Acórdão TCU 1669/2013 - Plenário atendida.



Fato

No Acórdão nº 1669/2013, o TCU determinou à CGU que informe “no próximo Relatório de Auditoria de Gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, sobre a realização de licitação (...) em substituição à Concorrência nº 14/2012, e se foram adotadas as medidas elencadas nos subitens 9.3.1 a 9.3.4 do Acórdão 3.459/2012 – TCU – Plenário”.

Acórdão 3.459/2012 – TCU – Plenário:

“ (...)

9.3. determinar ao IFSP que, em licitação eventualmente instaurada em substituição à Concorrência nº 14/2012, proceda à adoção de medidas no sentido de:

9.3.1. estabelecer prazo adequado para a realização da visita técnica, não restringindo a dia e horário fixos, com vistas a inibir que potenciais licitantes tomem conhecimento prévio do universo de concorrentes, bem assim permitir aos possíveis interessados, após a realização da visita, tempo hábil para a finalização de suas propostas;

9.3.2. incluir, no caso de visita técnica facultativa, cláusula editalícia que estabeleça ser da responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato;

9.3.3. disponibilizar meios de fácil acesso que visem disponibilizar aos licitantes todos os itens integrantes do projeto básico, incluindo o memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma de obras, plantas do projeto básico e de modelo de planilha do BDI, de modo a permitir a formulação das propostas, de acordo com o disposto no art.6º, inciso IX e alíneas, no art. 7º, § 2º, incisos I e II, e no art. 40, § 2º. incisos I, II e IV da Lei 8.666/93;

9.3.4. prever meios de atendimento a esclarecimentos demandados, de forma tempestiva e precisa, assegurando o direito de resposta ao solicitante.”

O IFSP substituiu a Concorrência nº 14/2012 pela Concorrência nº. 04/2013, na qual cumpriu os subitens 9.3.1 a 9.3.4.

No que diz respeito aos itens 9.3.1 e 9.3.2, a visita técnica tornou-se obrigatória e não mais restrita a dia e horário fixos, como pode ser visto nos itens da cláusula 7, transcritos abaixo:

“7.1 O licitante deverá vistoriar o local onde serão executados os serviços objeto desta Concorrência para inteirar-se das condições e do grau de dificuldades existentes, no período agendado pelo IFSP.

7.2 A Visita Técnica é obrigatória e deverá ser realizada por engenheiro ou arquiteto, até o terceiro dia útil anterior à data da sessão de abertura dos envelopes”.

Em relação ao subitem 9.3.3, consta do edital, em Informações Preliminares: “Este edital, bem como seus anexos, pode ser retirado no site “Comprasnet”, no endereço www.comprasnet.gov.br ou no site do IFSP, endereço www.ifsp.edu.br. Caso exista interesse, os licitantes poderão comparecer à Coordenadoria de Licitações, Bloco A, Setor Administrativo da Reitoria do IFSP, munido de uma mídia virgem para efetuar a cópia do Edital, plantas e desenhos.”

Quanto ao item 9.3.4, o Edital nº 04/2013 menciona na sua cláusula 3 – Esclarecimentos:

“As informações e esclarecimentos sobre o edital e seus anexos poderão ser solicitados à Comissão Permanente de Licitações em até **cinco** dias úteis antes da data fixada para a abertura das propostas, devendo a Licitante **protocolar o seu questionamento no setor de Protocolo do IFSP** (Coordenadoria de Documentação e Arquivo, situada no Bloco C do *campus* São Paulo do IFSP, à Rua Pedro Vicente, 625, Canindé, São Paulo SP),



destacando o objeto e o número desta Licitação e endereçando ao Setor de Licitação do IFSP ou pelo e-mail licitacao@ifsp.edu.br.

As respostas aos questionamentos que venham a ocorrer serão divulgados através do site do órgão, no menu Licitações, devendo o licitante acompanhar as publicações realizadas. O IFSP irá publicar apenas os questionamentos, ao quais serão enumerados sequencialmente, sem mencionar o indagador”.

2.2.1.3 INFORMAÇÃO

Determinação do Acórdão TCU 2037/2013 - Plenário atendida.

Fato

No Acórdão nº 2.037/2013 – Plenário, o TCU determinou:

“1.7.2. à Controladoria-Geral da União que apresente, no próximo Relatório de Auditoria de Gestão do IFSP, informações sobre a realização de licitação em substituição à Tomada de Preços nº 5/2012 e às Concorrências nºs 18/2012 e 20/2012, e se foram adotadas as medidas elencadas nos subitens 9.3.1 a 9.3.4 do Acórdão nº 146/2013 – TCU – Plenário, 9.3.1 a 9.3.5 do Acórdão nº 149/2013 – TCU – Plenário e 9.3.1 a 9.3.4 do Acórdão nº 147/2013 – TCU – Plenário, respectivamente.”

Os resultados dos exames realizados pela CGU no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) em atendimento à determinação do Acórdão nº 2.037/2013, item 1.7.2, seguem abaixo, segmentados por licitação a ser substituída.

1) Tomada de Preços nº 5/2012

O IFSP não realizou licitação em substituição à Tomada de Preços nº 5/2012, anulada.

Em resposta à solicitação da CGU, o IFSP informou:

“3. Tomada de Preços nº 05/2012 – Acórdão nº 146-TCU-Plenário – Adequação e Reforma da Administração do Campus São Paulo

Não foi realizado, até a presente data, nenhum processo licitatório em sua substituição. O processo encontra-se sob análise da Diretoria de Administração do Campus São Paulo.”

Em consulta aos avisos de licitação do IFSP publicados no Comprasnet, verificamos não haver licitação com o mesmo objeto da Tomada de Preços nº 5/2012, o que confirma a resposta do Instituto.

Nesse caso, como as medidas elencadas nos subitens 9.3.1 a 9.3.4 do Acórdão nº 146/2013 – TCU – Plenário deveriam ser adotadas “em licitação eventualmente instaurada em substituição à Tomada de Preços n.º 05/2012”, não cabe informar se essas medidas foram tomadas.

2) Concorrência nº 18/2012 – Construção do Campus Araraquara – Fase 2



A Concorrência nº 18/2012 foi substituída pela Concorrência nº 13/2013, na qual verificamos que o IFSP adotou todas as medidas elencadas nos subitens 9.3.1 a 9.3.5 do Acórdão nº 149/2013-TCU-Plenário, conforme mostrado abaixo:

- Acórdão nº 149/2013-TCU-Plenário

“9.3.1. estabelecer prazo adequado para a realização da visita técnica, não a restringindo a dia e horário fixos;

9.3.2. incluir, no caso de visita técnica facultativa, cláusula editalícia que estabeleça ser da responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais custos adicionais em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação;”

- Concorrência 13/2013

Conforme o item 7, a visita técnica passou a ser obrigatória e não mais restrita a dia e horário fixos:

“7. DA VISITA TÉCNICA

7.1 O licitante deverá vistoriar o local onde serão executados os serviços objeto desta Concorrência para inteirar-se das condições e do grau de dificuldades existentes, no período agendado pelo IFSP.

7.2 A Visita Técnica é obrigatória e deverá ser realizada por engenheiro ou arquiteto, até o terceiro dia útil anterior à data da sessão de abertura dos envelopes, devendo o licitante interessado obrigatoriamente agendar previamente (um dia útil anterior) a referida visita junto ao DIE - Departamento de Infraestrutura e Expansão do IFSP, através dos telefones (16) 3303-2330 com Marcelo Romano Modolo ou (11) 3775-4575, no horário 09h00 às 12h00, de segunda à sexta-feira.” (grifos nossos)

- Acórdão nº 149/2013-TCU-Plenário

“9.3.3. incluir cláusula estabelecendo critérios de aceitabilidade dos preços unitários e definição de seus valores máximos, conforme o previsto no art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993 e jurisprudência dominante neste Tribunal, consolidada na Súmula 259 do TCU;”

- Concorrência 13/2013

Os critérios de aceitabilidade dos preços unitários com a definição de seus valores máximos constam dos itens 10.5 e 12.3:

“10. PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE II

(...)

10.5 Os preços unitários de cada item não poderão ser maior dos que os orçados pelo IFSP, em atendimento a Súmula 259 do TCU. Portanto os preços unitários, bem



como o preço global constante na Planilha de Preços do IFSP, são considerados preços máximos admissíveis para os fins da presente licitação.” (grifos nossos)

“12. CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO

(...)

12.3 Critérios de Aceitabilidade dos Preços:

4. Não se admitirá e será desclassificada proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, bem como as que contenham preços unitários ou preços globais acima dos constantes da Planilha de Preços do IFSP.” (grifos nossos)

- Acórdão nº 149/2013-TCU-Plenário

“9.3.4. incluir item na planilha orçamentária pertinente à remuneração de projetos que devam ser elaborados pela contratada, de forma que a planilha espelhe a totalidade do custo do empreendimento;”

- Concorrência 13/2013

De acordo com o Memorial Descritivo, item 18.02.5, cujo trecho segue transcrito, o “as built” deverá ser entregue pela contratada:

“18.02.5 DESENVOLVIMENTO DE PRANCHA TÉCNICA EM FORMATO A1 – ‘AS BUILT’

A CONTRATADA deverá elaborar projeto como construído (as built), o qual deverá ser entregue até a data de recebimento provisório da obra, incluindo todas as alterações executadas nos projetos originais e efetivamente implementadas.”

O item foi incluído na planilha orçamentária, como mostrado abaixo:

Item	Descrição	Un	R\$ / unit.	Qtd. Total	Custo total
18.02.5	Desenvolvimento de prancha técnica em formato A1 - "as built"	un	1.809,95	20,00	36.199,00

- Acórdão nº 149/2013-TCU-Plenário

“9.3.5. rever o edital, o projeto básico, o projeto executivo e a planilha orçamentária, bem como documentação anexa, de modo a corrigir deficiências/inconsistências similares às detectadas nestes autos, em infringência ao disposto no art. 6º, inciso IX e alíneas, art. 7º, § 2º, inciso I, e art. 40, § 2º, inciso IV, da Lei 8.666/1993, e ao art. 125 da LDO 2012 (Lei 12.465/2011), cuja matéria atualmente é disciplinada pelo art. 102 da LDO 2013 (Lei 12.708/2012).”



- Concorrência 13/2013

Verificamos que a revisão ocorreu, além das alterações no edital, memorial descritivo e planilha orçamentária que atendem aos itens 9.3.1 ao 9.3.4 do Acórdão 149/2013. O item 5.5.2 do relatório que antecede esse acórdão indica que restava a seguinte falha pendente de correção:

“ 5.5. *Item b.1: falta de definição das especificações técnicas e critérios de medição no memorial descritivo de serviços/materiais nos itens 13.02.6, 13.05.1, 13.05.8, 18.01.4 e 18.02.4 (tabela abaixo) da planilha orçamentária (...), cujos custos tiveram por fonte pesquisa direta no mercado (...)*

5.5.2. *Sobre o item 13.05.1, ‘Exaustor muro 150’, (...)*

Análise

5.5.2.1. (...) *Considerando que o valor do item foi baseado em pesquisa de mercado, faz-se necessário a especificação e detalhamento das características do produto na planilha orçamentária”*

Na Planilha Orçamentária da Concorrência 13/2013 consta:

Item	Descrição	Un.	R\$ / un.	Qtd. total	Custo total
13.05.1	Exaustor de ar muro 150	un	285,34	2,00	570,68

No Memorial Descritivo, foi acrescentado o item 13.05.1:

“13.05.1 Exaustor de ar muro 150

Consiste no fornecimento e instalação de ventilador para ambientes não ventilados naturalmente. É de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de instalação do exaustor e da rede de dutos necessárias para seu funcionamento, sendo que o local de instalação e da passagem da tubulação deverá obedecer estritamente o definido nos projetos e memoriais específicos.

Critério de Medição: O serviço será medido por un (unidade) instalada.

O preço unitário remunera o fornecimento e instalação dos aparelhos, inclusive drenos e demais equipamentos que faça parte do mesmo.”

3) Concorrência nº 20/2012 – Construção do Campus Sertãozinho – Fase 2

A Concorrência nº 20/2012 foi substituída pela Concorrência nº 12/2013, na qual verificamos que o IFSP adotou todas as medidas elencadas nos subitens 9.3.1 a 9.3.4 do Acórdão nº 147/2013-TCU-Plenário, conforme mostrado abaixo:

- Acórdão nº 147/2013-TCU-Plenário

“9.3. determinar ao IFSP que, em licitação eventualmente instaurada em substituição à



Concorrência n.º 20/2012, proceda à adoção de medidas no sentido de:

9.3.1. estabelecer prazo adequado para a realização da visita técnica, não restringindo a dia e horário fixos;

9.3.2. incluir, no caso de visita técnica facultativa, cláusula editalícia que estabeleça ser da responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação;”

- Concorrência 12/2013

Conforme o item 7, a visita técnica passou a ser obrigatória e não mais restrita a dia e horário fixos:

“7. DA VISITA TÉCNICA

7.1 *O licitante deverá vistoriar o local onde serão executados os serviços objeto desta Concorrência para inteirar-se das condições e do grau de dificuldades existentes, no período agendado pelo IFSP.*

7.2 *A Visita Técnica é obrigatória e deverá ser realizada por engenheiro ou arquiteto, até o terceiro dia útil anterior à data da sessão de abertura dos envelopes, devendo o licitante interessado obrigatoriamente agendar previamente (um dia útil anterior) a referida visita junto ao DIE - Departamento de Infraestrutura e Expansão do IFSP, através dos telefones (16) 3946-1170 ou (16) 3946-1176 com André Luis da Silva ou (11) 3775-4575, no horário 09h00 às 12h00, de segunda à sexta-feira.”* (grifos nossos)

- Acórdão nº 147/2013-TCU-Plenário

9.3.3. incluir cláusula estabelecendo critérios de aceitabilidade dos preços unitários e definição de seus valores máximos, conforme o previsto no art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993 e jurisprudência dominante neste Tribunal, consolidada na Súmula 259 do TCU;

- Concorrência 12/2013

Os critérios de aceitabilidade dos preços unitários com a definição de seus valores máximos constam dos itens 10.5 e 12.3:

“10. PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE II

10.5 *Os preços unitários de cada item não poderão ser maior dos que os orçados pelo IFSP, em atendimento a Súmula 259 do TCU. Portanto os preços unitários, bem como o preço global constante na Planilha de Preços do IFSP, são considerados preços máximos admissíveis para os fins da presente licitação.* (grifo nosso)

“12. CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO

12.3 *Crériterios de Aceitabilidade dos Preços:*



4. Não se admitirá e será desclassificada proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, bem como as que contenham preços unitários ou preços globais acima dos constantes da Planilha de Preços do IFSP.” (grifos nossos)

- Acórdão nº 147/2013-TCU-Plenário

“9.3.4. rever o edital, o projeto básico, o projeto executivo e a planilha orçamentária, bem documentação anexa, de modo a corrigir deficiências/inconsistências similares às detectadas nestes autos, em infringência ao disposto no art. 6º, inciso IX e alíneas, art. 7º, § 2º, inciso I, e art. 40, § 2º, inciso IV, da Lei 8.666/1993, e ao art. 125 da LDO 2012 (Lei 12.465/2011), cuja matéria atualmente é disciplinada pelo art. 102 da LDO 2013 (Lei 12.708/2012).”

- Concorrência 12/2013

Verificamos que a revisão ocorreu, além das alterações no edital que atendem aos itens 9.3.1 ao 9.3.3 do Acórdão 147/2013. Considerando o relatório do TCU que antecede o Acórdão 147/2013, vemos que restavam pendentes de correção as seguintes falhas:

“a) falta de definição das especificações técnicas e/ou critérios de medição no memorial descritivo de serviços/materiais nos itens 08.09 (Piso Elevado) e 06.04 (Telha de Policarbonato) da planilha orçamentária, (...) cujos custos tiveram por fonte pesquisa direta no mercado”.

O item 08.09 (Piso Elevado) foi excluído da Planilha Orçamentária.

A telha de policarbonato foi realocada para o item 06.07 e o custo passou a ser baseado na tabela referencial da CPOS, conforme trecho da Planilha Orçamentária transcrito abaixo:

<i>Item</i>	<i>Ref</i>	<i>Código</i>	<i>Descrição</i>	<i>Un.</i>	<i>R\$/un.</i>	<i>Qtd. total</i>	<i>Custo total</i>
06.07	CPO S	16320 4	Telha de policarbonato 16mm	m ²	135,38	750,00	101.535,00

No Memorial Descritivo, consta a seguinte especificação e critério de medição do item:

“06.07 -COBERTURA PLANA EM CHAPA DE POLICARBONATO ALVEOLAR DE 10 MM

O item remunera o fornecimento de materiais, montagem e instalação completa de cobertura plana, em perfis de alumínio procedência Alcoa, ou Alcan, anodizados na cor natural tipo Olga Color ou Prodec; fechamento com chapas de policarbonato alveolar translúcida, espessura de 10 mm, fixadas por meio de gaxetas, conforme projeto; remunera também o fornecimento de materiais acessórios como parafusos auto perfurantes e silicone selante contra ar, água e agentes climáticos, de cura



neutra, apropriado para materiais orgânicos, vidros, etc. Não remunera o fornecimento e instalação da estrutura de sustentação.

Critério de medição: Será medido pela área, aferida no desenvolvimento, de cobertura executada com policarbonato em m².”

“b) agrupamento de vários serviços no item 13.01.1 da planilha de preços, cujos custos tiveram por fonte pesquisa de mercado (...).”

O agrupamento do item 13.01.1 foi decomposto em vários serviços, todos com custo definido em tabela referencial de preços, como se verifica na comparação do item 13.01 das planilhas orçamentárias:

Planilha Orçamentária da Concorrência 20/2012:

“

13			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				1.066.928,91
13.01			ENTRADA DE ENERGIA (A PARTE CIVIL ESTÁ DISTRIBUIDA NOS ITENS CORRESPONDENTES)				
13.01.1	MERC	PESQ.	MONTAGEM DE CABINE EM ALVENARIA CLASSE 15 kV, COMPLETA, PARA MEDIÇÃO E PROTEÇÃO GERAL, COM DISJUNTOR TRIFÁSICO À VÁCUO, POT 600 kVA, COM RELÉS DE PROTEÇÃO SECUNDÁRIOS ELETRONICOS, COM TP'S E TC'S PARA OPERAÇÃO DA PROTEÇÃO, COM CHAVES SECCIONADORAS TRIPOLARES, COM ABERTURA MANUAL; BARRAMENTOS DE COBRE E ISOLADORES EM EPOXI, COM PARA-RAIOS POLIMÉRICOS; COM MALHA DE ATERRAMENTO; COM ENTRADA E SAÍDA SUBTERRANEAS, TUDO CONFORME PADRÃO DA CONCESSIONARIA LOCAL.	un.	83,200.00	1.00	R\$ 83,200.00
13.01.2	FDE	09.01.039	POSTO DE TRANSFORMAÇÃO DE ENERGIA POSTE C/TRAFO 225 KVA	un.	R\$ 27,709.71	1.00	R\$ 27,709.71
13.01.3	CPOS	390606	Cabo de cobre de 25 mm ² , tensão de isolamento 8,7/15 kV - isolação EPR 90°C	m	R\$ 37.15	720.	R\$ 26,748.00
13.01.4	CPOS	381304	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 100 mm, com acessórios	m	R\$ 20.78	180.	R\$ 3,740.40
13.01.5	SINAP I	74019/001	ESCAVAÇÃO MANUAL (VALAS OU COVAS RASAS)	m ³	R\$ 32.52	54.00	R\$ 1,756.08
13.01.6	SINAP I	73964/006	REATERRO MANUAL DE VALAS	m ³	R\$ 30.02	54.00	R\$ 1,621.08
13.01.7	FDE	09.06.029	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA DE 1,00X1,00X0,60 M	un.	R\$ 213.75	6.00	R\$ 1,282.50

”

Planilha Orçamentária da Concorrência 12-2013:

“



13			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				1.066.928,91
13.01			ENTRADA DE ENERGIA (A PARTE CIVIL ESTÁ DISTRIBUIDA NOS ITENS CORRESPONDENTES)				
13.01.1	CPOS	37111 2	BASE DE FUSIVEL TRIPOLAR DE 15 Kv	UN.	483,01	1,00	483,01
13.01.2	CPOS	39060 6	CABO DE COBRE DE 25MM ² , TENSÃO DE ISOLAÇÃO 8,7/15 KV	M	41,10	720,00	29.592,00
13.01.3	CPOS	39040 6	CABO DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, CLASSE 2, DE 25 MM ²	M	11,93	30,00	357,90
13.01.4	CPOS	42053 0	TAMPA PARA CAIXA DE INSPEÇÃO CILÍNDRICA, AÇO GALVANIZADO	UN.	23,26	9,00	209,34
13.01.4	CPOS	42053 1	CAIXA DE INSPEÇÃO DO TERRA CILÍNDRICA EM PVC RÍGIDO, DIÂMETRO DE 300 MM - H= 250 MM	UN.	17,12	9,00	154,08
13.01.6	CPOS	36030 9	CAIXA DE MEDIÇÃO INTERNA TIPO 'AI' (1000 X 1000 X 300) MM, PADRÃO ELETROPAULO	UN.	1.033,09	1,00	1.033,09
13.01.7	CPOS	36030 6	Caixa de medição externa tipo 'M' (900 x 1200 x 270) mm, padrão Eletropaulo	UN.	794,32	1,00	794,32
13.01.8	CPOS	36030 8	CAIXA PARA SECCIONADORA TIPO 'T' (900 X 600 X 250) MM, PADRÃO ELETROPAULO	UN.	334,42	2,00	668,84
13.01.9	CPOS	37152 0	CHAVE SECCIONADORA TRIPOLAR SECA PARA 400 A - 15 KV - COM PROLONGADOR	UN.	797,53	5,00	3.987,65
13.01.10	CPOS	36201 3	CRUZETA METÁLICA DE 2400 MM, COM MÃO FRANCESA, PARA FIXAÇÃO DE MUFLA OU PÁRA-RAIOS	UN.	315,53	1,00	315,53
13.01.11	CPOS	37135 1	DISJUNTOR DE MÉDIA TENSÃO A ÓLEO - 15KV-630A	UN.	14.403,61	1,00	14.403,61
13.01.12	CPOS	38041 6	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO 3" X 3m br	UN.	64,85	3,00	194,55
13.01.13	CPOS	38040 4	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO 3/4" X 3m br	UN.	20,34	5,00	101,70
13.01.14	CPOS	38130 4	ELETRODUTO DE PVC DE ALTA DENSIDADE COM 100MM	M	23,02	400,00	9.208,00
13.01.15	CPOS	36203 9	ESTRADO DE BORRACHA 1,00 X 1,00 m pç.	M	239,77	3,00	719,31
13.01.16	CPOS	50100 3	EXTINTOR CO2 - 10Kg C/ PLACA DE IDENTIFICAÇÃO	UN.	638,60	1,00	638,60



13.01.17	CPOS	37121 2	FUSÍVEL LIMITADOR CORRENTE 15KV- 20A - 325mm	UN.	181,43	3,00	544,29
13.01.18	CPOS	24032 1	GRADE DE TELA METÁLICA, REMOVÍVEL, MALHA MÁXIMA DE 25mm - 1,70 X 1,50 m m²	UN.	287,12	1,00	287,12
13.01.19	CPOS	42052 0	HASTE DE ATERRAMENTO TIPO COPPERWELD 5/8 X 2,40 M B/C	UN.	58,44	9,00	525,96
13.01.20	CPOS	40044 8	INTERRUPTOR E TOMADA	UN.	15,68	2,00	31,36
13.01.21	CPOS	36051 0	ISOLADOR TIPO PEDESTAL EPOXI 15KV	UN.	39,05	20,00	781,00
13.01.22	CPOS	36203 3	LUVA DE COURO PARA PROTEÇÃO DE LUVA ISOLANTE	PAR	24,35	1,00	24,35
13.01.23	CPOS	36201 9	LUVA ISOLANTE DE BORRACHA, ACIMA DE 10 ATÉ 20 Kv	PAR	813,50	1,00	813,50
13.01.24	CPOS	50050 8	LUZ DE EMERGÊNCIA MOD - F-15 W	UN.	88,97	1,00	88,97
13.01.25	CPOS	36070 3	PÁRA-RAIOS TN 12,0 KV ZnO POL 10 KA KEE	UN.	125,00	12,00	1.500,00
13.01.26	CPOS	36202 8	PLACA DE ADVERTÊNCIA "NÃO MANOBRAR ESTA CHAVE SOB CARGA"	UN.	43,00	5,00	215,00
13.01.27	CPOS	36202 8	PLACA DE ADVERTÊNCIA "PERIGO DE MORTE - ALTA TENSÃO"	UN.	43,00	4,00	172,00
13.01.28	CPOS	41130 2	PONTO DE LUZ	UN.	60,00	4,00	240,00
13.01.29	CPOS	24020 6	PORTA DE CHAPA METÁLICA (2X600x2100mm)	M²	554,00	2,52	1.396,08
13.01.30	FDE	09.80. 038.0 39.04 0	RELÊ PRIMÁRIO	UN.	1.860,0 0	1,00	1.860,00
13.01.31	CPOS	36030 8	TERMINAL UNIPOLAR ENFAIXADO INT. KIT FTR 95 - 15KV	UN.	196,00	4,00	784,00
13.01.32	CPOS	36200 9	VARA DE MANOBRA FENOLITE C/ 3 METROS UNIVERSAL	UN.	265,00	2,00	530,00
13.01.33	CPOS	36200 1	VERGALHÃO DE COBRE REDONDO 3/8X3m	UN.		10,00	-
13.01.34	FDE	09.01. 039	POSTO DE TRANSFORMAÇÃO DE ENERGIA POSTE C/ TRAF0 225KVA	UN.	30.055, 77	1,00	30.055,77
13.01.35	CPOS	39060 6	CABO DE COBRE DE 25MM2, TENSÃO DE ISOLAMENTO 8,7/15KV ISOLAÇÃO EPR 90	M	41,10	720,00	29.592,00



			<i>grausC</i>				
13.01.36	CPOS	38130 4	ELETRODUTO CORRUGADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE DN=100MM, COM ACESSÓRIOS	M	23,02	180,00	4.143,60
13.01.37	SINAP I	73965 /1	ESCAVAÇÃO MANUAL (VALAS OU COVAS RASAS)	M3	72,86	54,00	3.934,44
13.01.38	SINAP I	73964 /006	REATERRO MANUAL DE VALAS	M3	29,14	54,00	1.573,56
13.01.39	FDE	09.06. 029	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA DE 1,00X1,00X0,60M	UN.	204,53	6,00	1.227,18

”

Em face dos exames realizados, somos de opinião que a Unidade Gestora atendeu às determinações dos subitens 9.3.1 a 9.3.5 do Acórdão nº 149/2013 – TCU – Plenário e 9.3.1 a 9.3.4 do Acórdão nº 147/2013 – TCU – Plenário. Não coube o atendimento dos subitens 9.3.1 a 9.3.4 do Acórdão nº 146/2013 – TCU – Plenário.

2.2.1.4 INFORMAÇÃO

Determinação do Acórdão TCU 3396/2013 - Plenário atendida.

Fato

O Acórdão 3396/2013 da 2ª. Câmara do TCU, publicado no Diário Oficial da União de 16/06/2013, prescreve no seu item 1.6.1: “fixar prazo de 90 (noventa) dias para que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP conclua, se ainda não o fez, a sindicância relativa ao processo 23059.001193/2009-92, que trata de acumulação indevida de servidores detectada pela CGU nas contas de 2006, objeto de determinação contida no item 3.5 do Acórdão 1.465/2008 TCU 1ª. Câmara”, o qual, por sua vez, no seu item 3.5 determina que, “se ainda não o fez, atenda à solicitação da CGU/SP, discriminando a situação dos 155 servidores, selecionados por meio do cruzamento de dados extraídos do sistema SIAPE 2005 e da Relação Anual de Informações sociais – RAIS/2004, e o relatório final do processo que apura os indícios de acumulação indevida de cargos por servidores do Cefet/SP, assuntos tratados no item 3.4.1.2 do Relatório de Auditoria de Gestão nº.189686 da CGU, referente às contas do Cefet/SP de 2006 (item 6.6.10 desta instrução).”.

Em 07 de março de 2013 foi proferida pelo Magnífico Reitor a primeira decisão relativamente ao processo em questão, o qual analisou a situação de 179 servidores e não apenas dos 155 identificados pela CGU. Isso porque, ao longo do processo, foram incluídos outros servidores que a Comissão Processante identificou estarem em situação análoga.

Do total de servidores investigados (179) a Comissão Processante decidiu pela exclusão de 136, por considerar que “não houve qualquer infringência aos princípios



constitucionais, bem como ao artigo 118 e seus parágrafos da Lei nº. 8.112/90”, dando continuidade à investigação com relação aos demais 43.

Na sequência das investigações a Comissão, designada pela Portaria nº. 852/GAB, de 07.04.2011, concluiu não haver fundamento legal para o indiciamento de 32 servidores, tendo indiciado os 11 (onze) restantes. Destes, na sequência, ficou decidido o arquivamento do processo contra 1 (um) servidor, a determinação de que outros 9 (nove) fossem penalizados com advertência e 1 (um) com a penalidade de demissão.

Submetido o processo à Procuradoria Jurídica, esta determinou a retificação na dosimetria utilizada para determinar a pena a um dos servidores, tendo a Comissão, como consequência, concluído pela conversão da penalidade de advertência em demissão.

Assim, dos 10 (dez) servidores, a 8 (oito) foi determinada a penalidade de advertência e a 2 (dois) a de demissão.

Uma vez notificados, 6 (seis) dos 10 (dez) servidores, tempestivamente, entraram com recursos solicitando a reconsideração das penalidades a eles atribuídas.

Em decisão proferida em 13 de setembro de 2013 a autoridade julgadora determinou a conversão da penalidade de demissão atribuída a 2 (dois) servidores em advertência e a manutenção das penalidades também de advertência, anteriormente atribuídas aos demais, encerrando-se assim o processo.

Uma vez notificados os envolvidos, conforme determinou a autoridade julgadora, fica encerrado o processo na esfera administrativa.

Dessa forma, a UJ cumpriu as determinações estabelecidas no Acórdão 3.396/2013 – 2ª. Câmara – TCU.

3 GESTÃO OPERACIONAL

3.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

3.1.1 SISTEMA DE INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

3.1.1.1 INFORMAÇÃO

Verificação do rol de responsáveis.

Fato

No Processo de Contas do exercício de 2013, o IFSP apresentou adequadamente o rol de responsáveis, composto em acordo com o artigo 10 da IN 63/2010.

A fidedignidade do mesmo foi verificada em consulta ao SIAFI.



4 GESTÃO PATRIMONIAL

4.1 BENS IMOBILIÁRIOS

4.1.1 UTILIZAÇÃO DE IMOBILIÁRIOS

4.1.1.1 INFORMAÇÃO

Correção dos Registros Contábeis Patrimoniais.

Fato

Por meio de questionamentos realizados por intermédio da Solicitação de Auditoria 201407334/03, de 04/04/2014, obtivemos informações do IFSP enviadas nos Ofícios nº 316/2014-UAD, de 09/04/2014 (e anexos) e nº 323/2014-UAD, de 14/04/2014. A partir dessas informações produzimos o seguinte relato, que visa esclarecer as questões de auditoria contidas no procedimento executado:

- Realização do registro contábil dos imóveis:

Quanto ao registro contábil dos imóveis, é feito de forma individualizada. Cada processo é autuado pela CPA – Coordenadoria de Patrimônio da Reitoria e lançado individualmente, por imóvel, no SPIUnet – Sistema de Patrimônio da União, ou seja, cada imóvel é cadastrado por meio de um RIP – Registro Imobiliário Patrimonial, individual. Depois disso os processos são enviados à CCF – Coordenadoria de Contabilidade e Finanças, para serem ratificados no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, gerando então os registros contábeis.

- Reavaliação dos elementos patrimoniais imobiliários:

O IFSP reavalia e atualiza no SPIUnet os elementos patrimoniais imobiliários a cada 24 (vinte e quatro) meses, sendo que a última avaliação foi feita no final de 2013, levando em consideração o valor venal fornecido pelas prefeituras para avaliação dos terrenos e a avaliação feita pelo Departamento de Infraestrutura – DIE – com base no CUB, para a área construída.

- Apuração da depreciação do ativo imobilizado:

Deixamos de tratar sobre o registro das depreciações, haja vista que tal fenômeno será item obrigatório apenas no exercício de 2014, conforme previsto na Portaria STN nº 439, de 12/07/2012.

- Intervenções (construções e/ou reformas) nos últimos cinco anos (a contar de jan/2009):

Nos últimos cinco anos foram construídos, ou ampliados, ou estão em construção, os seguintes prédios:

Quadro 1 – Prédios construídos, ampliados ou em construção no IFSP



Identificação do Prédio	Origem dos Recursos	Observações
<i>Campus Araraquara</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Construído em 2010 e ampliado em 2013.
<i>Campus Avaré</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Construído em 2010.
<i>Campus Birigui</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Construído em 2009 e ampliado em 2013.
<i>Campus Bragança Paulista</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Em construção.
<i>Campus Barretos</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Construído em 2009 e ampliado em 2012.
<i>Campus Bauru</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Em construção.
<i>Campus Campinas</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Em construção.
<i>Campus Campos do Jordão</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Construído em 2009 e ampliado em 2010 e 2013.
<i>Campus Catanduva</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Construído em 2009 e ampliado em 2012.
<i>Campus Cubatão</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Ampliado em 2013.
<i>Campus Guarulhos</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Ampliado em 2013.
<i>Campus Hortolândia</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Construído em 2010 e ampliado em 2013.
<i>Campus Itapetininga</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Construído em 2009 e ampliado em 2012.
<i>Campus Itapeirica da Serra</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Em construção.
<i>Campus Itapeva</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Em construção.
<i>Campus Jacareí</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Construído em 2013.
<i>Campus Matão</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Construído em 2013.
<i>Campus Piracicaba</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Construído em 2010 e ampliado em 2012.
<i>Campus Pirituba</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Em construção.
<i>Campus Presidente Epitácio</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Construído em 2011 e ampliado em 2013.
<i>Campus Presidente Prudente</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Construído em 2011.
<i>Campus Registro</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Construído em 2011.
<i>Campus Salto</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Construído em 2009.
<i>Campus São Carlos</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Em construção.
<i>Campus São José dos Campos</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Construído em 2012.
<i>Campus São Paulo</i>	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Ampliado em 2013.



<i>Campus</i> Sertãozinho	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Ampliado em 2013.
<i>Campus</i> Suzano	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Construído em 2009 e ampliado em 2012 e 2013.
<i>Campus</i> Votuporanga	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Construído em 2011 e ampliado em 2013.

Também, nos últimos cinco anos, foram reformados os seguintes prédios:

Quadro 2 – Prédios construídos, ampliados ou em construção no IFSP

Identificação do Prédio	Origem dos Recursos	Observações
<i>Campus</i> Salto	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	---
<i>Campus</i> Campos do Jordão	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Reformado 3 vezes (2009, 2010 e 2011).
<i>Campus</i> São Paulo	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Reformado 4 vezes (2009, 2011, 2012 e 2013).
<i>Campus</i> Caraguatatuba	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Reformado 2 vezes (2010 e 2013).
<i>Campus</i> Bragança Paulista	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Reformado 2 vezes (2010 e 2012).
<i>Campus</i> Matão	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	---
<i>Campus</i> Cubatão	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Reformado 3 vezes (2011, 2012 e 2013).
<i>Campus</i> São João da Boa Vista	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Reformado 2 vezes (2011 e 2013).
<i>Campus</i> Boituva	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	---
<i>Campus</i> Hortolândia	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	Reformado 2 vezes (2012 e 2013).
<i>Campus</i> Presidente Epitácio	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	---
<i>Campus</i> São José dos Campos	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	---
<i>Campus</i> Suzano	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	---
<i>Campus</i> Araraquara	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	---
<i>Campus</i> Avaré	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	---



<i>Campus</i> Birigui	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	---
<i>Campus</i> Barretos	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	---
<i>Campus</i> Catanduva	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	---
<i>Campus</i> Piracicaba	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	---
<i>Campus</i> Presidente Prudente	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	---
<i>Campus</i> Registro	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	---
<i>Campus</i> São Roque	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	---
<i>Campus</i> Salto	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	---
<i>Campus</i> Sertãozinho	Expansão/Reestruturação da RFEPT.	---

- Manutenção dos prédios/blocos:

Quanto à manutenção dos imóveis, informou-nos o IFSP que, em função de sua rápida e contínua expansão, conta atualmente com mais de 30 *Campi* e, devido a esse aumento em seu tamanho, está sendo implantado e utilizado o modelo de gestão descentralizada, na qual os *Campi* possuem estruturas próprias e autônomas, e seus Diretores Gerais atuam como Ordenadores de Despesas. Dessa forma, parte da gestão administrativa do IFSP, incluído aí o planejamento e execução da manutenção dos prédios/blocos, está sob a responsabilidade dos *Campi*, que possuem estruturas próprias diretamente responsáveis pelas ações específicas.

Solicitamos que nos fornecessem o inventário das condições de conservação de cada prédio/bloco, e recebemos os seguintes quadros:

		Araraquara	Avaré	Barretos	Bauru	Birigui	Bragança Paulista	Boltuva	Campinas	Carapicuíba	Campos do Jordão	Caraguatatuba	Catanduva
Tipo Estrutural	Grandes Estruturas												
	Pequenas estruturas e residencial luxo												
	Industrial e residencial médio	X	X	X		X	X	X			X	X	X
Fator KP	Residencial modesto e popular												
	Construções modestas (sem valorização)												
	Casas térreas ou pequenas construções	X	X			X					X		X
	Casas e sobrados ou construções de tamanho médio			X			X	X				X	
	Casas de alto padrão ou edifícios com mais de 3 pav.												
	Grandes edifícios de padrão luxuoso												
Conservação	Edifícios inteligentes												
	Quantidade de pavimentos	1	1	2		2	2	2			1	2	1
	Novo												
	Muito bom												
	Bom	X	X	X		X	X	2					X
	Regular										X	X	
	Reparos importantes												
Idade Aparente	Ruim												
	Muito ruim (valor residual)												
	Sem valor												
	Menor que 5 anos	X	X	X		X					X		X
Padrão de Acabamento	Entre 5 a 10 anos						X	X				X	
	Entre 10 a 20 anos												
	Acima de 20 anos												
Padrão de Acabamento	Alto												
	Normal	X	X	X		X	X	X			X	X	X
	Baixo												



		Capivari	Cubatão	Guarulhos	Hortolândia	Itapetininga	Jacarei	Marília	Matão	Piracicaba	Presidente Epitácio	Registro	Salto
Tipo Estrutural	Grandes Estruturas												
	Pequenas estruturas e residencial luxo												
	Industrial e residencial médio	X	X	X	X	X				X	X	X	X
Fator KP	Residencial modesto e popular												
	Construções modestas (sem valorização)												
	Casas térreas ou pequenas construções					X						X	
	Casas e sobrados ou construções de tamanho médio	X		X	X					X	X		
	Casas de alto padrão ou edifícios com mais de 3 pav.		X										X
	Grandes edifícios de padrão luxuoso												
Quantidade de pavimentos	Edifícios inteligentes												
		2	3	2	2	1				2	2	1	3
Conservação	Novo												
	Muito bom												
	Bom	X			X	X				X	X	X	
	Regular			X									
	Reparos importantes		X										X
	Ruim												
	Muito ruim (valor residual)												
Idade Aparente	Sem valor												
	Menor que 5 anos				X	X				X	X	X	
	Entre 5 a 10 anos	X		X									
	Entre 10 a 20 anos		X										X
Padrão de Acabamento	Acima de 20 anos												
	Alto												
	Normal	X	X	X	X	X				X	X	X	X
	Baixo												

		São Carlos	São João da Boa Vista	São José dos Campos	São Paulo	São Paulo (Pirituba)	São Roque	Serãozinho	Suzano	Voluporanga	Itapeverica da Serra	Itapeva
Tipo Estrutural	Grandes Estruturas											
	Pequenas estruturas e residencial luxo											
	Industrial e residencial médio		X		X		X	X	X	X		
Fator KP	Residencial modesto e popular											
	Construções modestas (sem valorização)											
	Casas térreas ou pequenas construções											
	Casas e sobrados ou construções de tamanho médio		X							X		
	Casas de alto padrão ou edifícios com mais de 3 pav.				X							
	Grandes edifícios de padrão luxuoso											
Quantidade de pavimentos	Edifícios inteligentes											
			2		3		1	1	1	2		
Conservação	Novo											
	Muito bom											
	Bom		X						X	X		
	Regular											
	Reparos importantes						X	X				
	Ruim				X							
	Muito ruim (valor residual)											
Idade Aparente	Sem valor											
	Menor que 5 anos								X	X		
	Entre 5 a 10 anos						X	X				
	Entre 10 a 20 anos		X									
Padrão de Acabamento	Acima de 20 anos				X							
	Alto											
	Normal		X		X		X	X	X	X		
	Baixo											

Consideramos que esses quadros transmitem uma ideia aproximada, mas pouco detalhada, das condições dos imóveis de cada *Campus*.

Quanto aos recursos necessários à manutenção dos prédios/blocos, segundo o IFSP eles são estimados e assegurados diretamente pelo Diretor de *Campus*, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária Anual, em função das demandas individuais de cada *Campus*, sendo alocados, em média, aproximadamente 18% do valor do orçamento. Esse orçamento é descentralizado para os *Campi*.

De acordo com o IFSP, não há convênios com fundações de apoio para realizar as atividades de manutenção.

O quadro a seguir apresenta informações sobre as atividades de manutenção, em especial se elas são realizadas por pessoal próprio ou terceirizado, e rotinas de programação e acompanhamento:

Campus	Pessoal	Rotina	Situação
--------	---------	--------	----------



01	Araraquara	Terceirizado	Não	O <i>Campus</i> possui serviço de apoio administrativo - terceirizados para manutenção. Não existe rotinas e programação de acompanhamento. A situação do imóvel é diagnosticada pelos servidores do <i>Campus</i> sem um processo formal.
02	Avaré	Não Tem	Não	Não há funcionários que prestam serviços de manutenção. Foi autuado o processo 23438.000026/2013-46) para contratação de empresa especializada em manutenção, que está em andamento. Não existe rotinas e programas de acompanhamento. Até o momento não realizamos o diagnóstico, entretanto essa rotina será atribuída à equipe de manutenção quando for contratada.
03	Barretos	Não Tem	Não	Não existe rotinas e programação de acompanhamento.
04	Birigui	Terceirizado	Sim	Os servidores de manutenção e sua programação são acompanhados utilizando-se planilha eletrônica disponibilizada para servidores e para os funcionários de empresa terceirizada que mantém contrato com o IFSP. Além disso a GAD/CAP realiza inspeção semanais e os problemas encontrados são encaminhados para os funcionários terceirizados da manutenção ou para a Prefeitura Municipal de Birigui, via ofício ou para a Reitoria através de processos específicos.
05	Boituva	Terceirizado	Não	Há planilha do mapa de manutenção preventiva, não existe manual de procedimento.
06	Bragança Paulista	Terceirizado	Sim	Existe empresa especializada que executam os serviços de apoio administrativo (manutenção preventiva e corretiva). Vistorias diárias nas instalações.
07	Campos Do Jordão	Servidor	Não	O <i>Campus</i> possui um engenheiro civil onde faz os acompanhamentos e as vistorias periódicas do prédio. Formulário semanal (check-list) de vistoria efetuado no prédio do <i>Campus</i> .
08	Capivari	Não Tem	Não	Não existe rotinas e programação de acompanhamento. O acompanhamento da situação do imóvel é feita por meio de verificação in loco quando há alguma ocorrência.
09	Caraguatatuba	Terceirizado	Sim	Empresa contratada para serviços de Apoio Administrativo. A rotina de manutenção é realizada semanalmente pela empresa contratada.
10	Catanduva	Terceirizado	Não	A vistoria é realizada pela Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio - CAP, mas não há documentação. O <i>Campus</i> ainda possui o serviço terceirizado de manutenção predial. Que realizar reparos emergenciais e de menor proporção. Os servidores comunicam verbalmente ou via e-mail a CAP ou o fiscal da manutenção. Não há formulário específico.



11	Cubatão	Não Tem	Não	Não existe rotinas e programação de acompanhamento. Existe a manutenção corretiva e ainda está sendo desenvolvido um projeto de manutenção geral do <i>Campus</i> .
12	Guarulhos	Não Tem	Não	Não existe rotina de verificação formal. A verificação é feita de modo informal por qualquer servidor do <i>Campus</i> e solucionada de acordo com o custo do reparo.
13	Hortolândia	Terceirizado	Não	Existe contrato de Apoio Administrativo.
				A verificação é realizada periodicamente pelo Coordenador de Manutenção, acompanhado da equipe de apoio administrativo, porém não é feito nenhum registro documental. Não existe rotina formal para tal verificação.
14	Itapetininga	Não Tem	Não	É feito por demanda. O <i>Campus</i> está firmando um termo de cooperação entre o município o <i>Campus</i> para fornecimento de mão de obra de jardinagem e manutenção predial.
15	Matão	Não Tem	Não	A manutenção do imóvel é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Matão, conforme cláusula 63 do acordo de Cooperação nº 005/09, havendo solicitações pontuais de manutenção por parte do <i>Campus</i> Matão.
16	Piracicaba	Terceirizado	Não	Tem empresa terceirizada de manutenção, 1 eletricista e 1 ajudante geral.
				Não existe rotina e programação de acompanhamento de manutenção.
17	Presidente Epitácio	Terceirizado	Não	O <i>Campus</i> dispõe de contrato terceirizado com dois profissionais que auxiliam na manutenção do prédio, em serviços específicos definidos no contrato. Corriqueiramente são realizados levantamentos das necessidades, não seguindo ordem prévia.
18	Registro	Terceirizado	Não	Existe pessoal do apoio administrativo que são emitidos ordens de serviço.
				Não existe rotina e programação de acompanhamento de manutenção.
19	Salto	Não Tem	Não	Não possui entre seus servidores pessoal capacitado para desenvolver os procedimentos e/ou realizar inspeções de verificação da condição do imóvel.
20	São João Da Boa Vista	Terceirizado	Não	Existe ordem de serviço de execução de manutenção.
				Realizam periodicamente a necessidade de manutenção predial.
21	São José Dos Campos	Terceirizado	Não	O acompanhamento atualmente é feito através do formulário de solicitação de manutenção. Até o momento temos realizado mais serviços corretivos (elétrica, hidráulica, predial) e de layout, em constante adequação.”



22	São Paulo	Servidor e Terceirizado	Não	Os serviços de manutenção são autorizados através de memorando ou e-mail. Atualmente vários serviços são efetuados periodicamente, tais como limpeza do telhado, verificação da parte elétrica, conjunto elevatórios.
23	São Roque	Não Tem	Não	Por meio da solicitação de serviços/manutenção. Existe empresa terceirizada para este fim e a mesma é acompanhada pelo Coordenador de Manutenção e Almoxarifado. A rotina existe, porém não é documentada.
24	Sertãozinho	Terceirizado	Não	Vem sendo implementada pela Coordenadoria de Almoxarifado, Patrimônio e Manutenção rotina de manutenção.
25	Suzano	Terceirizado	Não	Não existe rotina e programação de acompanhamento.
26	Votuporanga	Servidor	Não	A pouco tempo iniciou o engenheiro civil que em companhia da Coordenador de Almoxarifado e Patrimônio pretende elaborar e implantar manual de procedimento.

Obs: Os *Campi* Campinas e São Carlos estão instalados em prédios cedidos.

4.1.1.2 CONSTATAÇÃO

Deficiências nos Controles Internos Administrativos quanto ao ambiente de controle, à avaliação de risco, aos procedimentos de controle e à informação e comunicação.

Fato

Por meio de questionamentos realizados por intermédio da Solicitação de Auditoria 201407334/03, de 04/04/2014, e 201407334/08, de 29/04/2014, obtivemos informações do IFSP enviadas nos Ofícios nº 316/2014-UAD, de 09/04/2014 (e anexos), nº 323/2014-UAD, de 14/04/2014, e nº 392/2014, de 06/05/2014. A partir dessas informações produzimos o seguinte relato, que visa esclarecer as questões de auditoria contidas no procedimento executado:

- Quanto ao ambiente de controle:

De acordo com o gestor, o único documento existente relacionado às atividades e procedimentos relativos à gestão dos bens imóveis do IFSP é o Manual de Inventário de Bens Móveis e Imóveis, disponível no site do IFSP (www.ifsp.edu.br), em Documentos=> Finanças=> Patrimônio=> Manual de Inventário Anual.

Encontra-se em fase de elaboração, com conclusão prevista para junho/2014, o manual de procedimentos patrimoniais relacionados a bens móveis e imóveis.

- Quanto à avaliação de risco:

De acordo com o gestor, não existe no IFSP avaliação de risco em relação à gestão dos bens imóveis próprios sob a sua responsabilidade, porém, está sendo providenciada para o 2º semestre de 2014 a criação de comissão composta por profissionais da área de



administração, engenharia e segurança para a elaboração do Manual de Gestão do Patrimônio do IFSP, onde serão contempladas as ações de gerenciamento de risco.

- Quanto ao procedimento de controle:

O gestor informou-nos que:

Não há formalização em manual de procedimento de medidas corretivas a serem adotadas em caso de incidentes, mas o IFSP, por meio de seus contratos de manutenção, demanda ações de forma preventiva e corretiva.

Quanto ao processo de trabalho relativo à gestão dos imóveis, não está formalizado e divulgado entre o pessoal responsável (com a utilização, por exemplo, de fluxogramas que apresentem as atividades realizadas no processo). Entretanto, essa formalização será providenciada com a elaboração do Manual de Gestão do Patrimônio do IFSP, onde estarão contempladas as orientações relativas à conservação, segurança e outros requisitos para o controle, de forma a garantir gestão eficiente dos imóveis sob a responsabilidade do IFSP, inclusive as representações esquemáticas das atividades.

Inexistem rotinas com o objetivo de diagnosticar periodicamente a situação em que se encontram os imóveis sob a responsabilidade da UJ, de forma a identificar possíveis problemas e propor soluções documentadas em manual. A rotina existente corresponde às demandas direcionadas às empresas contratadas para serviços de manutenção e segurança. Esta rotina estará contemplada no Manual de Gestão de Patrimônio do IFSP.

Também não existe rotina de vistoria dos imóveis, de modo a garantir que só sejam ocupados por pessoas autorizadas, de acordo com as finalidades e condições estabelecidas. A rotina existente corresponde às demandas direcionadas às empresas de segurança contratadas pelo IFSP. Esta rotina estará contemplada no Manual de Gestão do Patrimônio do IFSP.

- Quanto à informação e comunicação:

O IFSP informou que não possui indicadores para identificar fragilidades e acompanhamento na gestão de bens imóveis.

- Quanto ao monitoramento:

Não há documento definindo rotina de acompanhamento e atendimento das recomendações emanadas pela CGU e determinações do TCU.

Segundo o IFSP, é seguida a seguinte rotina:

“Quando recebemos os relatórios de auditoria da Controladoria Regional da União no Estado de São Paulo – CGU/SP e do Tribunal de Contas da União – TCU, procedemos à leitura, elaboramos comunicado de auditoria contendo as constatações, recomendações dos órgãos de controle e sugestão do prazo para implementação das recomendações e encaminhamos para os setores envolvidos para sanar as falhas apontadas. Quando recebemos as respostas das recomendações implantadas e a não implantadas, fazemos auditoria de acompanhamento para analisar as ações corretivas. Após a conclusão desse trabalho, elaboramos o relatório para conhecimento do setor e do Presidente do Conselho Superior. Logo em seguida, efetuamos auditoria de acompanhamento até a implantação da recomendação.”



Quando recebemos o Plano de Providências, elaboramos solicitação de auditoria para os setores envolvidos informar acerca das medidas saneadoras adotadas e, quando recebemos as respostas, encaminhamos para a CGU/SP, com as devidas documentações. Por conseguinte, as efetivas implantações das medidas adotadas são verificadas por ações de acompanhamento da Unidade de Auditoria Interna”.

Causa

Controles internos deficientes sobre o patrimônio imobiliário.

Manifestação da Unidade Examinada

O IFSP não apresentou manifestação para este item.

Análise do Controle Interno

Percebe-se que há deficiências na gestão do patrimônio imobiliário, necessitando de melhorias que podem ocorrer com a elaboração e adoção do referido Manual de Gestão do Patrimônio do IFSP.

Recomendações:

Recomendação 1: Recomendamos que o IFSP apresente o Manual de Gestão do Patrimônio do IFSP quando esse estiver concluído, demonstrando haver sanado as deficiências encontradas.

4.1.1.3 CONSTATAÇÃO

Deficiências nas instalações prediais quanto a combate/prevenção de incêndios, estanqueidade à água e acessibilidade.

Fato

Em visita ao *Campus* São Paulo, verificamos oito salas, em quatro blocos diferentes, duas salas em cada bloco. Desses quatro blocos, todos foram construídos há mais de cinco anos, sendo que dois deles passaram por reformas nos últimos cinco anos. Não há no *Campus* São Paulo nenhuma edificação construída há menos de cinco anos.

Verificamos que há diversas obras de reforma em andamento, em diversas áreas do *Campus*.

Nas salas de aula vistoriadas não foram identificados problemas de maior relevância nas instalações elétricas, desempenho térmico e acústico ou equipamentos escolares.

Quanto a combate/prevenção de incêndios, de acordo com o gestor não há projeto de incêndio aprovado pelo corpo de bombeiros nem contrato de manutenção dos dispositivos contra incêndio, mas estão sendo tomadas providências para regularizar a situação.

Quanto a estanqueidade à água, em duas das salas visitadas observamos infiltrações, devido a problemas na cobertura. Segundo o gestor, está prevista para breve uma ampla reforma na cobertura das edificações do *Campus*.



Quanto a acessibilidade, duas das salas visitadas não possuem meios de acesso a deficientes físicos. Além disso, segundo o gestor, diversas áreas no *Campus* apresentam tais restrições.

As atividades desenvolvidas nas salas de aula visitadas são cursos de graduação.

Causa

Ausência de providências quanto às deficiências na manutenção predial do IFSP.

Manifestação da Unidade Examinada

O IFSP não apresentou manifestação para este item.

Análise do Controle Interno

Percebe-se que há deficiências relevantes nas instalações prediais do IFSP, devendo ser objeto de verificação e adoção de providências para saneamento.

Recomendações:

Recomendação 1: Recomendamos que as deficiências verificadas sejam sanadas.



Certificado de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

Certificado: 201407334

Processo: 23305.001356/2014-45

Unidade(s) Auditada(s): INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SAO PAULO

Ministério Supervisor: MINISTERIO DA EDUCACAO

Município (UF): São Paulo (SP)

Exercício: 2013

1. Foram examinados os atos de gestão praticados entre 01/01/2013 e 31/12/2013 pelos responsáveis pelas áreas auditadas, especialmente aqueles listados no artigo 10 da Instrução Normativa TCU nº 63/2010.
2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho informado no Relatório de Auditoria Anual de Contas inserido neste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle, realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.
3. Diante do exposto, proponho que o encaminhamento das contas dos integrantes do Rol de Responsáveis, disponível nas folhas 001 a 041 do processo, seja pela **regularidade**.

São Paulo (SP), 24 de julho de 2014.

Parecer de Dirigente do Controle Interno



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

Parecer: 201407334

Processo: 23305.001356/2014-45

Unidade Auditada: INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO

Ministério Supervisor: Ministério da Educação

Município/UF: São Paulo (SP)

Exercício: 2013

Autoridade Supervisora: José Henrique Paim – Ministro de Estado da Educação

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da CGU quanto ao processo de contas do exercício da Unidade acima referida, expresse opinião acerca dos atos de gestão referente ao exercício de 2013, a partir dos principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria.

Os resultados dos trabalhos de auditoria identificaram, por meio de constatações, impropriedades que impactaram a gestão da Unidade, a saber: extrapolação da utilização do regime de flexibilização de jornada de trabalho com 30 horas semanais; quantitativo de professores substitutos superior a 20% em relação ao total de professores; falta de estrutura adequada do sistema de correição; cumprimento parcial do PAINT e deficiências nas instalações prediais quanto a combate/prevenção de incêndios, estanqueidade à água e acessibilidade.

Dentre as causas relacionadas às constatações do Relatório citam-se a aplicação do regime de 30 horas semanais em setores nos quais o regime de turnos não é necessário; inobservância do limite de 20% do total de docentes para contratação de professores substitutos; falta de normativo, estrutura e controles para o registro de todos os processos disciplinares no sistema CGU-PAD; insuficiência da estrutura da Audin para atender ao aumento da demanda de trabalhos de auditoria e controles internos deficientes sobre o patrimônio imobiliário. As recomendações acordadas com o gestor foram no sentido de aplicar o regime de flexibilização apenas nos setores onde seja necessário para seu funcionamento; observar o limite de 20% do total de docentes para contratação de professores substitutos, por campi, elaborar normativo interno que regulamente o sistema de correição da Entidade; registrar no Sistema CGU-PAD todos os processos administrativos disciplinares; e dimensionar a estrutura da Unidade de Auditoria Interna de forma que a expansão do IFSP seja satisfatoriamente acompanhada pela AUDINT.

Quanto às recomendações do Plano de Providências Permanente formuladas pela Controladoria-Geral da União, verificou-se que, de um total de 18 recomendações, 67% foram atendidas, e as restantes continuarão sendo acompanhadas por esta CGU.

No tocante à avaliação quanto à estrutura de controles internos da Unidade Jurisdicionada, há necessidade de aprimoramento em razão da ausência de manuais com normas e procedimentos prevendo sistemas de autorizações e aprovações, linhas de autoridade definidas e o estabelecimento de práticas operacionais e de rotinas. Outrossim, verificou-se ausência de documento definindo rotina de acompanhamento e atendimento das recomendações emanadas pela CGU e determinações do TCU, bem como inexistência de política formal voltada para a gestão de talentos, a gestão de resultados e prestação de contas e a designação de corpo colegiado de auxílio à gestão de pessoas.

Com relação às práticas administrativas que tenham resultado em impactos positivos sobre as operações da Unidade, cita-se a aprovação do Manual de Inventário Anual, por meio da Portaria nº 5.292/2013, cuja finalidade de normatizar, orientar e estabelecer procedimentos relativos às atividades do inventário anual de materiais de consumo e permanente permitirá a racionalização, a melhoria e a sistematização do controle dos bens móveis e imóveis.

Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/N.º 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília/DF, 28 de julho de 2014.